

Edina Schimanski
Augusta Pelinski Raiher
Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Mirna de Lima Medeiros
organizadoras

INSEGURANÇA ALIMENTAR

NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NA AMÉRICA LATINA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Reitor

Miguel Sanches Neto

Vice Reitor

Ivo Mottin Demiate

Pró-reitora de Extensão e Assuntos Culturais

Beatriz Gomes Nadal

Editora UEPG

Jeverson Machado do Nascimento

Conselho Editorial

Jeverson Machado do Nascimento

Beatriz Gomes Nadal

Carolina Paioli Tavares

Luiz Gustavo Lacerda

Jane Kelly de Oliveira

Jocimar Donizeti do Prado

Giovanna Paola Primor Ribas

Antonio Liccardo

Lislei Terezinha Preuss

Edina Schimanski
Augusta Pelinski Raiher
Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Mirna de Lima Medeiros
organizadoras

INSEGURANÇA ALIMENTAR **NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NA** **AMÉRICA LATINA**



Copyright© by Edina Schimanski *et al.* & Editora UEPG

Equipe editorial

Coordenação editorial

Jeverson Machado do Nascimento

Revisão de língua portuguesa

Ateliê do Texto

Revisão de língua espanhola

José Alberto Pérez Simón e Janaina Moraes

Capa, projeto gráfico e diagramação

Marco Aurélio Martins Wrobel

I592 Insegurança alimentar no ensino superior público na América Latina [recurso eletrônico] / Edina Schimanski [*et al.*] (orgs.). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2026.

174 p.; PDF;

ISBN: 978-65-86234-96-1

1. Educação alimentar. 2. Segurança alimentar. 3. Estudantes universitários – aspectos sociais. I. Schimanski, Edina (org.). II. Raiher, Augusta Pelinski (org.). III. Silva, Lenir Aparecida Mainardes da. (org.). IV. Medeiros, Mirna de Lima (org.). V. Título.

CDD: 371.71

Ficha catalográfica elaborada por Rodrigo Pallú Martins – CRB 9/2034/O

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à ABEU

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG

Praça Marechal Floriano Peixoto, n. 129

Cep: 84010-680 – Ponta Grossa – Paraná

Fone: (42) 3220-3306

E-mail: vendas.editora@uepg.br

Site: www.editora.uepg.br

2026

PREFÁCIO

Márcio de Oliveira

Professor de Sociologia da Universidade Federal do Paraná

É com grande prazer que apresento aos leitores o livro “Insegurança alimentar no ensino superior público na América Latina”, publicado pela Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná (Brasil).

Com capítulos em português e espanhol - organizado por Edina Schimanski, Augusta Raiher, Lenir Silva e Mirna Medeiros, todas professoras da Universidade de Ponta Grossa (UEPG) -, o livro é fruto de uma frutífera parceria entre universidades do Brasil (UEPG), Argentina (Universidade de Lánus), Colômbia (Universidad Del Valle) e Peru (Universidad Nacional Mayor de San Marcos).

Inicialmente, chamo a atenção do leitor para a importância da parceria entre universidades da América do Sul. Este livro demonstra que a realidade de cada país envolvido na pesquisa tem raízes na história social do continente. Daí porque é tão necessário trabalhar em equipes internacionais.

Para além da interação científica sul-americana, o principal mérito do livro está, obviamente, na temática escolhida: a (in)segurança alimentar. O tema da segurança alimentar não é novo. O termo vem sendo empregado desde a 1ª Guerra Mundial e, de forma institucional, após a 2ª Guerra Mundial, pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Em 2006, o Brasil instituiu a Lei 11.346, criando o “Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)”, cujo objetivo é “garantir o **Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**”. Em 2009, a FAO instituiu os 4 pilares da segurança alimentar, a saber: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.

Era a consequência do reconhecimento, no final dos anos 1980, que a fome não era o resultado apenas da disponibilidade de alimentos, mas da pobreza de parte significativa da população mundial.

O livro, contudo, trata da “insegurança alimentar”, seja da ausência das condições, acima mencionadas, ou seja, das situações de vulnerabilidade alimentar. A novidade da pesquisa foi a escolha das universidades públicas e seus estudantes como *locus* da pesquisa, e dos centros envolvidos para realizá-la, num mesmo período, entre 2023 e 2024.

Ainda que esta pergunta não tenha sido claramente formulada, pode-se imaginar cada um dos pesquisadores e pesquisadores interrogando-se: Afinal, estudantes de nível superior, aqueles que não necessariamente compõem os grupos mais vulneráveis da sociedade, encontram-se também em situação de Insegurança Alimentar?

Para tratar desse tema, a pesquisa – e esse é apenas seu mérito inicial – foi organizada em torno de dois eixos. Em primeiro lugar, temos o partido teórico-metodológico. Toda a bateria de perguntas realizadas junto aos estudantes teve como ponto de partida a “Experiência de Insegurança Alimentar” (*Food Insecurity Experience Scale*), desenvolvida pela FAO, cujos índices de Insegurança Alimentar – grave (severa, em espanhol), moderada e leve – permitem rápido entendimento e comparabilidade. Essa escolha permitiu compreender, em perspectiva comparada, os dados obtidos nas pesquisas junto aos estudantes das diversas universidades. Em segundo lugar, a escolha de universidades públicas que têm políticas de assistência estudantil – bolsas – e de países que organizaram programas governamentais de combate à pobreza. A título de ilustração, foi justamente a combinação destes dois eixos que revelou a semelhança estrutural das condições alimentares dos estudantes universitários em nosso continente.

Outro ponto exitoso do livro foi o plano seguido em todos os capítulos, iniciando sempre por uma apresentação da universidade em questão, da descrição da metodologia, da caracterização sociodemográfica do grupo entrevistado, terminando com a análise dos dados

Não seria o caso de sumarizar aqui os resultados de pesquisa de tão grande fôlego. A quantidade de informações e de análise é tão impressionante, que seria impossível resumi-los aqui em tão pouco espaço. Permito-me simplesmente apresentar ao leitor algumas discussões que podem – eu espero – inspirar a leitura e o debate, a partir do caso brasileiro.

Inicialmente, na UEPG, a pesquisa mostra que 14% dos estudantes foram classificados no grupo “Insegurança Alimentar Grave”. A pesquisa mostrou ainda que 24% consomem menos de 3 refeições por dia. Desses, pouco mais de 3% consomem apenas uma refeição diariamente! Outro fato que merece destaque é a diferença entre sexos e entre aquelas estudantes com e sem filhos, as primeiras apresentando uma taxa de insegurança alimentar bem mais importante do que as últimas.

Um segundo ponto, ainda em relação ao caso brasileiro, é a qualidade da alimentação ou, simplesmente, a má nutrição. Os estudantes em situação de Insegurança Alimentar apresentam consumos inferiores “em praticamente todos os grupos alimentares”.

A pesquisa no Brasil pode diferenciar alunos cotistas de não cotistas. As políticas de cotas, não cabe insistir nisso, têm sido essenciais para permitir o ingresso nas universidades públicas de alunos e alunas que, em situações correntes, têm menos acesso. Contudo, ingressar na universidade pode não gerar o efeito esperado quando ocorre Insegurança Alimentar. De fato, a pesquisa mostra que o grupo de alunos cotistas revelou indicadores de IA mais graves que os demais.

A pesquisa dividiu ainda os entrevistados por frequência aos restaurantes universitários, entre bolsistas e não-bolsistas, pela ocorrência de transtorno, sempre diferenciando-os por sexo. O leito estará servido aqui.

A pesquisa nas universidades parceiras apresentou resultados compatíveis com a realidade brasileira. No caso da Argentina, 26% dos entrevistados ficou no grupo de insegurança alimentar grave enquanto que 27,2% declararam fazer menos de 3 refeições diárias. No caso peruano, 23% dos entrevistados ficou no grupo de insegurança

alimentar grave, aqueles que têm filhos sendo sempre mais vulneráveis. Finalmente, surpreendeu positivamente o caso da universidade colombiana, na qual apenas 6,2% dos entrevistados ficaram no grupo de insegurança alimentar grave e 19% declararam fazer menos de 3 refeições diárias.

Em que pesem as diferenças nacionais – no caso da Colômbia a pesquisa levou em conta os 4 grupos nacionais étnicos reconhecidos e no caso da Argentina a pesquisa foi realizada em momento de grave crise econômica – os resultados colhidos revelam que o fenômeno da insegurança alimentar é comum às universidades pesquisadas. Além disso, revelou que há mais insegurança dentre aqueles que têm filhos, dentre as mulheres etc., revelando uma vez mais que a vulnerabilidade não é a mesma para todos. Mas há mais, muito mais e o leitor apreciará por si mesmo outras descobertas trazidas.

Finalmente, o trabalho de pesquisa traz uma contribuição fundamental após o diagnóstico da realidade: as propostas de políticas sociais ou “las propuestas de mejora”. Nada mais salutar do que ver pesquisadores e pesquisadoras engajadas em suas investigações, indo além da descoberta, propondo políticas.

Convido assim a todos e todas explorarem as muitas variáveis trabalhadas na pesquisa e a ecoarem criticamente o necessário debate posto. Boa leitura!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
--------------------	----

CAPÍTULO 1

INSEGURANÇA ALIMENTAR DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - BRASIL.....	15
---	----

*Augusta Pelinski Raiher; Mirna de Lima Medeiros;
Lislei Terezinha Preuss; Luana Marcia Billerbeck;
Lenir Aparecida Mainardes da Silva; Edina Schimanski*

CAPÍTULO 2

INSEGURIDAD ALIMENTARIA, CONSUMO DE ALIMENTOS Y ACCESO A POLÍTICAS DE PROTECCIÓN SOCIAL EN LOS ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL MAYOR DE SAN MARCOS, LIMA – PERÚ	59
--	----

*Bill Anderson Estrada Acero; Hally Ruth Huillca Maldonado;
Juan Pablo Aparco Balboa; Jessica Catherine Barrientos Cuba;
Margot Quintana Salinas; Sissy Liliana Espinoza Bernardo;
Sarai Abigail Asmad Cruz; Milagros Esther Zegarra Velásquez;
Violeta Magdalena Rojas Huayta*

CAPÍTULO 3

INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y VULNERABILIDADES SOCIALES DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS - UNIVERSIDAD NACIONAL DE LANÚS – ARGENTINA.....	105
--	-----

*Marina L. Wallinger; Ana V. Moreno; Guillermina A. Guerrero;
María Elena Colombo; Florencia M. Pisarra*

CAPÍTULO 4

INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y VULNERABILIDAD SOCIAL DE LOS ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD DEL VALLE – COLOMBIA.....	137
---	-----

*Juan Byron Correa Fonnegra; Nadjá Simone Menezes Nery de Oliveira;
María Camila Durán Giraldo*

SOBRE AUTORES/AS	169
------------------------	-----

Apresentação

Nas últimas décadas, a América Latina tem enfrentado desafios significativos no campo do desenvolvimento social, impactando na sua capacidade de assegurar a proteção social para as populações mais vulneráveis. Um aspecto importante neste contexto, que reverberou profundamente naqueles que se encontravam em menor nível de proteção social, foi a pandemia do Corona vírus (COVID-19) que aconteceu entre 2020 e 2022, que deixou marcas profundas no desenvolvimento humano e social, as quais, certamente, persistirão por anos.

Em paralelo, as sucessivas crises econômicas, políticas e sociais somadas à recorrência de desastres ambientais, que aumentaram devido às mudanças climáticas, vem afetando desproporcionalmente os estratos socioeconômicos mais vulneráveis, visto que a região vive um nível de desigualdade de renda grande. Neste aspecto, o *Relatório da Cepal Reducir la desigualdad y avanzar hacia el desarrollo social inclusivo en América latina y el Caribe – 2024*¹, aponta que para além da situação de desigualdade social, são adicionados alguns processos importantes de mudanças na região.

Neste sentido, evidenciam-se as transições demográficas, epidemiológicas e nutricionais, sendo permeadas por fatores de risco e, ainda, fenômenos sociais, antropológicos e de saúde pública como o envelhecimento da população, a queda da fertilidade, o aumento de doenças não transmissíveis, a desnutrição e o seu avesso, o sobrepeso e a obesidade.

Destarte, ter o que comer ainda se apresenta no século 21 como uma das lutas sociais mais recursivas para muitos segmentos sociais, não somente no Brasil e nas Américas, mas em escala mundial.

¹ CEPAL, Reducir la desigualdad y avanzar hacia el desarrollo social inclusivo en América Latina y el Caribe: desafíos, prioridades y mensajes de cara a la Segunda Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social, 2024. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/80758-reducir-la-desigualdad-avanzar-desarrollo-social-inclusivo-america-latina-caribe>

A promoção de segurança alimentar na América Latina e Caribe está diretamente ligada ao campo, onde se localiza boa parte da população indigente da região.

Neste cenário, devem ser mencionados os fluxos migratórios crescentes, motivados por crises econômicas, violências e desastres, que exercem uma crescente pressão sobre os serviços públicos. Aqui ressalta-se, na última década, o deslocamento de haitianos e venezuelanos para diversos países, motivados pela crise ambiental e política, onde as pessoas tem emigrado maciçamente.

Não se pode esquecer, também, que o crime organizado e a violência, em suas diversas formas, persistem e se tornam ameaças cada vez mais relevantes, especialmente homicídios e violência de gênero, enfraquecendo o tecido social latino-americano. Muito embora, a crise existente nas Américas não seja única e exclusiva, pois o mundo global tem enfrentado mazelas de um sistema produtivo devastador – uma sociedade pautada economicamente na especulação financeira, na exploração sem precedentes do meio ambiente, na polarização política entre direita e esquerda, bem como na desigualdade social.

Outro ponto importante refere-se à saúde, dimensão fundamental do desenvolvimento social inclusivo e, portanto, de desenvolvimento sustentável. A pandemia mostrou de forma confiável que os problemas relacionados à saúde têm um impacto sobre o potencial das populações e sobre o progresso no sentido do desenvolvimento econômico e social inclusivo. O mundo está doente. Esta afirmação, para além do mal-estar global, refere-se, principalmente, ao aumento de problemas de saúde mental. Enfim, é um sentimento generalizado que aponta para desequilíbrios ecológicos, sociais, psicológicos que interagem entre si de forma avassaladora, exigindo uma reflexão profunda e ações para restaurar a saúde do planeta e da sociedade.

Quanto à educação, entendida como um direito social, vista como uma das principais ferramentas para redução das desigualdades, evitando a reprodução da pobreza, possibilitando a mobilidade social e a construção de condições para alcançar níveis mais elevados de

qualidade de vida, percebe-se, sobretudo, após a pandemia, um cenário marcado por desafios estruturais, que levam à defasagem na conclusão do ensino superior.

Na América Latina, as desigualdades vividas, repercutem tanto no sistema de educação superior quanto no ingresso e permanência do graduandos nos estudos. Entre esta desigualdades, ressalta-se a questão da insegurança alimentar. Das mazelas experimentadas, a questão da insegurança alimentar emerge como um problema social e político grave e devastador para milhares de pessoas. A fome e com ela todas as suas consequências chega em diferentes espaços e contextos em escalas que podem ser consideradas graves. Populações inteiras submetidas ao não ter o que comer. E é aqui precisamente que este livro, embasado em uma pesquisa de campo de mais de dois anos, surge. Refletir sobre a fome e insegurança alimentar em um ambiente ao qual poucos pensariam – o espaço da universidade e do ensino superior.

A pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, mostrou que a insegurança alimentar perpassa também ambientes sociais considerados não essencialmente vulneráveis – as universidades.

Sim, este é o ponto desta pesquisa, mostrar que situação de insegurança alimentar pode atingir e trazer sérias consequências para os espaços do ensino superior. É este o contexto que o presente livro se propõe refletir, isto é, sobre a insegurança alimentar no seu extremo: a própria fome, a qual é invisível no dia a dia, mas que no fim retira sujeitos sociais – estudantes do espaço universitário – pois se veem obrigados a abandonar os estudos em busca de trabalho para sobreviver. No pós pandemia muitos discentes se tornaram arrimo de família, cuidando de irmãos menores e outros familiares, enfim daqueles que sobreviveram. Muitas vezes era a bolsa de estudos que recebiam que estava sustentando famílias.

Podemos dizer que a segurança alimentar é entendida como Direito Humano à alimentação adequada, e, mesmo com todos os avanços no enfrentamento à questão da fome, esta ainda é um desafio.

Este livro, organizado a partir da realidade de quatro países (Argentina, Brasil, Colômbia e Peru) retrata a situação social da vulnerabilidade no ensino superior na América Latina, com enfoque naquilo que deveria ser básico para todo ser humano – a alimentação.

Destacamos alguns pontos importantes da pesquisa: 1) o projeto foi pensando dentro do núcleo de estudos em conjunto com os discentes pesquisadores (iniciação científica, mestrandos e doutorandos), os quais colaboraram veemente na confecção dos instrumentos de coleta de dados, bem como na execução e análise da pesquisa; 2) a pesquisa foi organizada em parceria pelas quatro universidades envolvidas: Universidad Mayor de San Marcos no Peru, Universidad Lanus na Argentina, Universidade del Valle na Colômbia e Universidade Estadual de Ponta Grossa no Paraná, Brasil; 3) foi desenvolvida de forma simultânea no ano de 2023 nas universidades e 4) guardadas as devidas proporções, os dados comparados entre as universidades revelaram uma realidade muito similar em praticamente todos os aspectos pesquisados, inclusive na vulnerabilidade de gênero, na medida em que são as estudantes mulheres que mais se tornam vulneráveis no contexto estudado.

A coleta, a organização e a análise dos dados possibilitaram uma reflexão sobre as desigualdades vividas na América Latina e, a partir delas, a necessidade de imposição urgente de políticas públicas que possam atender as demandas resultantes da pesquisa.

Finalizamos falando das parcerias entre as quatro universidades. Destacamos o empenho colossal e compromisso conjunto para desenvolver a pesquisa, bem como a notória capacidade teórico-metodológica dos grupos de pesquisa envolvidos durante investigação.

Importante sinalizar, finalmente, a questão interdisciplinar do *corpus* desta pesquisa que envolveu pesquisadores das mais diferentes áreas de conhecimento, a saber: Ciências da Saúde, Ciências Sociais

e Ciências Humanas. O caráter interdisciplinar e interinstitucional trouxe diversidade na análise dos resultados e proposições de medidas e ações mitigadoras importantes no tocante à situação alimentar entre os estudantes na América Latina.

As organizadoras

CAPÍTULO 1

INSEGURANÇA ALIMENTAR DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - BRASIL

Augusta Pelinski Raiher

Mirna de Lima Medeiros

Lislei Terezinha Preuss

Luana Marcia Billerbeck

Lenir Aparecida Mainardes da Silva

Edina Schimanski

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) localiza-se na região centro-sul do estado do Paraná, Brasil, abrangendo 22 municípios em sua área de influência. Foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, pela Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969, e Decreto n.º 18.111, de 28 de janeiro de 1970, e constitui-se em uma das mais importantes instituições de ensino do Paraná, propiciando Ensino Superior público e gratuito; sendo o vestibular sua principal forma de entrada.

Dados da UEPG, de 2022, mostram que a universidade possui 39 cursos de graduação presencial e 12.207 alunos. É uma importante instituição também no ensino a distância (EAD), com nove cursos de graduação nesta tipologia e mais de 50 polos de apoio presencial no Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Em relação à pós-graduação, a UEPG tem 22 cursos de mestrado acadêmico, cinco cursos de mestrado profissional e dez cursos de doutorado. Na pós-graduação *lato sensu*, oferece 13 cursos de especialização na modalidade de ensino presencial e seis de ensino a distância e sete Cursos de Residência Técnica. Ainda na modalidade *lato sensu*, o Hospital Universitário da UEPG oferece 12 residências médicas, duas uniprofissionais e seis multiprofissionais.

Destaca-se a criação, no ano de 2019, da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), a qual faz a gestão da política estudantil da universidade, sendo responsável pela gestão das políticas para os estudantes. Uma das principais políticas é o restaurante universitário (RU), que está entre os pontos centrais da assistência estudantil, pois rebate diretamente no cotidiano dos estudantes. Tem-se, atualmente, dois restaurantes que atendem os estudantes de forma geral, sendo um no *Campus* Central e o outro no *Campus* Uvaranas, servindo almoço e jantar. Além desses, há ainda unidades na Fazenda Escola e nos Hospitais Universitários. O valor de cada refeição para a categoria estudante hoje custa R\$3,80 (referente ao ano de 2024) conforme a Resolução CA - n.º 2023.218, que regulamenta a utilização dos Restaurantes Universitários e dos Restaurantes das Unidades Hospitalares da UEPG. De acordo com critérios de inclusão, a PRAE pode conceder isenção aos estudantes, conforme estipulado na Política de Assistência Estudantil aprovada pelo Conselho de Administração, que poderá ser total ou parcial, sendo a parcial limitada a 50% do valor de referência da categoria estudante.

Os dados apresentados dão uma visão, *a priori*, sobre a forma como a UEPG faz a gestão estudantil em relação a um dos assuntos mais pertinentes da vida acadêmica — o ato de se alimentar e sua relação com o desempenho acadêmico. Nesse sentido, falar sobre segurança alimentar ou insegurança alimentar (IA) no contexto da UEPG remete a pensar sobre a situação da fome como um problema social grave e que atinge a comunidade do entorno e as condições de vida da população

local — o que, certamente, reflete-se na condição social dos estudantes que frequentam a universidade.

A temática da alimentação e sua escassez entrou, nos últimos anos, para o debate acadêmico e social devido à sua importância, bem como quanto à sua gravidade quando não se tem minimamente o necessário para sobreviver dignamente.

É importante mencionar que o Núcleo de pesquisa e estudos denominado Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, já estava estudando a questão da fome na região, na última década. Um dos primeiros trabalhos, realizado entre 2016 e 2018, foi com os catadores e catadoras de material reciclável de Ponta Grossa por meio de um mapeamento mostrando as condições de vida e privações às quais esses trabalhadores e suas famílias eram submetidos continuamente. Os dados coletados nessa fase mostraram a dura realidade vivida por essa população em quatro cooperativas, no contexto espacial do município de Ponta Grossa (Raiher, 2021).

Os dados coletados em relação à população catadora antecederam em quase um quadriênio a época da pandemia de covid-19. Com a pandemia, por sua vez, a situação social e econômica foi agravada substancialmente, gerando instabilidade e fazendo com que muitas famílias ficassem em situação de vulnerabilidade devido às condições de pobreza.

No caso das pessoas que já estavam com baixa ou nenhuma renda, durante a pandemia, a situação tornou-se ainda mais grave e afetou milhares de famílias. Novamente, sentiu-se a necessidade de trazer à tona, com precisão, a miséria em que as pessoas estavam submetidas no município. Nesse período, foi realizado um estudo que investigou a condição de insegurança alimentar da população dependente do Programa Bolsa Família em Ponta Grossa. Sem surpresas, os dados revelaram um aumento considerável de pobreza e condições de miserabilidade, em que boa parte da população pesquisada estava em situação de insegurança alimentar severa.

Com o fim da pandemia, deu-se um movimento de retorno da população ao cotidiano pré-pandêmico. Aos poucos, os espaços começaram a ser preenchidos de forma presencial entre outras socialidades. Com esse retorno das atividades na UEPG, observou-se um aumento significativo na desistência dos estudantes, evidenciando um novo desafio para a universidade: a permanência estudantil diante das dificuldades socioeconômicas. E isso porque muitos tiveram de buscar fontes de renda para sobreviver, tantos se tornaram arrimos de família com a perda do pai ou da mãe ou de ambos e, por conseguinte, não retornaram mais às salas de aulas, gerando o abandono dos estudos para trabalhar.

O cenário, então, transformou-se de uma forma geral; se já havia um empobrecimento da população, este fenômeno também começou a ser sentido no espaço universitário. Muitos estudantes estavam, inclusive, com dificuldades financeiras para comer e manter-se economicamente. Sendo assim, é nesse contexto que surgiu a pesquisa “Insegurança Alimentar dos Estudantes do Ensino Superior da Universidade Estadual de Ponta Grossa”, iniciada em 2022 (primeiro semestre) e finalizada em 2024 (esse período contempla desde a concepção até a entrega oficial dos resultados para a reitoria da instituição de ensino superior — IES), a qual é objeto de descrição e análise do presente capítulo.

A PESQUISA E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DADOS QUALI-QUANTITATIVOS

A pesquisa na UEPG foi conduzida com base em uma amostra probabilística dos estudantes de graduação. A UEPG contava com 6.731 alunos matriculados em agosto de 2023, e a pesquisa selecionou aleatoriamente um grupo de 1.435 participantes¹, levando em consideração a proporção de alunos de cada curso e turno em relação ao total de estudantes da instituição.

¹ Vale ressaltar que 34 alunos com idade inferior a 18 anos acessaram o questionário, mas não o preencheram devido à sua restrição quanto à idade.

A aplicação do questionário foi realizada por meio do *Google Forms*, disponibilizado por acesso *on-line* institucional². Foram coletadas informações sobre características individuais e familiares, dados socioeconômicos, de inclusão em ações de permanência na universidade, de informações quanto ao acesso às bolsas de pesquisa e extensão, questões sobre a saúde (física e mental), proteção social, além dos dados nutricionais e antropométricos dos estudantes.

Para análise do comportamento alimentar foram investigados o consumo de diferentes grupos alimentares, em função da sua frequência, considerando as recomendações do Guia Alimentar para a população brasileira (Brasil, 2014). Nessa fase do estudo foram incluídos dados antropométricos (peso e altura), para aferição do índice de massa corpórea (IMC), segundo classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020). Os valores de peso e altura foram obtidos por autorrelato, que puderam ser utilizados como estudo de correlação com outras variáveis (Santos *et al.*, 2009).

Na análise dos dados, inicialmente, mensurou-se a (in)segurança alimentar de cada estudante por meio da metodologia da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)³. No Quadro 1, tem-se as questões que medem a (in)segurança alimentar:

²Havia um *banner* no sistema dos acadêmicos. Ao ingressar para verificar algum dado, como notas, por exemplo, esses eram convidados a responder à pesquisa. Vale ressaltar que este questionário foi aprovado pelo comitê de ética, sob o n.º 65555422.0.0000.0105.

³A metodologia FIES (*The Food Insecurity Experience Scale*) da FAO é comumente avaliada utilizando o Modelo de Resposta ao Item (Rasch), uma abordagem estatística que estima parâmetros para itens e respondentes em uma escala unidimensional. No entanto, neste estudo, optou-se por uma abordagem descritiva para medir a insegurança alimentar, em que a classificação foi feita com base nas respostas afirmativas dos alunos às perguntas da escala, em vez de usar diretamente os escores gerados pelo modelo Rasch. Essa abordagem permitiu identificar diferentes níveis de vulnerabilidade alimentar dos estudantes com base em suas experiências relatadas. A título de robustez dos resultados, o modelo Rasch foi estimado *ex post* visando gerar escores individuais, os quais foram comparados com a classificação feita, conforme elenca-se no Quadro 1. A correlação entre os escores Rasch e a classificação baseada nas respostas afirmativas resultou em um coeficiente positivo e estatisticamente significativo, indicando consistência entre as duas abordagens e validando a classificação descritiva que foi adotada.

Quadro 1: Perguntas que compõem a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (IA) - FAO

Pergunta: “Nos últimos 12 MESES, ...”	Descrição	IA
1. Teve preocupação de não ter comida suficiente por falta de dinheiro ou outros meios?	Incerteza e preocupação com relação à comida	Leve
2. Não conseguiu ter uma alimentação saudável e nutritiva por falta de dinheiro ou outros meios?	Qualidade inadequada dos alimentos	Leve
3. Comeu apenas alguns poucos tipos de alimentos por falta de dinheiro ou outros meios?	Qualidade inadequada dos alimentos	Leve
4. Deixou de fazer alguma refeição, por que não havia dinheiro ou outros meios para obter comida?	Quantidade insuficiente de alimentos	Moderada
5. Comeu menos do que achou que devia comer por falta de dinheiro ou outros meios?	Quantidade insuficiente de alimentos	Moderada
6. Ficou sem comida em sua casa por falta de dinheiro ou outros meios?	Quantidade insuficiente de alimentos	Moderada
7. Sentiu fome, mas não comeu por que não tinha dinheiro ou outros meios para obter comida?	Quantidade insuficiente de alimentos	Grave
8. Ficou um dia inteiro sem comer por falta de dinheiro ou outros?	Quantidade insuficiente de alimentos	Grave

Fonte: FAO (2018)

As respostas às perguntas do Quadro 1 foram utilizadas para avaliar o nível de insegurança alimentar em indivíduos. Quando um acadêmico respondia afirmativamente, isso indicava a presença de insegurança alimentar, e cada pergunta apresentava um grau de intensidade desta, o qual aumentava à medida que se avançava para as perguntas finais.

PERFIL DOS ACADÊMICOS PESQUISADOS

A UEPG, assim como diversas outras instituições de Ensino Superior no Brasil, implementou políticas de inclusão social a partir

dos anos de 2000, com a adoção de cotas para estudantes de escolas públicas, negros e pessoas com deficiência (UEPG, 2022). Essas iniciativas têm viabilizado o acesso ao Ensino Superior para uma parcela da população historicamente marginalizada, contribuindo para a criação de um ambiente acadêmico mais diversificado e representativo da sociedade brasileira (Santos, 2014; Silva, 2016).

Na Tabela 1, indica-se o perfil dos respondentes quanto ao cenário supracitado.

Tabela 1: Descrição das variáveis selecionadas – dados amostrais – acadêmicos da UEPG, agosto 2023

Variável	Indicador
Percentual de estudantes do sexo feminino	67
Percentual de estudantes do sexo masculino	33
Idade média (anos)	23
Percentual de estudantes que se autodeclararam da cor branca	80
Percentual de estudantes na condição de pobreza*	18
Percentual de estudantes que participavam de programas sociais	17
Percentual de estudantes que não moravam em Ponta Grossa antes de iniciar o curso	37
Percentual de estudantes que moravam em Ponta Grossa, no período questionado	87
Percentual de estudantes que tinham filhos	93
Percentual de estudantes que moravam com a família	72
Percentual de estudantes que estavam procurando emprego	26
Renda <i>per capita</i> média (R\$)	1289

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: *estudantes que apresentam renda *per capita* inferior a meio salário mínimo.

Os dados apresentados na Tabela 1 reforçam a inclusão: cerca de 18% dos estudantes de graduação da instituição encontravam-se em situação de pobreza e 17% participavam de algum programa social. No entanto, o ingresso na universidade não garante a superação das dificuldades socioeconômicas enfrentadas por esses estudantes. Nesse

contexto, enquanto se avança na democratização do Ensino Superior, é fundamental considerar ações afirmativas que garantam a permanência desse grupo na universidade.

Outro dado relevante que consta na Tabela 1 diz respeito ao percentual de estudantes que não residiam em Ponta Grossa-PR antes de ingressar na graduação, representando 37%. Desses, 64% optaram por fixar residência na cidade após o início dos estudos, enquanto os demais 36% optaram pelo deslocamento pendular, o que adiciona despesas mensais de transporte intermunicipal às suas contas. Assim, 12% do total de estudantes da UEPG realizavam o deslocamento pendular diariamente.

Por sua vez, a decisão de residir em Ponta Grossa implicava, para a maioria dos estudantes oriundos de outras regiões, os custos adicionais, especialmente com o pagamento de aluguel. Para aqueles que optaram pelo deslocamento pendular, os custos extras relacionavam-se ao transporte. Em ambos os casos, dependendo da condição socioeconômica do estudante, esses custos poderiam agravar sua vulnerabilidade social, potencialmente contribuindo para a insegurança alimentar ou intensificando essa condição.

ASPECTOS GERAIS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

A mensuração da insegurança alimentar entre estudantes universitários é crucial para promover um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento, além de contribuir para a equidade e bem-estar no Ensino Superior. No caso dos alunos da UEPG foi preocupante, de acordo com a pesquisa, constatar que 35% deles enfrentavam algum grau de insegurança alimentar.

Tabela 2: (In)segurança alimentar (IA) dos discentes da UEPG, agosto 2023

Condição Alimentar	Percentual
Segurança Alimentar	65%
IA leve	11%
IA moderada	10%
IA grave	14%
Total	100%

Fonte: dados da pesquisa.

A medição da insegurança alimentar (Tabela 2) foi baseada em respostas a perguntas subjetivas, como detalhado anteriormente. Para reforçar as descobertas foi realizada uma análise associando a insegurança alimentar com o número de refeições diárias dos estudantes. Conforme os dados da Tabela 3, observa-se que 24% dos estudantes consumiam menos de três refeições por dia, o que, de fato, reforça o padrão alimentar inadequado nesse grupo.

Tabela 3: Número de refeições por dia dos discentes da UEPG – agosto 2023

Número de Refeições	Percentual
Até 1 refeição	3,3%
2 refeições	20,7%
3 refeições	43,9%
Mais de 3 refeições	32,1%
Total	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Ao correlacionar a insegurança alimentar com o número de refeições, observou-se que entre aqueles que indicaram até uma refeição por dia, 76% estavam em situação de insegurança alimentar, enquanto no grupo dos que consumiam duas refeições, esse percentual foi de 50%. À medida que o número de refeições apresentava aumento, ocorria uma redução proporcional no percentual de alunos em situação de insegurança alimentar. Essa relação reforçou o notável padrão alimentar

inadequado existente entre os estudantes da UEPG, corroborando, em parte, a medição da insegurança alimentar realizada na Tabela 1.

Tabela 4: (In)segurança alimentar (IA) dos discentes da UEPG *versus* número de refeições por dia, agosto 2023

Número de Refeições	Grave	Moderado	Leve	SA	Total
1 refeição	38%	10%	29%	24%	100%
2 refeições	26%	14%	10%	50%	100%
3 refeições	13%	12%	14%	61%	100%
Mais de 3 refeições	5%	6%	9%	80%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Ao examinar a distribuição dos níveis de insegurança alimentar com base nos turnos de estudo, observou-se que os estudantes matriculados no período vespertino apresentaram os percentuais mais elevados de insegurança alimentar e atingiram 49%. Em seguida, os estudantes do período noturno exibiram uma taxa de 36% de insegurança alimentar. Curiosamente, esses dois turnos destacam-se por também registrar as maiores proporções de alunos na categoria de insegurança alimentar grave, com percentagens de 21% e 16%, respectivamente.

Tabela 5: (In)segurança alimentar (IA) dos discentes da UEPG por turno, agosto 2023

Turno	Grave	Moderada	Leve	SA	Total
Total Geral	13%	10%	12%	65%	100%
Integral	12%	11%	12%	65%	100%
Matutino	9%	10%	10%	71%	100%
Noturno	16%	8%	12%	64%	100%
Vespertino	21%	18%	9%	51%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

A análise da insegurança alimentar com base no sexo (Tabela 6) revelou discrepâncias marcantes na UEPG. As estudantes apresentaram uma proporção mais alta de insegurança alimentar em comparação aos

estudantes, com uma taxa de 39% para as primeiras, em contraste com 29% para os últimos.

Ao analisar a presença de filhos entre os indivíduos, surgiram observações importantes. No caso dos estudantes, as taxas de insegurança alimentar praticamente, não se alteraram. No entanto, entre as graduandas, a situação divergiu consideravelmente. As alunas sem filhos apresentaram uma taxa de insegurança alimentar de 37%, enquanto as alunas com filhos indicaram uma taxa mais alta, atingindo 57%, chegando a ter 22% na condição grave.

Os dados evidenciaram que a insegurança alimentar experimentada por mulheres estudantes com filhos refletiu a persistente desigualdade de gênero que historicamente afeta as mulheres. Elas enfrentam uma carga adicional de responsabilidades diárias, combinando trabalho, estudo e cuidado dos filhos, muitas vezes, assumindo a responsabilidade exclusiva pela subsistência da família. Isso resulta em condições mais acentuadas de vulnerabilidade e empobrecimento.

De acordo com informações do relatório Panorama Regional da Insegurança Alimentar e Nutrição de 2023 da FAO, a fome atinge 11,4% das mulheres e 8,3% dos homens no Brasil. Essa disparidade indica um impacto mais severo na população feminina, reverberando diretamente no núcleo familiar pelo qual as mulheres frequentemente são responsáveis.

Observa-se, portanto, a condição de feminização da pobreza, conforme abordado por Pierce (1989, *apud* Novelino, 2004), especialmente para mulheres acompanhadas de seus filhos, que constituem a faixa mais vulnerável da sociedade. Os efeitos dessa situação são imediatos para as estudantes, afetando sua formação acadêmica com repercussões a longo prazo para seus filhos.

O entrelaçamento da divisão sexual do trabalho doméstico e a estrutura do trabalho assalariado no contexto capitalista limita o acesso das mulheres ao tempo livre e à renda, elementos cruciais tanto para a participação política, conforme destacado por Biroli (2018), quanto para garantir uma alimentação adequada.

Importante destacar que, no ambiente acadêmico da UEPG, verificou-se uma sobrerrepresentação da pobreza para as acadêmicas, especialmente àquelas que têm filho. Com efeito, entre os graduandos que moravam com filhos o percentual de alunos em situação de pobreza foi de 16%; e entre os que não moravam com filhos foi de 15%. Já as alunas que moravam com filhos somaram 24% em situação de pobreza, enquanto o percentual de alunas sem filhos nessa situação foi de 18%.

Tabela 6: (In)segurança alimentar (IA) dos discentes da UEPG por gênero e presença de filho(s), agosto 2023

Sexo	Presença de Filho (s)	IA			SA
		Grave	Moderada	Leve	
Feminino	Total	14	12	13	61
	Sem filho(s)	13	12	12	63
	Com filho(s)	22	12	23	43
Masculino	Total	13	7	9	71
	Sem filho(s)	13	8	9	70
	Com filho(s)	11	3	11	74

Fonte: dados da pesquisa.

Com base nos resultados apresentados nesta seção, ficou evidente que, no período da pesquisa, havia uma parcela significativa de estudantes que enfrentavam insegurança alimentar, totalizando 35%. Esse padrão alimentar inadequado predominou, notadamente, entre os estudantes que frequentavam cursos nos turnos vespertino e noturno e entre as mulheres, especialmente aquelas que tinham filhos.

Essa realidade requer ações imediatas e direcionadas para mitigar a situação no ambiente acadêmico. Medidas que visam à promoção da igualdade de acesso a recursos alimentares e apoio aos estudantes, independentemente de suas características demográficas, são essenciais para enfrentar esse desafio.

FREQUÊNCIA ALIMENTAR DE GRUPOS DE ALIMENTOS

Conforme a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), uma alimentação saudável faz mais que apenas prevenir a má nutrição, ela também desempenha um papel crucial na prevenção de uma ampla gama de doenças ao longo da vida. Acesso regular e permanente a uma alimentação saudável é considerado um direito básico de todos os seres humanos. A base para alcançar isso é a pirâmide alimentar brasileira, que se concentra em promover o consumo adequado de alimentos diariamente. Essa pirâmide é estruturada em três princípios interconectados: variedade, moderação e proporcionalidade. A variedade envolve a inclusão de todos os grupos alimentares nas refeições, garantindo que o corpo receba uma ampla gama de nutrientes. A moderação está relacionada ao tamanho das porções e ao respeito pela individualidade de cada pessoa. A proporcionalidade reúne os conceitos de variação e moderação, adaptando-se às necessidades específicas de cada indivíduo (OPAS, 2019).

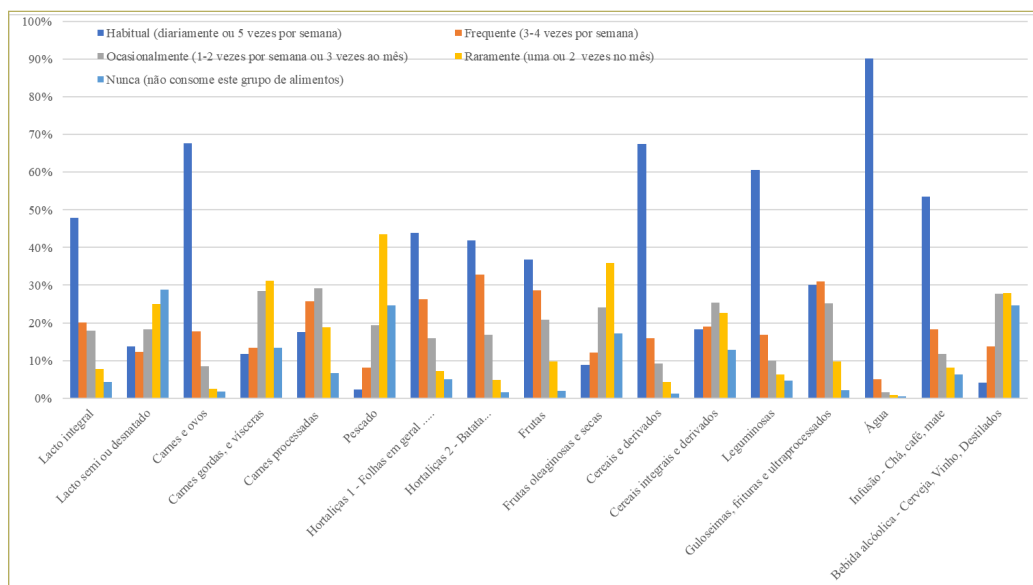
Dessa forma, o “monitoramento e a avaliação da ingestão alimentar podem favorecer a promoção de escolhas saudáveis” (Caivano; Colugnati; Domene, 2019, p. 1). Nesse sentido, guias alimentares propõem uma dieta de referência que atende às cotas nutricionais de adultos, com base nas recomendações de organizações como Institute of Medicine - IOM (sódio), da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) e Organização Mundial da Saúde (gordura saturada). Neste contexto, O Guia Alimentar para a População Brasileira é um documento oficial do Ministério da Saúde que aborda princípios e recomendações para uma alimentação adequada e saudável, caracterizado como importante instrumento para políticas públicas relacionadas à alimentação do Brasil (Brasil, 2014).

Nesse documento são valorizados diferentes grupos alimentares, como os alimentos regionais e *in natura*, levando-se em conta os aspectos culturais, sociais e do meio ambiente. As recomendações

para adoção de uma dieta adequada levam em conta o sistema NOVA, segundo o qual, os alimentos são classificados em quatro grupos: alimentos *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários processados, alimentos processados e ultraprocessados. Vale ressaltar que o maior consumo de alimentos ultraprocessados está associado a doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), tais como obesidade, hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares, entre outras (Askari *et al.*, 2020).

Na sequência, aponta-se o consumo alimentar dos estudantes da UEPG considerando 15 grupos de alimentos. No Gráfico 1, verifica-se a frequência de consumo dividido por grupo.

Gráfico 1: Frequência alimentar – grupos de alimentos – discentes da UEPG, agosto 2023



Fonte: dados da pesquisa.

A avaliação da ingestão de alimentos mediante categorias alimentares, como aplicado nesta pesquisa, visou alcançar resultados preditores quanto ao comportamento de alimentação e sua conexão com enfermidades nutricionais. Considerou-se, para tanto, marcadores alimentares não saudáveis alimentos gordurosos, ricos em sódio, açucarados e ultraprocessados; e saudáveis aqueles *in natura* e minimamente processados, sobretudo, vegetais (Brasil, 2014).

Observa-se, no Gráfico 1, que o grupo estudado indicou baixo consumo de alimentos saudáveis, principalmente frutas e hortaliças, com baixo consumo considerado habitual ou frequente. Pesquisas brasileiras sobre o consumo desses grupos de alimentos mostram alto percentual de inadequação, sendo que a maioria dos brasileiros não consome a recomendação de cinco porções diárias de frutas e hortaliças (Brasil, 2020). Outros grupos de alimentos considerados saudáveis, como pescados, oleaginosas e cereais integrais, também foram relatados, pelos estudantes participantes deste estudo, como consumo predominantemente baixo (ocasional ou raramente), dado semelhante ao perfil do adulto brasileiro (Brasil, 2020).

Consumo de carnes, ovos e laticínios foi apontado, pela maioria dos entrevistados, como habitual ou frequente (mais de 60%), demonstrando uma característica do padrão alimentar do brasileiro adulto do sul do país (Brasil, 2020). O consumo de cereais e derivados e leguminosas foi declarado, em grande parte dos casos, como habitual e frequente, fato comum nas mesas dos brasileiros. Entretanto observou-se uma porcentagem considerável de universitários que não ingerem de forma habitual tais alimentos, mesmo com a oferta diária de arroz e feijão no restaurante universitário.

Há, no Brasil, uma tendência de queda do consumo domiciliar *per capita* de arroz e feijão, em detrimento de alimentos ultraprocessados (Rezende; Coelho; Travassos, 2022). No tocante às guloseimas e ultraprocessados, pôde-se observar que uma porcentagem relevante (acima de 50%) dos alunos relatou consumo frequente ou ocasional. Esses alimentos estão relacionados ao aumento das doenças crônicas

não transmissíveis (DCNT), sendo recomendado, como regra de ouro do Ministério da Saúde, que se “prefiram alimentos *in natura*” ou “minimamente processados” a “alimentos ultraprocessados” (Brasil, 2014). Por último foi relatado consumo habitual de água e infusões e baixo consumo de bebidas alcoólicas, dado que difere de outros estudos, que demonstram alta ingestão de álcool em grupo de estudantes universitários (Martins *et al.*, 2023).

Na Tabela 7, tem-se a frequência média de consumo pelos estudantes da UEPG de cada grupo alimentar associado ao grau de insegurança alimentar. Ressalta-se que os alimentos foram aglomerados por características nutricionais, sendo que laticínios, carnes, ovos, pescados e leguminosas são alimentos predominantemente proteicos.

O grupo das hortaliças, frutas e oleaginosas caracteriza-se por ser rico em vitaminas, minerais e nutrientes funcionais. São considerados ultraprocessados os alimentos do grupo das carnes processadas e guloseimas. O grupo de carnes gordas e vísceras é rico em gorduras saturadas. Observa-se que, praticamente em relação a todos os grupos alimentares, os estudantes que estão em insegurança alimentar, sobretudo, a grave, tendem a ter uma menor frequência média de consumo semanal.

Tabela 7: Frequência média de consumo semanal – grupo alimentares – *versus* o grau de (in)segurança alimentar, discentes UEPG, agosto 2023

Rótulos de Linha	Grave	Moderada	Leve	SA	Total
Lacto integral	2,9	3,1	3,4	3,6	3,4
Lacto semi ou desnatado	1,2	1,4	1,3	1,6	1,5
Carnes e ovos	3,5	3,9	4,1	4,3	4,1
Carnes gordas, e vísceras	1,4	1,1	1,5	1,8	1,6
Carnes processadas	2,3	2,0	2,5	2,3	2,3
Pescado	0,7	0,7	0,7	1,0	0,9
Hortaliças 1	2,9	3,1	3,3	3,6	3,4
Hortaliças 2	3,2	3,2	3,3	3,7	3,5

continua

conclusão

Rótulos de Linha	Grave	Moderada	Leve	SA	Total
Frutas	2,8	2,7	3,0	3,4	3,2
Frutas oleaginosas e secas	1,1	1,2	1,1	1,6	1,4
Cereais e derivados	3,9	3,9	4,1	4,2	4,1
Cereais integrais e derivados	1,7	1,9	1,6	2,3	2,1
Leguminosas	3,3	3,7	3,8	3,9	3,8
Guloseimas, frituras e ultraprocessados	2,9	2,7	3,0	3,1	3,0
Água	4,6	4,8	4,8	4,7	4,7
Infusão - Chá, café, mate	3,5	3,7	3,9	3,5	3,5
Bebida alcoólica	1,2	1,1	1,1	1,3	1,2

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação aos grupos apresentados foi possível detectar que a menor frequência média de consumo se referiu ao pescado, fato esse que pode ter relação com o seu custo, em geral, mais elevado ou, ainda, a outros fatores culturais e regionais. O Guia Alimentar para a População Brasileira, elaborado pelo Ministério da Saúde, recomenda o consumo de peixe fresco pelo menos duas vezes por semana. Essa indicação está alinhada às diretrizes nutricionais globais, que destacam os benefícios dos ácidos graxos ômega-3 encontrados nos peixes, os quais têm sido associados à redução do risco de doenças cardiovasculares (Brasil, 2014).

Bebidas alcoólicas possuem a segunda menor frequência média (fato positivo), seguida pelo grupo de frutas, o que é negativo, visto que o consumo de frutas é fundamental para uma dieta saudável, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Elas são ricas em nutrientes essenciais como vitaminas, minerais e fibras, assim, oferecendo benefícios que abrangem prevenção de doenças crônicas, promoção da saúde digestiva, hidratação – devido ao alto teor de água – e auxílio no controle de peso. A OMS recomenda a inclusão regular de frutas na alimentação como parte de uma dieta equilibrada.

As frutas oleaginosas e secas classificam-se na sequência; geralmente, as diretrizes alimentares recomendam o consumo moderado de oleaginosas devido à sua densidade calórica, sendo que uma porção apropriada, variável conforme o tipo de oleaginosa, é aconselhada para obter benefícios nutricionais, mas sem ultrapassar as necessidades calóricas diárias. O Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde (Brasil, 2014) reconhece os benefícios do consumo de oleaginosas (nozes, amêndoas, castanhas e outras) como parte de uma alimentação saudável. Suas características nutricionais, incluindo gorduras saudáveis, proteínas, fibras, vitaminas e minerais, são destacadas como benéficas para a saúde.

Logo após, verifica-se o grupo lacto (semi e desnatado), cujo consumo, segundo Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), deve ser moderado e variado entre leite e derivados. Recomenda-se incluir diferentes tipos, como leite integral, desnatado, iogurte e queijo, de forma equilibrada. O guia não especifica uma quantidade diária exata, pois as necessidades podem variar de pessoa para pessoa, por isso, a orientação geral é consumir esses alimentos com moderação, evitando excessos, e adaptar o consumo de acordo com as necessidades individuais e preferências alimentares.

Em quinto lugar, com menor frequência média de consumo, encontram-se as carnes gordas e vísceras, que podem conter níveis mais altos de gorduras saturadas, associadas a riscos para a saúde cardiovascular. O guia enfatiza a moderação no consumo desses alimentos e a importância de variar as fontes de proteína, incluindo opções magras. Além disso, a limitação do consumo de carnes processadas é aconselhada (Brasil, 2014). Essa orientação é parte de uma abordagem global para promover uma dieta equilibrada e saudável.

Outro dado importante, em termos de frequência média, refere-se ao consumo de água, que se destacou com maior ocorrência, o que é um ponto muito importante, pois o consumo adequado de água, conforme sugerido pelo guia alimentar (Brasil, 2014), fornece benefícios essenciais para a saúde, incluindo a regulação da temperatura

corporal, a saúde da pele, o bom funcionamento dos órgãos, o controle de peso, o desempenho físico, a concentração mental e a eliminação de resíduos do corpo. Manter-se hidratado é crucial para promover o bem-estar geral do organismo. Seguido do grupo de cereais e derivados e do grupo de carnes e ovos.

Nota-se, contudo, que esse último grupo é justamente o que possui maior diferença de frequência média de consumo entre os que se encontram em segurança alimentar e os que se encontram em situação de IA grave. Pesquisas demonstram baixo consumo de carnes em populações de menor poder aquisitivo (Brasil, 2020).

O consumo alimentar passa pelas preferências e aprendizados que os sujeitos desenvolvem ao longo da vida, além de depender de condições de acesso aos alimentos. Nesse sentido, fatores socioeconômicos e relacionados ao estilo de vida cotidiano dos estudantes podem acabar favorecendo uma alimentação menos saudável. Por sua vez, a oferta de alimentação balanceada e monitorada por nutricionistas nos restaurantes universitários pode ser fundamental para haja uma alimentação mais adequada em termos de qualidade e quantidade. Ainda assim, diante de considerações pertinentes ao não consumo de determinados alimentos em questão qualitativa/aberta existentes na pesquisa, entende-se que ações no que tange à educação alimentar (com abertura para novos alimentos, sabores e texturas) e a relação dos alimentos com a saúde possam ser interessantes para o público em questão.

CONDIÇÃO DE POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL

Os programas sociais são ações governamentais criadas para solucionar problemas que afetam a sociedade em geral ou grupos específicos. Para garantir sua eficácia é essencial que esses programas tenham metas bem-definidas e mantenham foco nas questões principais (Jannuzzi, 2016).

A política de cotas no Brasil surgiu como uma dessas medidas, regulamentada pela Lei n.º 12.711/2012, que determinou a reserva de 50% das vagas em instituições federais de Ensino Superior para alunos de escolas públicas (Brasil, 2012). De acordo com Souza e Rothen (2021), essa ação afirmativa visa promover a inclusão no Ensino Superior, abrindo portas para estudantes que, de outra forma, teriam suas chances limitadas. Essa política inspirou universidades estaduais a adotarem cotas próprias, incluindo a destinação de vagas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, com base na demografia local (Brasil, 2023). No Paraná, as universidades estaduais desenvolveram suas políticas de cotas baseadas na autonomia universitária, garantida pela Constituição Federal de 1988 (Souza; Rothen, 2021). A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) iniciou seu sistema de cotas em 2005, reservando vagas para alunos de escolas públicas e candidatos negros (Souza, 2012).

Atualmente, a UEPG, por meio da Resolução Univ. n.º 2022.28, estabelece a reserva de vagas da seguinte maneira: 5% para candidatos com deficiência, 5% para negros, 10% para negros de escolas públicas, 40% para alunos de escolas públicas em geral, e 40% para ampla concorrência (UEPG, 2022).

Na Tabela 8, elenca-se uma relação entre o tipo de entrada na UEPG, ou seja, por meio de cotas ou sem esse benefício, e a insegurança alimentar. Então, sendo possível detectar que, entre os estudantes admitidos por meio do sistema de cotas, há uma proporção mais significativa de indivíduos em situação de insegurança alimentar. Mais especificamente, entre todos os cotistas, 42% resultaram enfrentar insegurança alimentar em contraste com 31% dos não cotistas.

À medida que a percepção de insegurança alimentar se acentuava, observou-se uma tendência de aumento do percentual de cotistas inseridos na categoria de carência alimentar mais severa. Nesse sentido, 17% dos cotistas responderam positivamente às questões que caracterizavam a insegurança alimentar grave, enquanto entre os não cotistas a proporção correspondente foi de 11%.

Tabela 8: (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG, entrada por cotas e não cotas, agosto 2023

Cotas	Grave	Moderada	Leve	SA	Total
Não	11%	10%	10%	69%	100%
Sim	17%	11%	14%	58%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Ressalta-se que, frequentemente, devido a políticas de cotas ou outros mecanismos de ingresso, os acadêmicos entram na universidade, porém sua condição social não sofre uma melhora imediata. Pelo contrário, muitos deles se veem com a necessidade de equilibrar os estudos com o trabalho a fim de viabilizar a sua educação superior. No entanto, em muitos casos, essa situação não permite que alcancem um nível de renda suficiente para suprir suas necessidades básicas, incluindo a alimentação.

Nessa perspectiva, percebe-se o avanço que ocorreu em virtude da implementação da política de cotas na UEPG para o ingresso de alunos, contudo, como já assinalado, persistem barreiras e desafios significativos enfrentados pelos cotistas que são decorrentes da IA evidenciada na pesquisa, bem como fatores físicos, intelectuais, econômicos, sociais e condições de trabalho dos alunos que se aliam a questões institucionais relacionadas às dotação orçamentaria para as políticas de cotas; conjuntura tal que impacta negativamente no desempenho desses acadêmicos, tornando-se um obstáculo adicional na busca pelo sucesso profissional.

Em 2022, um estudo realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2022) constatou que 59% dos acadêmicos que estavam frequentando as universidades públicas federais apresentavam algum grau de insegurança alimentar, em especial, os cotistas. E se essa é a realidade apresentada nas universidades federais, que detêm maiores dotações orçamentárias destinadas às políticas de permanência estudantil, nas universidades estaduais, a realidade é mais preocupante com um impacto maior para o enfrentamento da insegurança alimentar.

Do universo pesquisado na UEPG, ao todo, 17% dos estudantes estavam inseridos em algum programa social. Dentre os programas sociais utilizados, destaca-se uma diferenciação de programas federais, estaduais e municipais. Relacionando o acesso a programas sociais com a insegurança alimentar, constatou-se que, do grupo que recebe alguma forma de assistência de programas sociais, 62% dos estudantes encontravam-se em situação de insegurança alimentar, em comparação com 30% daqueles que não recebiam tal assistência. Essa observação ressalta que, mesmo para os estudantes que recebem auxílio, esse suporte não se mostra suficiente para reduzir sua vulnerabilidade alimentar.

Tabela 9: (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG – Participa de algum programa social

Participa de Programas Sociais	IA			SA
	Grave	Moderada	Leve	
Não	12	8	10	70
Sim	23	18	22	38

Fonte: dados da pesquisa.

Esses achados, portanto, enfatizam a importância de não utilizar o recebimento de assistência ou a participação em programas como critério de exclusão de estudantes de possíveis ações destinadas a mitigar sua vulnerabilidade social, seja no contexto de assistência estudantil ou em outras iniciativas. Pelo contrário, participar de algum programa já é indício que ações específicas visando mitigar sua vulnerabilidade social devem ser efetivadas.

Para completar a pesquisa foi estabelecida uma análise da relação entre a participação em programas sociais e a condição de ser cotista, levando em consideração o padrão alimentar dos acadêmicos. Conforme ilustrado na Tabela 10, independentemente do *status* de cotista, os estudantes que se beneficiavam de programas sociais apresentavam um índice significativamente elevado de insegurança alimentar, chegando a 62%. Isso ressalta que o envolvimento dos estudantes em iniciativas

sociais é um indicador crucial para a implementação de ações direcionadas à mitigação da fome na instituição.

É pertinente salientar que, mesmo entre os estudantes cotistas que não acessavam programas sociais, revelou-se um percentual considerável quanto à insegurança alimentar. Isso sugere que a situação de insegurança alimentar não está restrita apenas ao grupo que utiliza programas sociais, havendo uma representação significativa em outros contextos.

Tabela 10: (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG – Participa de algum programa social *versus* entrada por cotas, agosto 2023

Algum Programa Social	Cotas	IA	Segurança alimentar	Total
Não acessa	Não cotista	26%	74%	100%
	Cotista	37%	63%	100%
Acessa	Não cotista	62%	38%	100%
	Cotista	62%	38%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Na instituição, existem bolsas direcionadas para reduzir a vulnerabilidade social dos alunos, além de outras voltadas para pesquisa e extensão que, indiretamente, podem também mitigar carências sociais. Ao analisar a relação entre o grupo de estudantes que recebe algum tipo de bolsa e a insegurança alimentar, observou-se que 43% dos bolsistas enfrentavam insegurança alimentar, em comparação com 33% dos não bolsistas. Esses resultados indicam que, de certa forma, a busca por bolsas está relacionada à condição socioeconômica dos estudantes, mesmo quando essas bolsas têm outro objetivo, como pesquisa ou extensão e/ou ensino (estágios remunerados).

Tabela 11: (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG *versus* a participação em alguma modalidade de bolsa

Bolsa	IA			SA
	Grave	Moderada	Leve	
Sem Bolsa	13	9	11	67
Com Bolsa	16	13	14	57
Bolsa de extensão (PIBEX)	11	11	6	72
Bolsa de permanência	67	17	17	0
Bolsa Permanência Indígena	100	-	-	-
Bolsa PIBIC	13	13	19	55
Outra bolsa	50	12	14	18

Fonte: dados da pesquisa.

Ao analisar a subdivisão por tipo de bolsa, entre os beneficiários da bolsa permanência, todos indicavam algum grau de insegurança alimentar, e a mesma situação aplicava-se aos bolsistas da modalidade permanência indígena. Isso ressalta que, de fato, os estudantes que recebem esses tipos de bolsas estão inseridos na categoria mais grave de vulnerabilidade alimentar, não sendo, ainda, suficiente os montantes recebidos para retirá-los de tal condição.

Conforme Mayorga e Souza (2012), a assistência estudantil das universidades não se deve limitar unicamente ao repasse de verbas para os estudantes em situação de vulnerabilidade (como a bolsa permanência), mas precisa ancorar-se num conjunto de ações estratégicas que levem em conta as especificidades e particularidades desses acadêmicos. Os dados da pesquisa, por exemplo, demonstram a indispensabilidade de um olhar mais atento ao segmento dos estudantes indígenas que recebem bolsa permanência, tendo em vista que 100% deles se encontravam em situação grave de insegurança alimentar.

Nesse sentido, há alguns elementos importantes a examinar-se nesse processo dado os índices alarmantes de insegurança alimentar entre os estudantes bolsistas — a sensibilização da universidade em relação à diversidade, por exemplo, assim como a extensão da bolsa permanência para a bolsa alimentação (Mayorga; Souza, 2012).

Na Tabela 12 é apresentada a relação entre a participação em programas sociais e o recebimento de bolsas em relação à insegurança alimentar. Os resultados revelaram que, entre aqueles que participavam de programas sociais e recebiam bolsas, apenas 26% encontravam-se em segurança alimentar. Em contraste, o percentual é um pouco mais elevado (42%) entre aqueles que participavam de programas sociais, porém não recebiam bolsas, embora ainda seja consideravelmente baixo.

Tabela 12: (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG, participação em algum programa social (exógeno à UEPG) e participação em alguma modalidade de bolsa concedida pela instituição

Programa Social/bolsista	IA			SA
	Leve	Moderada	Leve	
Sem participação em programa social	12	8	10	70
Sem bolsa	11	8	9	72
Com bolsa	13	10	12	65
Com participação em programa social	23	18	21	38
Sem bolsa	21	16	21	42
Com bolsa	29	22	23	26

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme Paese e Aguiar (2012), as políticas sociais consistem em ações estatais com o objetivo de proteção social, no qual o Estado redistribui recurso financeiro, por meio dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Castro (2012), as políticas sociais afetam tanto a situação social dos indivíduos quanto a de seus grupos, pois promovem melhorias na qualidade de vida e, ao mesmo tempo, alteram a economia dos que recebem auxílio estatal, dessa forma, possibilitando acesso a bens e serviços.

No entanto fica evidente que essas políticas não são suficientes para retirar grande parte dos estudantes da insegurança alimentar, visto

que mais de um quarto daqueles que participam de programas sociais e recebem bolsas permanecem em situação de insegurança alimentar grave. Nesse contexto é importante que sejam revistas as políticas sociais, especialmente sua interface com a questão da educação, em particular, no que concerne à permanência de estudantes nas universidades e agências de fomento de bolsas (auxílio, ensino, pesquisa e extensão) com o intuito de suprir, realmente, as necessidades dos indivíduos que as recebem.

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO E SEGURANÇA ALIMENTAR

A demanda pela instauração de restaurantes dentro das universidades tem raízes históricas, remontando a expressivas mobilizações estudantis. Essa política inclusiva destaca-se ao garantir o direito dos estudantes a uma alimentação saudável e acessível.

Os primeiros restaurantes universitários (RUs) surgiram nas décadas de 1950 e 1960. A criação desses espaços, primariamente voltados para atender às demandas alimentares de estudantes que permanecem por longos períodos nas universidades, foi uma resposta às necessidades de uma população específica, muitos provenientes de outras cidades, que residiam em repúblicas, apartamentos ou quitinetes. Dependendo do suporte financeiro limitado, esses estudantes buscavam opções de alimentação com custo acessível, assim, contribuindo para a manutenção de despesas mínimas durante sua trajetória acadêmica.

A importância dos RUs na UEPG é indiscutível, por desempenharem um papel crucial no suporte aos estudantes, professores e funcionários da instituição. Alguns pontos destacam a relevância desses restaurantes:

- Acesso à Alimentação Balanceada: oferecem uma opção acessível para que os membros da comunidade acadêmica tenham acesso a refeições balanceadas e nutritivas.
- Acompanhamento Nutricional: o fato de contar com o suporte de nutricionista evidencia o compromisso em

proporcionar não apenas refeições de baixo custo, mas também garantir que elas atendam aos padrões de qualidade nutricional.

- **Localização Estratégica:** a presença de restaurantes universitários tanto no *Campus* Central quanto no *Campus* Universitário em Uvaranas facilita o acesso dos usuários, promovendo conveniência e economia de tempo.
- **Capacidade de Atendimento:** com capacidade para atender a 124 pessoas no *Campus* Central e 398 pessoas no *Campus* Universitário em Uvaranas, esses restaurantes podem atender a uma grande parte da comunidade acadêmica, promovendo um ambiente de convívio e interação.
- **Sistema de Rodízio:** o sistema de rodízio adotado pelos restaurantes universitários permite que aproximadamente dois mil usuários sejam atendidos diariamente, o que garante uma distribuição equitativa e oferece variedade nas opções alimentares ao longo do tempo.

Com o propósito de avaliar a relevância do RU na dieta dos estudantes da UEPG, eles foram indagados a respeito do local onde faziam a refeição principal do dia. Dos estudantes questionados, 30,9% apontaram o RU como seu principal local de refeição, destacando, assim, a sua importância na alimentação dos acadêmicos.

Tabela 13: Local onde o acadêmico faz sua principal refeição (%) – UEPG, agosto 2023

Local	Percentual
Casa ou casa de familiares	46,8%
RU	30,9%
Trabalho	15,0%
Restaurante/Restaurante popular	2,8%
não respondeu	1,9%
Marmita	1,4%
RU e em casa	0,2%
Outros	1,0%

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 14 é possível constatar que, dentre todos os estudantes que frequentavam o RU da UEPG, no período investigado, a maioria optava apenas pelo almoço. É relevante destacar que um percentual significativo (17,0%) fazia uso de ambas as refeições disponíveis.

Tabela 14: Percentual de estudantes que utilizavam o Restaurante Universitário (RU) por modalidade de refeição, agosto 2013

Refeições no RU	Percentual
Apenas almoço	81,45%
Apenas janta	1,58%
Janta e almoço	16,97%
Total	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Ao examinar a relação entre a modalidade de refeição oferecida pelo RU e os níveis de (in)segurança alimentar (Tabela 15), observa-se que os estudantes que “almoçam e jantam” no RU eram mais propensos à insegurança alimentar (67%). Isso ressalta a relevância das refeições fornecidas pelo RU para esse grupo de estudantes — sendo, para muitos, a principal fonte de alimentação — e evidencia que o RU desempenha um papel significativo na assistência àqueles com maior necessidade de apoio alimentar.

Tabela 15: (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG *versus* uso do restaurante universitário

Uso do RU	IA			SA
	Grave	Moderada	Leve	
Não Utiliza	13	8	11	68
Apenas almoço	12	14	13	61
Apenas jantar	0	14	14	71
Jantar e almoço	24	16	17	43

Fonte: dados da pesquisa.

Ao mesmo tempo, conforme dados da Tabela 16, percebe-se um percentual elevado de estudantes em IA que não utilizava o RU. Com efeito, de todos os estudantes com IA grave, 69% não o utilizavam. Isso evidencia que há espaço para ampliação da ação institucional no que se refere ao fornecimento de alimentação para os estudantes mais vulneráveis em termos alimentares.

Tabela 16: (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG *versus* número de vezes que se alimentava no restaurante universitário (RU), agosto 2023

Utiliza o RU	Grave	Moderada	Leve	Sa	Total Geral
Não	69%	57%	63%	72%	69%
Sim	31%	43%	37%	28%	31%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

A não utilização do RU pelos estudantes em insegurança alimentar grave pode ter relação com o seu horário de funcionamento, localização e tempo de espera para ingresso, posto que muitas vezes esses estudantes precisam “correr para o trabalho” ou “para pegar a condução”. Esses fatores foram pontuados nos comentários e sugestões fornecidos pelos respondentes da pesquisa.

SAÚDE MENTAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

A saúde mental⁴ é condicionada por diversos fatores (sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais) que afetam e interferem diretamente no processo saúde e doença. Tais fatores, compreendidos como os determinantes sociais da saúde (DSS), são responsáveis por grande parte das desigualdades e iniquidades na saúde no Brasil (CDSS, 2010).

Há diversas compreensões, conceitos e abordagens acerca dos DSS. Nesta construção, seguiu-se o entendimento que os DSS são as

⁴De acordo com a OMS (2009), a saúde mental é caracterizada como o estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de realizar as suas capacidades rotineiras e mais complexas, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade.

“circunstâncias em que as populações crescem, vivem, trabalham e envelhecem, bem como os sistemas implementados para lidar com a doença”. Conformam, também, essas circunstâncias, as “forças de ordem política, social e econômica” (CDSS, 2010, p. 1).

Nesta direção, entende-se que os DSS estão relacionados às condições em que uma pessoa vive e trabalha. Também podem ser considerados outros fatores, como supramencionado, que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco à população, tais como moradia, alimentação, escolaridade, renda e emprego. Os DSS estão associados a situações da vida econômica, social, ambiental, política, governamental, cultural e subjetiva, afetando positiva ou negativamente indivíduos, diferentes segmentos e grupos sociais, coletividades, populações e territórios.

A partir desta contextualização, considera-se que a insegurança alimentar é um dos determinantes sociais do processo saúde-doença e impacta significativamente na saúde mental dos alunos UEPG. Os achados da pesquisa evidenciaram que a insegurança alimentar está presente no grupo de estudantes com algum tipo de transtorno mental.

A dificuldade de acesso à alimentação, de forma regular, contínua e permanente, configura-se como uma vulnerabilidade alimentar. A preocupação com a escassez de alimentos e a incerteza quanto à quantidade e disponibilidade de comida, bem como a vivência da fome, demonstram que a IA é um agravante para crises em pessoas com transtornos mentais comuns.

De acordo com Campos *et al.* (2020) e Dalmas *et al.* (2020), especialmente após a pandemia da covid-19, a depressão e ansiedade atingiram, respectivamente, 61% e 44% da população no Brasil. Nesse contexto, o não acesso e/ou o acesso inadequado à alimentação pode ter impactos significativos nas condições emocionais e psicológicas, sobretudo, em indivíduos diagnosticados com ansiedade e depressão.

Os achados desta pesquisa evidenciaram que a insegurança alimentar está presente no grupo de estudantes com algum tipo de transtorno mental. No geral, 35% dos estudantes relataram a presença de

algum tipo de transtorno. Destaca-se que, no grupo de alunas, essa proporção foi ainda mais acentuada, com 43% das estudantes afirmando ter algum transtorno, em comparação com os 23% no grupo masculino (Tabela 17). *A priori*, de acordo com os resultados, 35% dos estudantes da UEPG encontravam-se em situação de insegurança alimentar, sendo esses alunos especialmente mulheres que tinham filhos.

A questão social de gênero implica diferentes suscetibilidades e exposições a riscos e vulnerabilidades específicos para a saúde mental, por conta dos diferentes processos biológicos e de relações sociais. Conforme Sousa *et al.* (2019), ser mulher perpassa diferentes papéis, comportamentos, sobrecarga de atividades que determinam distintas vivências que não são experimentadas pelos homens.

Tabela 17: Percentual de acadêmicos com algum transtorno (ansiedade, depressão, entre outros), agosto 2023

Algum Transtorno	Feminino	Masculino	Total
Não	57%	77%	65%
Sim	43%	23%	35%
Total	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Dentre todos os acadêmicos que apresentavam algum transtorno, constatou-se que 45% estavam enfrentando algum nível de insegurança alimentar (Tabela 18). E entre aqueles que não possuíam transtorno 30% experimentavam insegurança alimentar

Com efeito, ao analisar a correlação entre a presença de transtornos e os diferentes graus de insegurança alimentar, observou-se um coeficiente positivo e estatisticamente significativo. Isso indica que os graus mais intensos de insegurança alimentar dos estudantes estavam mais fortemente associados à presença de algum tipo de transtorno, e vice-versa.

No que diz respeito ao sexo, percebeu-se que, entre as alunas com algum transtorno, a proporção daquelas enfrentando certo grau de

insegurança alimentar foi ligeiramente mais alta em comparação com os alunos que revelaram algum transtorno (46% em comparação a 44%).

Tabela 18: (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG *versus* sexo, e ter algum transtorno, agosto 2023

Sexo/transtorno	IA			AS
	Grave	Moderada	Leve	
Feminino	14	12	13	61
Sem transtorno	10	11	12	67
Com transtorno	19	13	15	54
Masculino	13	7	9	71
Sem transtorno	10	7	8	75
Com transtorno	23	8	13	56
Total Geral				
Sem transtorno	10	9	10	70
Com transtorno	20	12	14	55

Fonte: dados da pesquisa.

A insegurança alimentar é resultante de diversas iniquidades que impactam várias dimensões da vida dos estudantes, incluindo aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e o acesso à alimentação. Estudantes em condições de insegurança alimentar, mormente quanto ao que esta pesquisa revelou, mulheres com filhos, enfrentam e experienciam variados fatores sociais que influenciam a saúde e a doença. Principalmente, no caso das alunas, a insuficiência de acesso a estruturas e recursos sociais necessários para sua sustentação, com a continuidade no curso e a segurança alimentar para ela e seu filho, afetam profundamente sua saúde mental e sua capacidade de continuar na universidade.

Esta pesquisa evidenciou que a insegurança alimentar interage e sobrepõe-se a outros fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, como a identidade feminina, maternidade, classe social subalterna impactando na relação com a sociedade e no acesso a seus direitos.

A UNIVERSIDADE E OS DESAFIOS DA IA E VULNERABILIDADE SOCIAL

Discutir sobre segurança alimentar é pensar sobre o processo de garantia e luta por direitos sociais e humanos. Assim, entende-se que:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Deste modo, os resultados desta pesquisa, evidenciados neste capítulo, enfatizam que a aparência de bem-estar de um aluno ou aluna em sala de aula não necessariamente indica ausência de insegurança alimentar ou vulnerabilidade social. Frequentemente, trata-se de um estado silencioso que se pode manifestar em problemas físicos e psicológicos ao longo do tempo, tanto a curto quanto a médio e longo prazos.

Por isso a alimentação configura-se como um direito inalienável, e é dever do Estado e da sociedade fazerem com que a população tenha garantido o acesso à alimentação, propiciando assim a dignidade humana. O papel de uma universidade inclusiva, por sua vez, é, para além do processo de formação profissional, conseguir perceber as nuances multifacetadas da vida real que compõem o ser humano buscando, quando necessário, modificar a realidade.

A pesquisa realizada no âmbito do Núcleo de Gênero, Questão Ambiental e Condição de Pobreza apresenta dados que evidenciam a situação de vulnerabilidade causada pela insegurança alimentar. Situação que é vivenciada por parcela significativa dos alunos da UEPG e que, por certo, impacta na permanência deles, no processo de aprendizagem e, por consequência, na qualidade da formação acadêmica.

O direito humano à alimentação, que é reconhecido como direito fundamental, garante a todo ser humano o direito ao acesso a uma

alimentação adequada que lhe permita o bem-estar físico, mental, cultural e social, em condições que lhe assegurem a dignidade e uma vida saudável e ativa. A observância desse direito implica primordialmente em dever do Estado, mas também na coparticipação da sociedade. Nesse sentido é que as universidades, que são agentes de transformação, devem contribuir com estratégias de promoção da saúde, acesso e efetivação das políticas públicas aos acadêmicos em vulnerabilidade.

Além disso, tendo em vista que é nas universidades que se congregam o ensino, pesquisa e extensão, cabe-lhes também a responsabilidade em identificar, desenvolver e efetivar ações que busquem o enfrentamento adequado e eficaz à insegurança alimentar, da comunidade acadêmica, em especial os acadêmicos, uma vez que a nutrição em quantidade e qualidade são elementos que compõem a saúde e bem-estar social necessários ao desempenho estudantil.

O uso da escala de mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional proposto pela FAO, complementado por alguns indicadores de consumo alimentar e estado nutricional, serviu ao monitoramento das dimensões de acesso ao alimento e sua utilização. Outros fatores como condições de saneamento, de saúde, hábitos, e o papel social da alimentação também poderiam somar-se às ferramentas de coleta de dados escolhidas e são indicadas para estudos futuros. Do mesmo modo que alguns grupos destacadamente mais vulneráveis poderiam ter um acompanhamento mais próximo de forma quanti e qualitativa.

Conforme relatado, os RUs são extremamente importantes para os estudantes de graduação da UEPG, e possivelmente para outros atores da comunidade universitária, tais como na EAD, pós-graduação, Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI) e até para os servidores dessas instituições de ensino. Estudos com esses outros grupos seriam interessantes de forma a complementar a presente pesquisa.

Destaca-se aqui, para finalizar, a firme proposição da Reitoria da UEPG para a realização desta pesquisa e, ainda, a colaboração de todos os estudantes, docentes, coordenadores de curso, chefes de departamento e diretores de setor, servidores, do Núcleo de Tecnologia

da Informação e da Coordenadoria de Comunicação e Reitoria que contribuíram imensamente na divulgação e sensibilização da comunidade universitária para a importância do preenchimento da pesquisa.

Por fim, entende-se que a presente pesquisa não é final nem definitiva, muito pelo contrário, é premente que haja um monitoramento contínuo com a implementação de novas ações e políticas, bem como averiguação de seus impactos e ampliação da discussão com relação à segurança alimentar e nutricional e garantia do direito humano à alimentação adequada dentro e fora da universidade.

Assim, diante do grave cenário revelado pela pesquisa, no ambiente acadêmico quanto à fome vivida por parcela significativa de seus alunos, aliado à responsabilidade institucional de garantir o bem-estar desta comunidade acadêmica em sua trajetória de formação e considerando que a universidade, enquanto um centro de diferentes saberes em diversas áreas de conhecimento, por meio do tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, deve adotar ações práticas que impactem a vida estudantil e reduzam a barreira da fome, como forma de efetivo cumprimento do direito a uma educação de qualidade com dignidade, igualdade e justiça social.

Por isso, na sequência, finaliza-se este capítulo com a apresentação de algumas propostas que refletem as discussões realizadas no âmbito do Núcleo Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, bem como de seu subgrupo Alimentação & Sociedade. Estas propostas são embasadas na literatura, nos resultados observados e nas experiências pessoais e profissionais dos participantes envolvidos. As ideias podem ser objeto de estudos de viabilidade e impulsionar discussões que gerem novas propostas a serem implementadas. Afirma-se, ainda, que as sugestões aqui apresentadas não têm a pretensão de esgotar o assunto e são passíveis de análise para condições de viabilidade institucional.

PROPOSTAS INTERNAS DE POLÍTICAS SOCIAIS

Com relação, especificamente, aos RUs, sugere-se ampliar os seus horários de atendimento no almoço e jantar, bem como implementar

novos dias e horários de funcionamento (especialmente pensando no café da manhã e fins de semana). Alternativamente ou de modo complementar, pode-se ofertar a opção de “marmita” para viabilizar o consumo em local diferente (como nos domicílios dos alunos ou seus locais de trabalho) ou horário posterior ao fechamento das unidades, ou de “cesta de alimentos” para que os alunos mais vulneráveis possam ter insumos para preparo das refeições nos fins de semana.

Os espaços físicos dos restaurantes poderiam ser ampliados para que haja diminuição das filas, maior conforto e agilidade para ingresso e consumo dos alimentos nas duas unidades. Além disso, seria pertinente considerar alternativas para zelar pelo bem-estar dos alunos em dias de condições climáticas adversas, tais como exposição ao sol intenso, calor excessivo, frio, ventos fortes ou chuvas, com a possível instalação de coberturas nas áreas externas.

No tocante ao ingresso nos RUs, diante dos dados relativos às alunas, especialmente aquelas que são mães (que apresentam maiores níveis de IA), poder-se-ia implementar um acesso prioritário e permitir o acesso dos seus dependentes menores de 12 anos com o valor reduzido, mediante identificação na carteirinha ou no sistema de compra de *tickets online*. Essa cultura já existe em relação aos alunos do Colégio Agrícola e da Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), ambos pertencentes à UEPG, nos *campi* de Uvaranas e Centro, respectivamente.

No que tange à sua oferta de alimentos, cabe avaliar os cardápios de maior sucesso entre os alunos, assim como os itens preteridos e desperdiçados e buscar inovar nas formas de preparo e variação dos cardápios observando os aspectos nutricionais, mas também os culturais, regionais específicos. Além disso, sugere-se que as frutas com “amassados” ou “furinhos”⁵ sejam utilizadas na forma de sucos naturais ou, ainda, no preparo de pratos e sobremesas diferentes. Também se poderia implementar preparos “não convencionais” com o aproveitamento integral dos alimentos.

⁵ Objeto de reclamação de alguns alunos, conforme pode ser observado na seção específica com relação aos comentários e sugestões dos respondentes.

Destaca-se que temas como “O uso do alimento em sua integralidade”, “Técnicas básicas de cozinha”, “Técnicas sobre Segurança de Alimentos e a implantação das Boas Práticas”, “Como escolher e armazenar insumos”, “Leitura de rótulos e diferenciação de alimentos segundo o seu processamento”, “Grupos alimentares e balanceamento de dietas”, entre outros temas relevantes relacionados à alimentação, poderiam ser abordados em cursos de extensão para os alunos, bem como para a comunidade. Em que pese viabilizar parcerias para oferta desses cursos pode ser interessante, seja para obter insumos, seja para a vinda de profissionais e utilização de metodologias já consolidadas.

Uma alternativa complementar ao uso do RUs poderia ser a implementação de Copas Comunitárias em locais estratégicos dos *campi* e que possuam alguns equipamentos para que os alunos possam esquentar suas marmitas e consumi-las (micro-ondas, mesas, produtos de limpeza para higienização dos recipientes após uso, etc.). Ademais, poder-se-ia pensar em alguns espaços de convívio e comensalidade.

Além disso, programas de assistência financeira e nutricional podem desempenhar um papel crucial na redução da IA, independentemente do gênero ou de maternidade. Uma abordagem possível é a inclusão de critério subjetivo de maternidade e paternidade para concessão de desconto e/ou isenção do valor da refeição nos RUs da UEPG, associados ou não aos critérios econômicos vigentes⁶.

Ainda com relação ao aspecto monetário, entende-se que os deslocamentos para “levar documentação” ou “efetivar assinaturas”, nos diversos âmbitos da universidade, podem configurar-se como barreiras especialmente para os alunos sediados no *Campus* Central. Nesse sentido, implementar um ponto de apoio das pró-reitorias para atendimentos no Centro poderia aproximar o aluno das informações e do uso dos serviços da universidade.

⁶ Atualmente, conforme último edital PRAE-DAE n.º 2023.363, são considerados exclusivamente critérios objetivos da situação socioeconômica da acadêmica e do acadêmico, quais sejam, inscrição no CADÚNICO, matrícula na Universidade e renda familiar mensal de até 5 ou 3 salários mínimos nacional.

Para abordar as disparidades (gênero e filhos) supramencionadas, também é imperativo adotar uma abordagem multifacetada e centrada em políticas públicas, preferencialmente pensada por e para mulheres, tendo em vista a cultural responsabilização feminina pelos cuidados com os filhos, especialmente na primeira infância. Isso inclui a implementação de medidas que visem à equidade de gênero e à parentalidade responsável, como disponibilização de creches para as estudantes que são mães, inclusive, unidades universitárias de educação infantil e períodos de exercício domiciliar mais alongados, sem prejuízo de recebimento de eventuais bolsas.

Há necessidade de um Censo Universitário, e este poderia ser realizado de forma regular na universidade, pois traria um campo de dados reais, atualizados e precisos para o acompanhamento do perfil social e econômico dos estudantes. Isso forneceria resultados a curto e longo prazos que poderiam fundamentar as práticas gestoras da universidade.

Finalmente, é salutar ponderar, como dado relevante da pesquisa, a incidência de vários transtornos mentais e ligação desses com a segurança alimentar. Nesse sentido, aponta-se a necessidade do cuidado com a saúde física e mental dos estudantes. Para esse fim, sugere-se ampliar a divulgação dos serviços de apoio da UEPG, tais como o Centro de Saúde Integrativa; ampliar a rede de cuidados em saúde mental (*call center*, acolhimento psicológico virtual, grupos de apoio, trabalho com a rede de atenção psicossocial, entre outros) e garantir que haja uma equipe suficiente de profissionais efetivos e multidisciplinar para continuidade dos processos de atenção.

PROPOSTAS EXTERNAS DE POLÍTICAS SOCIAIS

A averiguação da situação alimentar dos estudantes universitários de outras instituições de Ensino Superior do estado do Paraná e do país faz-se premente para que se possa pensar em soluções conjuntas para problemas compartilhados, assim como boas iniciativas possam ser replicadas.

O desenvolvimento de uma política de pesquisa continuada das IES, no caso paranaense, para continuidade do banco de dados em relação a esta pesquisa, desenvolvida no âmbito da UEPG, poderia contribuir de forma permanente para atualização dos dados e proposição de novas ações. Da mesma forma, alerta-se para a proposição do incremento à extensão universitária (na graduação e pós-graduação) com uma linha diretriz da extensão definida com projetos visando ao entorno da universidade nas suas mais diversas ações (políticas extensionistas voltadas para desenvolvimento local sustentável, geração de renda das famílias de estudantes que frequentam a universidade, criação de espaços que promovam a saúde mental da comunidade, entre outras ações). O tripé universitário (ensino-pesquisa-extensão) tem papel fundamental na realização de ações que estreitem laços da universidade com a comunidade com o intuito de promover ações conjuntas de mudança social.

Propõe-se também o incremento da extensão universitária (na graduação e pós-graduação) com uma linha diretriz da extensão relacionada à alimentação, priorizando projetos que contemplem famílias em vulnerabilidade social, bem como ações incisivas no entorno da universidade (políticas extensionistas voltadas para desenvolvimento local sustentável, geração de renda das famílias, criação de espaços que promovam a saúde mental da comunidade). Certamente, essas são ações que reverterão na relação próxima entre universidade e comunidade e podem, a curto e médio prazo, modificar o cenário institucional em relação à IA e vulnerabilidade social.

A UEPG pode colocar-se em papel de destaque em articulações com o governo municipal de Ponta Grossa, bem como do entorno próximo, para trabalhar questões como, por exemplo, o transporte (municipal e intermunicipal) — passe livre ou reduzido também em outros deslocamentos que não apenas para ir e voltar das aulas; linhas de crédito e aluguel social.

Da mesma forma, a parceria com a SETI (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e com as demais IES do estado

do Paraná pode alavancar ações e políticas de pesquisa e extensão determinantes capazes de modificar o atual cenário de vulnerabilidade social e nutricional, entre outros, inclusive, de saúde mental dos estudantes e suas famílias, bem como da comunidade.

Na esfera federal, mais precisamente com o governo federal, contempla-se a possibilidade de a insegurança alimentar ser uma realidade em diversos outros contextos. Nesse sentido, talvez, seja pertinente considerar a implementação de um Programa Nacional de Alimentação Universitária, modelado a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que visa oferecer alimentação escolar e promover ações de educação alimentar e nutricional para estudantes em todas as etapas da Educação Básica pública. Além disso, em colaboração com o governo federal, é possível conceber a alimentação como um tema estratégico em editais para o financiamento de projetos de pesquisa, do mesmo modo que em outras iniciativas sociais.

Por fim, tanto na esfera federal quanto estadual, por mais que as bolsas tenham passado por recente reajuste verificou-se que ainda esses valores são insuficientes, portanto, cabe pensar novos reajustes ou complementações específicas.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Esta pesquisa refletiu sobre a importância da segurança alimentar entre discentes no contexto universitário. Os dados aqui apresentados apontam a necessidade premente de políticas públicas direcionadas a este público. A ideia central na construção dos dados de pesquisa aqui revelados apontam para o argumento de que o acesso à universidade nos últimos anos tem sido um fator preponderante no Brasil. Entretanto, há necessidade de investimento direto na permanência dos estudantes no contexto do ensino superior. Não há como pensar em formação pedagógica e ensino superior inclusivo sem levar em consideração aportes para permanência dos estudantes no ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ASKARI, Mohammadreza *et al.* Ultra-processed food and the risk of overweight and obesity: a systematic review and meta-analysis of observational studies. **International Journal of Obesity**, [s.l.] v. 44, n. 10, p. 2080-2091, 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**. Brasília: ANDIFES, 2022. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/>. Acesso em: 28 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação (MS). **Sobre o sistema de cotas**. 2023. Acesso em <http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema>
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Brasília: Presidência da República, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: MS, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **VIGITEL Brasil 2019: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília: MS, 2020.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Cadastro Único**. Brasília: MDS, 2023.
- CAMPOS, Juliana A.D.B. *et al.* Early Psychological Impact of the COVID-19 Pandemic in Brazil: A National Survey. **Rev. J. Clin. Med**, Switzerland, p. 1-14, 2020.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 1011-1042, 2012.
- DAUMAS, Regina Paiva *et al.* O papel da atenção primária na rede de atenção à saúde no Brasil: limites e possibilidades no enfrentamento da COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 6, e00104120, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00104120>. ISSN 1678-4464.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Alínea, 2016.

MAYORGA, Claudia; SOUZA, Luciana M. Ação afirmativa na Universidade: a permanência em foco. **Psicologia Política**, v. 12, n. 24, maio-ago. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **The Food Insecurity Experience Scale**. 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/voices-of-the-hungry/files/en/>. Acesso em: ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários**: uma perspectiva global de integração de saúde mental nos cuidados de saúde primários. Portugal: OMS, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Obesidade e excesso de peso**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Social determinants of health**. 20218. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB148/B148_R2-en.pdf Acesso em: 16.01.2026

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Alimentação saudável**. Washington-DC: Pan American Health Organizatio, 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/alimentacao-saudavel>. Acesso em: jul. 2024.

PAESE, Cláudia Regina; DE AGUIAR, Anne Adelle Gonçalves. Revisitando os conceitos de formulação, implementação e avaliação de políticas e programas sociais no Brasil. **Revista Nupem**, v. 4, n. 6, p. 65-81, 2012.

REZENDE, Gerciana A.; COELHO, Alexandre B.; TRAVASSOS, Guilherme. F. Consumo domiciliar de arroz e feijão no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 31, n. 2, p. 71, 2022.

SANTOS, Osvaldo. *et al.* **Validade do auto-relato do peso e da altura na avaliação do índice de massa corporal da população adulta portuguesa.** [s.l.], 2009.

SOUZA, Andreliza. C. **Avaliação da política de cotas da UEPG:** Desvelando o direito à igualdade e à diferença. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

SOUZA, Andreliza. C.; ROTHEN, Jose Carlos, Análise das políticas de cotas em universidades estaduais do estado do Paraná/Brasil, segundo o Ciclo de Políticas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5516> Acesso em: 16.01.2026

SOUSA, Sarah Queiroga; LÔBO, Ianna Karolina Vêras.; CARVALHO, Alice Telles.; VIANNA, Rodrigo Pinheiro de Toledo. Associação entre risco de transtornos mentais comuns e IA entre mães com filhos menores de um ano de idade. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo. n. 24, v. 5, p. 19251934, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Edital PRAE-DAE n. 2023.363 de 03 de maio de 2023.** Edital de solicitação de desconto para o restaurante universitário. 2023. Disponível em: https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2023/05/publicar_Isencao-RU_SEI_UEPG-1433534-Edital.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Edital PRAE-DAE n. 2023.363 de 03 de maio de 2023.** Edital de solicitação de desconto para o restaurante universitário. 2023. Disponível em: https://www2.uepg.br/prae/wpcontent/uploads/sites/18/2023/05/publicar_Isencao-RU_SEI_UEPG-1433534-Edital.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **UEPG aprova nova política de cotas para Vestibular e PSS.** 2022. Disponível em: <https://www.uepg.br/cotas-vest-pss/>. Acesso em: out. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Restaurante Universitário**. Disponível em: <https://www2.uepg.br/ru/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Números UEPG. Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN**, 2022. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proplan/wp-content/uploads/sites/145/2023/10/Numeros-UEPG-2022-FINAL.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

CAPÍTULO 2

INSEGURIDAD ALIMENTARIA, CONSUMO DE ALIMENTOS Y ACCESO A POLÍTICAS DE PROTECCIÓN SOCIAL EN LOS ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL MAYOR DE SAN MARCOS, LIMA – PERÚ

Bill Anderson Estrada Acero

Hally Ruth Huillca Maldonado

Juan Pablo Aparco Balboa

Jessica Catherine Barrientos Cuba

Margot Quintana Salinas

Sissy Liliana Espinoza Bernardo

Sarai Abigail Asmad Cruz

Milagros Esther Zegarra Velásquez

Violeta Magdalena Rojas Huayta

ASPECTOS GENERALES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL MAYOR DE SAN MARCOS

La Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) es una institución pública situada en Lima, la capital del Perú. Se considera la primera universidad fundada en el continente americano, y es

también la primera en recibir una autorización oficial a través de una provisión real. Además, ha funcionado de manera ininterrumpida desde su creación, lo que le confiere el título de la universidad más antigua de América. Asimismo, en documentos y publicaciones oficiales, se la denomina como Universidad del Perú, Decana de América.

Fue fundada el 12 de mayo de 1551 mediante una Real Cédula dada por el rey Carlos V de España. La UNMSM inició su trayectoria académica centrándose en estudios de Teología, Filosofía y Derecho; sin embargo, al transcurrir los siglos se fueron implementando otras áreas de estudio. Hoy cuenta con un gran número de facultades y estudiantes. A lo largo de sus más de 470 años de existencia, se ha consolidado como un pilar importante y fundamental en la educación, la investigación y la cultura del Perú (UNMSM, s.f.).

En la actualidad, la UNMSM cuenta con 73 carreras distribuidas en 20 facultades organizadas en cinco áreas de conocimiento: Ciencias de la Salud, Ciencias Básicas, Ingenierías, Ciencias Económicas y de la Gestión, Humanidades y Ciencias Jurídicas y Sociales. Además, dispone de institutos de investigación y más de 200 grupos de investigación. Del mismo modo, incluye 130 programas de maestría, 34 de doctorado y 133 de segundas especialidades distribuidas en las cinco áreas académicas (UNMSM, s.f.).

El campus principal de la universidad, conocido como Ciudad Universitaria (CU) de Lima, se ubica entre las avenidas Universitaria y Venezuela, expandiéndose tanto hacia el norte como al sur. Sus coordenadas geográficas son 12°03'24"S 77°05'06"O. Los puntos de acceso se encuentran en las avenidas Universitaria Sur, Venezuela, Germán Amézaga y Óscar Benavides (antigua Colonial), dentro del distrito y provincia de Lima.

Además de su campus principal, la UNMSM dispone de un segundo local conocido como Campus de Ciencias de la Salud - San Fernando, que acoge las escuelas de la Facultad de Medicina y la Facultad de Farmacia y Bioquímica. Este se encuentra en el distrito de La Victoria, en las coordenadas 12°03'28.1"S 77°01' 22.7"O. Los puntos de acceso a

dicho campus se localizan en las avenidas José Carlos Mariátegui, San Luis y Nicolás de Piérولا.

Finalmente, la universidad cuenta con una sede adicional en el distrito de San Borja, correspondiente a la Facultad de Medicina Veterinaria (UNMSM, 2022)

ASPECTOS METODOLÓGICOS

a) Muestra:

Se desarrolló un estudio observacional, descriptivo y transversal para conocer la proporción de inseguridad alimentaria, según la escala FIES (*Food Insecurity Experience Scale*) en estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. El estudio se realizó durante el período de noviembre a diciembre de 2023. Se realizó un muestreo aleatorio estratificado con afijación proporcional por facultad y por sexo, se consideró a las 20 facultades distribuidas en las 5 áreas académicas (Ciencias Básicas, Ciencias de la Salud, Ciencias Económicas y de la Gestión, Humanidades y Ciencias Jurídicas y Sociales e Ingenierías). Para el estudio se estimó una muestra neta de 379 estudiantes; el tamaño muestral se estimó para una proporción esperada de 50%, un intervalo de confianza del 95% y un margen de error del 5% ($n=379$).

b) Recolección de datos y variables:

La recolección de datos se realizó mediante una encuesta digital elaborada en la plataforma Google Forms. La difusión de esta encuesta se llevó a cabo a través de diversos canales virtuales oficiales. Previamente, se solicitó la autorización a las autoridades responsables de los medios de comunicación oficiales y a los decanos de todas las facultades. Los canales utilizados incluyeron el correo electrónico institucional y la red social Facebook (perfiles de RTV San Marcos de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos y de las diferentes Facultades).

Adicionalmente, se coordinó con los administradores de grupos académicos y centros de estudiantes que contaban con miembros activos durante el período de recolección. Ellos colaboraron con la difusión en sus respectivos espacios de comunicación, como grupos de Facebook, WhatsApp y Telegram.

Otro mecanismo implementado fue la recolección presencial. Seis encuestadores del grupo de investigación NIANP acudieron a todas las facultades de la UNMSM. Durante estas visitas, se abordó a los estudiantes para explicarles los objetivos de la investigación e invitarlos a participar voluntariamente en el estudio. El encuestador brindó asistencia a los participantes durante el llenado del cuestionario en línea, el cual realizaron directamente en sus respectivos *smartphones*.

Variables:

Inseguridad alimentaria: Una persona padece inseguridad alimentaria cuando carece de acceso regular a alimentos suficientes, inocuos y nutritivos para un crecimiento y desarrollo normales, y para llevar una vida activa y sana. Este problema puede deberse tanto a la falta de disponibilidad de alimentos como a la carencia de recursos para obtenerlos. La inseguridad alimentaria puede experimentarse a diferentes niveles de severidad. La Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) mide la inseguridad alimentaria mediante la Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES - Food Insecurity Experience Scale).

Políticas de protección social: Los sistemas de protección social ayudan a las personas y a las familias, en particular a las de los sectores pobres y vulnerables, a afrontar las crisis, encontrar empleo, mejorar la productividad e invertir en la salud y la educación de sus hijos. Estos programas son esenciales para impulsar el capital humano de las personas más vulnerables del mundo, permitiéndoles mantenerse saludables, educarse y buscar oportunidades para salir de la pobreza junto con sus familias.

Consumo alimentario: El consumo alimentario se refiere a las existencias alimentarias en los hogares, las cuales definen las prácticas individuales de ingesta. Estas prácticas responden a diversos elementos como: las necesidades nutricionales, la diversidad, la cultura y las preferencias alimentarias, las condiciones higiénicas en el hogar y la distribución intrafamiliar de los alimentos.

c) Procesamiento de la variable inseguridad alimentaria

El nivel o categoría de inseguridad alimentaria se midió aplicando la FIES, una escala pertinente tanto para individuos como para familias. Las preguntas consideradas en la escala para estudiantes peruanos han sido aplicadas previamente en el Perú. La escala consta de ocho preguntas ordenadas según la severidad de la experiencia de hambre; por tanto, cada ítem subsiguiente refleja una mayor gravedad, siendo los dos últimos las de máxima severidad. Cada respuesta afirmativa evidencia la vivencia de una experiencia de inseguridad alimentaria. A pesar de que la construcción de la escala FIES refleja un grado creciente de inseguridad alimentaria, la interpretación de los datos puede ser confusa, especialmente cuando los participantes responden con inconsistencias y dan únicamente respuestas afirmativas en las últimas preguntas y negativas al inicio de la escala.

Por ello, previo al análisis de los datos, se realizó un proceso de revisión de la consistencia de la información. Para verificar si las encuestas cumplen con el supuesto de severidad creciente de la inseguridad alimentaria, se esperaba que las personas que responden Sí a las dos últimas preguntas deberían tener los mayores puntajes (7 u 8 puntos). Con esta finalidad, se aplicó una prueba de correlación no paramétrica entre el puntaje total de la escala y el nivel de inseguridad alimentaria, encontrándose una correlación significativa con un Rho de Spearman de 0,97 ($p < 0,001$). Este resultado indica una correlación muy fuerte y positiva, corroborando así la asociación entre ambas variables.

d) Análisis estadístico:

Los datos fueron registrados en una hoja de cálculo de Microsoft Excel 2013, luego se exportó al software estadístico STATA versión 17. Se realizó un análisis descriptivo a través de frecuencias, datos expresados por conteo y porcentaje debido a la naturaleza categórica de las variables. Asimismo, se realizó un gráfico de barras para la descripción de la variable de frecuencia de consumo alimentario con la muestra total de estudiantes.

RESULTADOS

Perfil de los estudiantes evaluados

La población objeto de estudio está conformada por 379 estudiantes de pregrado de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Como se presenta en la Tabla 01, el 53,3% (n=202) de los participantes correspondió a varones, constituyendo el grupo mayoritario. Por su parte, las mujeres representaron el 46,7% (n=177) del total.

Así mismo, con respecto al tipo de colegio, un 43,8 % de los encuestados (n=166) proviene de una escuela pública y, por el contrario, un 54,4% (n=206) ha estudiado en un colegio privado. La posición intermedia entre ambos es un porcentaje mucho menor, pues apenas un 1,8% (n=7) ha estudiado en ambas instituciones. Del mismo modo, un 97,9% (n=371) de los estudiantes indicó que actualmente no tiene hijos, mientras que el 2,1% (n=8) señaló que sí tiene descendencia.

Respecto al tipo de vivienda donde residen actualmente los encuestados, la Tabla 02 muestra que el 74,4% (n=282) vive en una vivienda propia o cedida por algún familiar o conocido. Por su parte, el 25,6% (n=97) reside en un cuarto, casa o departamento alquilado. Esto evidencia que la mayoría de los encuestados posee una vivienda sin costo de alquiler, lo cual podría implicar una condición de mayor estabilidad dentro de los estándares de locación.

Tabla 01: Datos demográficos

	Variable	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Sexo	Femenino	177	46,7	46,7
	Masculino	202	53,3	53,3
	Total	379	100	100
Tipo de colegio	Escuela Pública	166	43,8	43,8
	Escuela Privada	206	54,4	54,4
	Ambas	7	1,8	1,8
	Total	379	100	100
Tiene hijos	No	371	97,9	97,9
	Si	8	2,1	100,0
	Total	379	100	100

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

En cuanto a la condición de la convivencia, los resultados reflejan una alta concentración de estudiantes que viven con algún familiar, representado por el elevado 88,9% (n=337) de los encuestados. En contraste, los estudiantes que viven solos constituyen la cifra menor, con apenas un 7,9% (n=30), mientras que sólo un 3,2% (n=12) mencionó vivir acompañado, pero no por algún familiar. Estos últimos podrían ser amigos o personas cercanas, aunque esta información no fue especificada en la recolección de datos.

Tabla 02: Propiedades y condiciones de convivencia

	Variable	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Tipo de Propiedad de Vivienda	Propia o Cedida	282	74,4	74,4
	Alquilada	97	25,6	25,6
	Total	379	100	100
Condición de Convivencia	Solo	30	7,9	7,9
	Acompañado	12	3,2	3,2
	Con Familia	337	88,9	88,9
	Total	379	100	100

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

En lo que refiere a los beneficios económicos (Tabla 03), se han considerado tres aspectos. En cuanto a si recibe pensión alimentaria, sólo un 9% (n=34) de los encuestados recibe actualmente bono, mientras que la mayoría, representada por el 91% (n=345) no recibe ningún incentivo alimentario. Asimismo, sólo gozan con la condición de becario un 15,6% (n=59) del alumnado universitario, en contraste con el 84,4% (n=320) de los estudiantes que no reciben el apoyo de alguna beca. Hay que tener en cuenta que, debido a la coyuntura socioeconómica que enfrentó el país, varios estudiantes recurrieron a beneficios universitarios, donde solo el 43,3% (n=187) no recurrió a un beneficio, del mismo modo que un 32,5% (n=123) del cuerpo estudiantil accedió a solo un beneficio, mientras que un 18,2% (n=69) pudo acceder a dos o más beneficios de todos los otorgados.

Tabla 03: Beneficios económicos

	Variable	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Recibe pensión alimentaria	No	345	91	91
	Si	34	9	100
	Total	379	100	
Condición de becario	No	320	84,4	84,4
	Si	59	15,6	100
	Total	379	100	
Beneficios universitarios a los que tuvo que recurrir	Ninguno	187	43,3	43,3
	Solo 1	123	32,5	81,8
	2 o más	69	18,2	100
	Total	379	100	

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

En la Tabla 04 se observa que el 50,4% (n=191) de los estudiantes no recibió ningún tipo de apoyo gubernamental. Por otro lado, el 27,4% (n=104) reportó haber recibido un solo bono, mientras que el 15,3% (n=58) indicó haber recibido dos bonos. El 4,7% (n=18) indicó haber recibido tres bonos. Además, se registró un estudiante que recibió el

apoyo de cinco bonos y otro que recibió ocho bonos, representando el 0,3% en cada caso.

Tabla 04: Ayuda gubernamental

	Variable	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Ayuda gubernamental	No	355	93,7	93,7
	Si	24	6,3	6,3
	Total	379	100	100
N° de bonos gubernamentales	0	191	50,4	50,4
	1	104	27,4	27,4
	2	58	15,3	15,3
	3	18	4,7	4,7
	4	3	0,8	0,8
	5	1	0,3	0,3
	6	3	0,8	0,8
	8	1	0,3	0,3
	Total	379	100	100
N° apoyos gubernamentales	0	296	78,1	78,1
	1	60	15,8	15,8
	2	19	5	5
	3	3	0,8	0,8
	4	1	0,3	0,3
	Total	379	100	100

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

Con relación a la situación laboral e ingresos económicos, al consultar si durante la pandemia sufrieron pérdida de su trabajo, se evidencia que solo el 53,3% (n=202) de los estudiantes no sufrió pérdida laboral en este contexto, es decir, conservaron sus empleos. En contraste, el 46,7% (n=177) se quedó sin trabajo. En cuanto a su situación laboral actual, un 65,2% (n=247) de los participantes tiene un empleo y se encuentra laborando, mientras que el 34,8% (n=132) de los encuestados está desempleado.

Por otro lado, al consultarles sobre el ingreso familiar promedio mensual, este es variado en el sector estudiantil, ya que un 19% (n=72) tiene ingresos inferiores al salario mínimo de 1.025 soles vigente en 2023. En contraste, la mayoría de los estudiantes, representada por un 42,2% (n=160), tiene una ganancia entre 1.026 a 2.000 soles. Asimismo, un 19,3% (n=73) de los estudiantes tiene un ingreso mensual entre 2.001 y 3.000 soles, y un 19,5% (n=74) de los encuestados afirma tener un ingreso superior a 3.000 soles. Puede notarse, entonces, que los casos extremos —los que ganan menos del sueldo mínimo y los que tienen ingresos superiores— presentan porcentajes similares (19% y 19,5%, respectivamente).

Tabla 05: Situación laboral e ingresos económicos

	Variable	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Tuvo pérdida de trabajo durante la pandemia	No	202	53,3	53,3
	Si	177	46,7	100
	Total	379	100	
Situación laboral	Sin Trabajo	247	65,2	65,2
	Con Trabajo	132	34,8	34,8
	Total	379	100	
Ingreso familiar promedio mensual	Hasta 1025 soles	72	19,0	19,0
	De 1026 a 2000	160	42,2	61,2
	De 2001 a 3000	73	19,3	80,5
	Más de 3000	74	19,5	100
	Total	379	100	

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

En la Tabla 05, se destaca que el 46,7% (n=177) de los estudiantes reportó haber perdido trabajo durante la pandemia, representando una proporción importante del total. Además, con respecto a la situación laboral, el 65,2% (n=247) se encontraba sin trabajo, en contraste

con el 34,8% (n=132) de personas que reportó tener un empleo. Con respecto a los ingresos familiares, se encontró que el 42,2% (n=160) de los estudiantes percibe un ingreso promedio entre 1026 y 2000 soles. Mientras tanto, el 19,5% (n=74) indica tener ingresos superiores a 3000 soles, y un 19% (n=72) gana hasta 1025 soles. Estos datos sugieren que solo una parte de la población ha logrado alcanzar niveles de ingresos moderados, mientras una proporción significativa enfrenta las condiciones económicas desfavorables.

Aspectos generales de la alimentación

Uno de los aspectos evaluados se refiere a la afectación de la dieta por el COVID-19; al respecto se halló que 66% (n=250) de los estudiantes evaluados sí vio afectada su dieta, mientras que el 34% (n=129) manifestó que su dieta no se vio afectada por el COVID-19. Estos resultados se condicen con los reportados por UNICEF que investigó los efectos de la pandemia COVID-19 en el consumo de alimentos de adolescentes y jóvenes de la región; el reporte indica que durante la crisis de COVID-19 se produjo un aumento del consumo de bebidas azucaradas, snacks y dulces, comida rápida y productos precocinados, así como una disminución del consumo de frutas y verduras y agua (UNICEF, 2020). En ese mismo sentido, un estudio realizado en universitarios chilenos indicó que se incrementó el consumo de alimentos poco saludables como consecuencia de la pandemia por COVID-19 (Rojas-Egaña, 2023).

Tabla 06: Afectación en dieta por el COVID-19

	Variable	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Tuvo afectación en dieta por el COVID-19	NO	129	34,0	34,0
	SI	250	66,0	66,0
	Total	379	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023

En la Tabla 7 del presente estudio se muestra los resultados para el lugar donde habitualmente los estudiantes consumieron sus alimentos

diarios, hallándose que el 46,4% (n=152) consumieron alimentos en el comedor universitario de forma parcial y un 6,3% (n=24) lo hace en el comedor universitario de forma frecuente; es decir, poco más del 50% de los evaluados tienen al comedor como un lugar habitual de provisión de alimentos. Este hallazgo coloca en relevancia el rol del comedor universitario en la protección de los estudiantes frente a la inseguridad alimentaria. Un estudio realizado en Brasil muestra que en aquellos universitarios que usan de forma frecuente el comedor universitario se incrementó el consumo de alimentos saludables como menestras, frutas y verduras (Araujo *et al.*, 2023). Otro estudio realizado en EE.UU. indica que los universitarios que no reciben beca alimenticia tienen mayor probabilidad de sufrir inseguridad alimentaria (Asseel *et al.*, 2019).

Tabla 07: Lugar donde come habitualmente

	Variable	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Lugar donde come habitualmente	Comedor universitario	24	6,3	6,3
	Comedor universitario parcialmente	152	40,1	46,4
	Otros lugares	203	53,6	53,6
	Total	379	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

Aspectos generales de la inseguridad alimentaria (sexo, colegio de procedencia, hijos, vivienda y convivencia)

Como podemos apreciar en la Tabla 08, se muestra que un preocupante 65,7% (n=249) de los universitarios encuestados presentaron algún nivel de inseguridad alimentaria; esta cifra es superior a las reportadas en universitarios de Malasia (62,8%) y Australia (48%) e inferior a lo hallado en Nigeria (80,7%) (Syaza *et al.*, 2021; Whatnall *et al.*, 2019; Ukegbu *et al.*, 2019). La mayoría de los estudios publicados sobre inseguridad alimentaria en población universitaria corresponden a estudiantes de EE.UU., donde se reportaron prevalencias

de inseguridad alimentaria entre 21% a 82% entre los años 2014-2020 (Shi *et al.*, 2021); la prevalencia encontrada en estudiantes de UNMSM se encuentra dentro del rango evidenciado en EE.UU..

En la Tabla 08 también se puede apreciar que un relevante 23,2% (n=88) de las estudiantes presentaron inseguridad alimentaria severa y 10,8% (n=41) se encuentran en inseguridad alimentaria moderada. Según el reporte de la FAO sobre el estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2024 (FAO, 2024), la prevalencia de inseguridad alimentaria severa en la población peruana es de 20,3%, lo que equivale a 2,9% menos de lo hallado en el presente estudio. Las alarmantes cifras de inseguridad alimentaria en la población peruana pueden ser explicadas por diversos factores de contexto como el impacto de la pandemia COVID-19, la reducción del crecimiento económico, el incremento de la pobreza, el impacto del cambio climático, entre otros factores (FAO, 2023).

Tabla 08: Categorías de inseguridad alimentaria

Categorías de seguridad alimentaria	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Seguridad	130	34,3	34,3
I°. Leve	120	31,7	66,0
I°. Moderada	41	10,8	76,8
I°. Severa	88	23,2	100,0
Total	379	100.0	

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.
I°. Inseguridad alimentaria

En la Tabla 09 se observa que el 53,3% (n=202) de los estudiantes estuvo representada por varones y de ellos el 54,6 % (n=71) tuvo seguridad alimentaria, mientras que en el grupo de mujeres existe mayor proporción de casos con inseguridad alimentaria moderada con 48,7%. La proporción de estudiantes con inseguridad alimentaria leve es más alta en el grupo masculino, mientras que las mujeres tienen una representación similar en todas las categorías, aunque con

menos casos en la categoría severa. En general, tanto hombres como mujeres presentan mayores cifras en las categorías leve y moderada en comparación con la categoría severa.

Esto sugiere que, a pesar de las diferencias, la mayoría de los estudiantes, independientemente de su sexo, se encuentran en las categorías de inseguridad alimentaria leve y moderada. Estos datos son discordantes con lo encontrado en un estudio ecuatoriano e indican que las mujeres son las que registran mayor inseguridad alimentaria (Robayo *et al.*, 2020). Las diferencias en los resultados pueden explicarse porque los estudios son en poblaciones diferentes, pues el presente estudio fue en estudiantes universitarios y el estudio ecuatoriano fue en población en general.

Tabla 09: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según sexo del estudiante

Sexo del estudiante		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I'. Leve	I'. Moderada	I'. Severa	Total
Femenino	Frecuencia	59	56	20	42	177
	% columna	45,38	46,67	48,78	47,73	46,70
Masculino	Frecuencia	71	64	21	46	202
	% columna	54,62	53,33	51,22	52,27	53,30
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,00	100,00	100,00	100,00	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I'. Inseguridad alimentaria

Sin embargo, es importante resaltar la vulnerabilidad de la mujer hacia la inseguridad alimentaria como lo menciona un estudio chileno en el que observaron que son las mujeres las que limitan su propia ingesta, ello con la finalidad de que el impacto sea menor en los integrantes de su familia que considera más vulnerables, en ese caso sus hijos (Hernández y Pérez, 2013). Esto podría indicar que las mujeres enfrentan más desafíos en este ámbito, lo que sugiere la necesidad de abordar las causas subyacentes de esta desigualdad además de analizar

e implementar políticas de seguridad alimentaria abordando el enfoque de género y el empoderamiento de la mujer como pilar fundamental de la seguridad alimentaria.

En la Tabla 10 se observa que el porcentaje de los estudiantes provenientes de una escuela privada (54,35%) fue mayor que los que estudiaron en una escuela pública (43,8%). Los estudiantes que tenían seguridad alimentaria duplicaban a los que no la tenían. Mientras que el 53,4% de aquellos con inseguridad alimentaria severa provenían de escuelas públicas y el resto, en su mayoría, estudió en escuelas privadas (44,3%), lo que muestra que la inseguridad alimentaria afecta a estudiantes de ambos tipos de colegios, que podría ser porque algunos padres hacen gran esfuerzo para que sus hijos asistan a una escuela privada por el mayor prestigio que tienen (MINEDU, 2018) aunque parte importante de sus ingresos estuvieran dirigidos a pagar la pensión escolar; además, tener buena disponibilidad de alimentos no necesariamente significa que los estudiantes tengan seguridad alimentaria (Eche, 2018).

Tabla 10: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según tipo de colegio donde estudió la secundaria

Tipo de colegio donde estudió secundaria		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I°. Leve	I°. Moderada	I°. Severa	Total
Escuela pública	Frecuencia	43	49	27	47	166
	% columna	33,08	40,83	68,85	53,41	43,8
Escuela privada	Frecuencia	87	66	14	39	206
	% columna	66,92	55,00	34,15	44,32	54,35
Ambas	Frecuencia	0	5	0	2	7
	% columna	0,00	4,17	0,00	2,27	1,85
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I°. Inseguridad alimentaria

En la Tabla 11 se observa que solo el 2,11% de los estudiantes tenía hijos. Si bien este es un grupo pequeño, es relevante resaltar que más de la mitad (6 de 8) se encontraban en inseguridad alimentaria severa, y ninguno de los estudiantes con hijos tuvo seguridad alimentaria durante la pandemia. La inseguridad alimentaria severa es notablemente más alta entre quienes tenían hijos en comparación con quienes no. Esta información sugiere que la presencia de hijos puede estar asociada con mayores desafíos en la seguridad alimentaria.

Tabla 11: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según la presencia de hijos del estudiante

Tiene hijos		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I'. Leve	I'. Moderada	I'. Severa	Total
No	Frecuencia	130	119	40	82	371
	% columna	100,00	99,17	97,56	93,184	97,89
Si	Frecuencia	0	1	1	6	8
	% columna	0,00	0,83	2,44	6,82	2,11
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,00	100,00	100,00	100,00	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I'. Inseguridad alimentaria

Estudios realizados antes de la pandemia aseguran que los universitarios que tienen hijos presentan un mayor riesgo a la inseguridad alimentaria. Este dato es similar a lo encontrado en este estudio, que, si bien se da en contextos diferentes, orienta sobre cuáles podrían ser los factores que impulsan este aumento del riesgo en estudiantes universitarios. Ser jefe/a de familia o padre/madre, tener ingresos bajos y estar desempleado son factores relevantes a considerar, según los investigadores Moya y Chávez (2021). Asimismo, en Veracruz se observó que los hogares integrados por personas adultas y menores de 18 años reportaron algún grado de inseguridad alimentaria en el contexto de la pandemia (52%) (Gonzales et al., 2021). Este análisis subraya la complejidad de la inseguridad alimentaria en contextos

universitarios, especialmente en la relación con la paternidad/maternidad y las condiciones económicas. Es fundamental que las instituciones educativas de nivel superior y los responsables de políticas internas y públicas reconozcan y aborden estas desigualdades para proteger a este grupo de estudiantes.

Con relación a la inseguridad alimentaria según el tipo de propiedad de vivienda, la Tabla 12 muestra que el 74,4% vivía en vivienda propia o cedida, mientras que el 25,6% residía en vivienda alquilada. En este último grupo, la inseguridad alimentaria severa alcanzó hasta el 30% de los estudiantes, y en las categorías leve y moderada la proporción no superó el 20%.

Estos resultados guardan correspondencia con los hallazgos de un estudio realizado en Colombia a nivel de hogares, donde el tipo de propiedad de vivienda alquilada aumentaba el riesgo de inseguridad alimentaria (Del Castillo et al., 2012). De igual modo, otro estudio realizado en Canadá a nivel de hogares urbanos con bajos ingresos encontró que aquellos que pagaban alquiler de sus viviendas o que tenían retrasos en el pago, presentaron un mayor riesgo de inseguridad alimentaria (Kirkpatrick y Tarasuk, 2011). Resultados similares fueron hallados en Ethiopia a nivel de hogares urbanos de bajos ingresos (Woru *et al.*, 2024).

Tabla 12: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según tipo de propiedad de vivienda

Tipo de propiedad de vivienda		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I'. Leve	I'. Moderada	I'. Severa	Total
Propia o cedida	Frecuencia	92	96	33	61	282
	% columna	70,77	80,00	80,49	69,32	74.41
Alquilada	Frecuencia	38	24	8	27	97
	% columna	29,23	20,00	19,51	30,68	25.59
Total	Frecuencia	29,23	120	41	88	379
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I'. Inseguridad alimentaria.

En relación con la presencia de inseguridad alimentaria según condición de convivencia, tal como se puede apreciar en la Tabla 13, el estudio evidenció que una gran proporción (88,9%) de los evaluados residía en el seno familiar. En la categoría de inseguridad alimentaria severa, destacaron los encuestados que vivían con familia (81,8%), seguidos en segundo lugar por aquellos que vivían con compañía (no familiar, 4,55%). Las otras categorías de inseguridad alimentaria también estuvieron compuestas mayoritariamente por estudiantes que vivían con sus familias.

Los resultados sugieren que el hecho de vivir con la familia podría estar protegiendo a los estudiantes de la inseguridad alimentaria. Estos hallazgos concuerdan con estudios que indican que la probabilidad de sufrir inseguridad alimentaria es menor en estudiantes que residen con su familia (Micevski et al., 2013; Bruening et al., 2016; Whatnall et al., 2020). Además, los universitarios que presentan inseguridad alimentaria consumen menos preparaciones elaboradas por familiares cercanos, omiten el desayuno y consumen menos comidas caseras (Bruening et al., 2026).

Tabla 13: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según condición de convivencia

Condición de convivencia		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I'. Leve	I'. Moderada	I'. Severa	Total
Solo	Frecuencia	12	5	1	12	30
	% columna	9,23	4,17	2,44	13,64	7,92
Con compañía (no familia)	Frecuencia	5	2	1	4	12
	% columna	3,85	1,67	2,44	4,55	3,17
Con familia	Frecuencia	113	113	39	72	337
	% columna	86,92	94,17	95,12	81,82	88,92
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,00	100,00	100,00	100,00	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I'. Inseguridad alimentaria.

Condición socioeconómica y seguridad alimentaria

Pensión alimentaria:

En la Tabla 14 se presenta que del total de estudiantes analizados, solo el 8,97% recibía pensión alimenticia. En el análisis de las categorías de seguridad alimentaria destacó que en inseguridad alimentaria moderada, el 17% de los estudiantes recibía pensión alimenticia, mientras que en la severa solo alcanzaba al 7,95%. Por otro lado, del total de estudiantes con inseguridad alimentaria moderada y severa, el 82,9% y 92%, respectivamente, no recibió pensión alimenticia. Las proporciones encontradas de no receptores fueron marcadamente mayores en relación a los que sí reciben pensión de alimentos. Estos resultados podrían indicar que los estudiantes que perciben pensión alimenticia estarían protegidos, de alguna forma, de la inseguridad alimentaria moderada y severa. Los hallazgos obtenidos se condicen con los encontrados en un estudio realizado en universidades del sudeste de EE. UU., donde se evidenció que la seguridad alimentaria está presente en aquellos universitarios con algún tipo de apoyo financiero (Soldavini et al., 2019).

Cabe mencionar que, en el Perú, la pensión alimenticia está establecida en el artículo 424 del Código Civil, el cual establece la obligación de los padres de proveer pensión de alimentos a sus hijos hasta los 18 años de edad, extendiéndose hasta los 28 años en caso de que el hijo se encuentre estudiando. Este derecho se obtiene luego de iniciada una demanda judicial por incumplimiento de obligaciones parentales (Código Civil, 2002).

Tabla 14: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según recepción de beneficio de pensión alimenticia

Recibe pensión alimenticia		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I'. Leve	I'. Moderada	I'. Severa	Total
No	Frecuencia	124	106	34	81	345
	% columna	95,38	88,33	82,93	92,05	91,03
Si	Frecuencia	6	14	7	7	34
	% columna	4,62	11,67	17,07	7,95	8,97
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I'. Inseguridad alimentaria.

Condición de becario

La condición de becario y la seguridad alimentaria fue analizada; en la Tabla 15 se muestra que el 84,4% no tenía condición de becario y un 15,6% tenían beca. Al analizar la distribución de becas en las categorías de inseguridad alimentaria destacó la inseguridad alimentaria severa con un 25% de estudiantes con beca, en tanto que en las categorías leve y moderada alcanzó al 14% de estudiantes respectivamente, solo el 10,8% tuvo seguridad alimentaria en este grupo de becarios. Esto podría indicar que la condición de ser becario no sería suficiente para alejarlos de algún nivel de inseguridad alimentaria. Estos resultados son similares a investigaciones que muestran que la condición de becario ha sido relacionada con un mayor riesgo de inseguridad alimentaria en universitarios en estudios similares realizados en ocho universidades de EE.UU. (Zein, 2019), en una universidad de Malasia (Nor Syaza *et al.*, 2021) y una universidad de Brasil (Amorim, 2022).

Tabla 15: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según condición de becario

Condición de becario		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I°. Leve	I°. Moderada	I°. Severa	Total
No	Frecuencia	116	103	35	66	320
	% columna	89,23	85,83	85,37	75,00	84.43
Si	Frecuencia	14	17	6	22	59
	% columna	10,77	14,17	14,63	25,00	15.57
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I°. Inseguridad alimentaria.

Beneficios universitarios

En la Tabla 16, un poco más de la mitad de los estudiantes tuvieron que recurrir a algún beneficio universitario, de los cuales el 32,45% (n=123) lo hizo una sola vez. Esto también se evidencia en diversos estudios (Argotti *et al.*, 2022; Dubick *et al.*, 2016; Payne *et al.*, 2017) que las universidades, como una forma de ayuda a los estudiantes, brindaron algún tipo de ayuda durante la pandemia, como asistencia para la vivienda, asistencia financiera, cupones de alimentos, etc.

En el estudio, los estudiantes que no recibieron ninguna ayuda alimentaria presentaron un 62,57% de inseguridad alimentaria frente a los que sí recurrieron a algún tipo de beneficio universitario que reportaron un 68,75%. Esta brecha da indicios de que los estudiantes pueden ser más vulnerables socialmente y que la ayuda financiera no estaría llegando a las personas que más lo necesitaban.

En ambos tipos de situaciones, los que recibieron algún beneficio o no, la inseguridad alimentaria fue alta como lo reporta Ukegbu *et al.* (2019), afirmando que los factores relacionados con la inseguridad alimentaria entre los estudiantes universitarios incluyen el presupuesto limitado, la inelegibilidad para programas de asistencia, deficiencia

en las habilidades de gestión del dinero y los alimentos, la fuente de ingresos de los estudiantes y la ocupación de los padres. Es posible, dada la brecha tan corta en el porcentaje de no beneficiarios con seguridad alimentaria e inseguridad alimentaria leve, que no estén conscientes de su situación. Es plausible que estos estudiantes tuvieron limitaciones en administrar bien el dinero, como lo declara Argotti *et al.* (2022), o no estuvieron bien informados de los beneficios universitarios a pesar de su situación económica.

Por otro lado, aquellos estudiantes que no recurrieron a ningún beneficio están vinculados con una mejor seguridad alimentaria, al igual que aquellos que recurrieron por lo menos a un beneficio. Sin embargo, no se aprecia un comportamiento directo entre mayor inseguridad alimentaria con el número de beneficios que tuvieron que recurrir, como se aprecia en investigaciones como la de Payne *et al.* (2017) y Argotti *et al.* (2022) donde los beneficiarios de ayuda financiera tenían por lo menos dos veces más probabilidades de inseguridad alimentaria que los no beneficiarios.

Tabla 16: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según beneficios universitarios

Nº Beneficios universitarios a los que tuvo que recurrir		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I'. Leve	I'. Moderada	I'. Severa	Total
Ninguna	Frecuencia	70	65	15	37	187
	% columna	53,85	54,17	36,59	42,05	49,34
Solo una	Frecuencia	43	34	14	32	123
	% columna	33,08	28,33	34,15	36,36	32,45
De 2 a más	Frecuencia	17	21	12	19	69
	% columna	13,08	17,50	29,27	21,59	18,21
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,00	100,00	100,00	100,00	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I'. Inseguridad alimentaria

Ayuda no gubernamental

Prácticamente nueve de diez estudiantes no accedieron a ayuda no gubernamental (93,67%). Entre los que padecían inseguridad alimentaria severa solo el 12,5% recibió esa ayuda, cifra similar a la categoría de inseguridad alimentaria moderada con 12,2% (Tabla 17). Dentro de esa ayuda, se encontraban las ollas comunes, organizaciones que surgieron en varios países latinoamericanos para enfrentar las carencias sociales, que iniciaron como solución temporal a las crisis, pero que actualmente se han mantenido en el tiempo, y las que, por lo general, se conforman con recursos aportados colectivamente con el objetivo de subsistir (Alcázar, 2022).

Tabla 17: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según ayuda no gubernamental

Tiene ayuda no gubernamental		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I°. Leve	I°. Moderada	I°. Severa	Total
No	Frecuencia	126	116	36	77	355
	% columna	96,92	96,67	87,80	87,50	93,67
Si	Frecuencia	4	4	5	11	24
	% columna	3,08	3,33	12,20	12,50	6,33
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.
I°. Inseguridad alimentaria.

Ayuda económica (bonos) y apoyo gubernamental a familias de estudiantes de la UNMSM

Con respecto al apoyo económico, el estado brindó diversos bonos monetarios en el transcurso de la pandemia (Bono 350 o “Yanapay”, “Yo me quedo en casa”, “Familia universal”, “600”, “Independiente”, “Alimentario 270” y “Rural”); ello se asignó a diversas familias del país como auxilios temporales, la Tabla 18 muestra la relación entre

el número de bonos gubernamentales recibidos y las categorías de inseguridad alimentaria. Esta se organizó en función del número de bonos (de 0 a 8) y clasifica a los individuos en categorías de inseguridad alimentaria: leve, moderada, severa y total. Se observa que el 50,4 % de las familias de estudiantes de la UNMSM no recibió ningún tipo de bono económico y que estos a su vez presentan una mayor proporción en la categoría leve de inseguridad alimentaria; en tanto que un 27,4% recibió un bono, el 15,3% recibió 2 bonos, el 4,75% 3 bonos y los que recibieron 4 o más bonos no superaron el 1% en cada caso.

Tabla 18: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según el número de bonos gubernamentales recibidos.

N° de bonos gubernamentales		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I°. Leve	I°. Moderada	I°. Severa	Total
0	Frecuencia	74	62	16	39	191
	% columna	56,92	51,67	39,02	44,32	50,40
1	Frecuencia	33	33	17	21	104
	% columna	25,38	27,50	41,46	23,86	27,44
2	Frecuencia	18	18	4	18	58
	% columna	13,85	15,00	9,76	20,45	15,30
3	Frecuencia	4	4	3	7	18
	% columna	3,08	3,33	7,32	7,95	4,75
4	Frecuencia	0	2	1	0	3
	% columna	0,00	1,67	2,44	0,00	0,79
5	Frecuencia	0	0	0	1	1
	% columna	0,00	0,00	0,00	1,14	0,26
6	Frecuencia	1	1	0	1	3
	% columna	0,77	0,83	0,00	1,14	0,79
8	Frecuencia	0	0	0	1	1
	% columna	0,00	0,00	0,00	1,14	0,26
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I°. Inseguridad alimentaria

Del total de personas con inseguridad alimentaria severa y leve mostraron una distribución similar al total general con mayor proporción de personas sin recibir bono; mientras que en la categoría inseguridad alimentaria moderada el mayor porcentaje estuvo en las personas que recibieron 1 bono (41,4%).

A medida que aumenta el número de bonos, la representación en las categorías leve y moderada disminuye, mientras que la proporción de individuos en la categoría severa tiende a aumentar. Esto sugiere que los bonos gubernamentales pueden tener un impacto positivo en la seguridad alimentaria, reduciendo la severidad de la inseguridad alimentaria a medida que se reciben más bonos.

Es importante también recalcar que, si bien el gobierno brindó diversos bonos durante la pandemia, solo fueron algunas las familias de estudiantes las que accedieron a estos. Por lo que se podría entender que gran parte de los ingresos económicos familiares se utilizó para la alimentación. Frente a esto la FAO menciona que, si una familia utiliza más del 50% de sus ingresos económicos para su alimentación, tiene más probabilidad de sumirse en problemas de inseguridad alimentaria y considerando que América Latina tiene el costo promedio más alto de dieta saludable (que asciende a \$ 3,82 por persona al día) (FAO *et al.*, 2023, Aulestia-Guerrero *et al.*, 2020), por otro lado el Perú es uno de los países más vulnerables para acceder a una canasta básica de alimentos (-43,9) debido al déficit monetario para cubrir dicha canasta.

Otro estudio recalca que dedicar más del 30% del total de ingreso del hogar a la alimentación hace vulnerable a la inseguridad alimentaria por limitar la atención a otras necesidades; frente a esto observaron que en la población que evaluaron, solo el 20% de los hogares dedica menos del 30% de sus ingresos a la compra de alimentos, es decir, un gran porcentaje restante de los hogares encuestados son vulnerables, además observaron que si al menos uno de sus integrantes de su familia generaba déficit en los ingresos o pérdida de empleo por COVID-19 ello impactó negativamente en la adquisición de alimentos por lo que consideran que el acceso a los alimentos depende de los ingresos de las

familias (Álvarez *et al.*, 2023). Por otro lado, en el caso de Perú, Paraguay y Bolivia, analistas aseguraron que el problema se ocasiona debido a la falta de políticas gubernamentales que permitan la producción de alimentos de manera adecuada, ocasionando altos precios y como consecuencia, las familias destinan una mayor proporción de los ingresos económicos para comprar la canasta básica de alimentos básicos (Delgado *et al.*, 2015), o que no puedan acceder a una dieta saludable. La situación expuesta revela la complejidad de la inseguridad alimentaria en el contexto de crisis económica, social y de salud. Es evidente que el apoyo gubernamental, aunque necesario, debe ser más accesible y efectivo para abordar las necesidades.

En el contexto de la pandemia hubo otro tipo de apoyo además del económico que fue descrito en la Tabla 18; entre estos destacan diversos programas que brindaron asistencia a través de la dotación de víveres o alimentos. En la Tabla 19 se detalla que hubo hasta 4 programas gubernamentales que brindaron un apoyo a las familias de estudiantes de la UNMSM. Cabe precisar que un gran porcentaje (78,10 %) no fueron beneficiarios de estos programas. Del total de familias con inseguridad alimentaria severa solo el 21,5% recibió algún apoyo gubernamental y un 6,8% recibió hasta dos programas de apoyo.

Dato similar al que se encontró en un estudio a universitarios de Veracruz, México, en el contexto de la pandemia, en el que el 80,9% de la población estudiada refirió que no fue beneficiario de algún programa social gubernamental ni antes, ni después de la pandemia y que sólo el 17,3% sí recibió apoyo antes y durante la pandemia (Álvarez *et al.*, 2023). Una situación muy diferente ocurrió en Chile en la que se brindó becas alimentarias a estudiantes de universidades públicas; los encuestados indicaron que las ayudas estatales -en concreto la Beca Estatal de Alimentación para Estudiantes de Educación Superior (BAES) del Ministerio de Educación a través de la Junta Nacional de Becas (JUNAEB)- ayudaron a reducir la incertidumbre alimentaria en el contexto de la pandemia, por lo tanto consumían alimentos más nutritivos. En ese contexto mencionaron también que al pasar más

tiempo en casa tuvieron tiempo para hacer las compras y cocinar, además de mantener el número de comidas, los horarios y la frecuencia (Rojas Egaña *et al.*, 2023); tomando como referencia lo ofrecido por Chile sería importante proponer ese tipo de apoyo a estudiantes en condición de inseguridad alimentaria que bajo modelos de otros países puede impactar positivamente en que los estudiantes universitarios puedan acceder a diversos alimentos nutritivos.

Tabla 19: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según el número de apoyos gubernamentales recibidos.

N° de apoyos gubernamentales		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I°. Leve	I°. Moderada	I°. Severa	Total
0	Frecuencia	122	92	29	63	296
	% columna	86,15	76,67	70,73	71,59	78,10
1	Frecuencia	10	22	9	19	60
	% columna	7,69	18,33	21,95	21,59	15,83
2	Frecuencia	6	6	1	6	19
	% columna	4,62	5,00	2,44	6,82	5,01
3	Frecuencia	1	0	2	0	3
	% columna	0,77	0,00	4,88	0,00	0,79
4	Frecuencia	1	0	0	0	1
	% columna	0,77	0,00	0,00	0,00	0,26
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I°. Inseguridad alimentaria.

Situación laboral

La situación laboral de los estudiantes universitarios no evidenció una asociación significativa con la seguridad alimentaria, a pesar de que solo la tercera parte de ellos se encontraba trabajando. Al analizar a los estudiantes empleados, se observó que, para un grupo minoritario (cerca del 32%), el contar con trabajo sí resguardó su seguridad alimentaria; mientras que para un grupo mayoritario de empleados

(47,73%) se presentó inseguridad alimentaria severa. Por otro lado, al comparar los diferentes niveles de inseguridad alimentaria, se apreció que la necesidad percibida de trabajar aumentaba progresivamente en aquellos estudiantes con mayor severidad.

Los hallazgos de este estudio sobre la situación laboral de los estudiantes con inseguridad alimentaria no resultaron concluyentes (o *determinantes*). Este resultado concuerda con lo reportado por Nurulhudha et al. (2020) en Malasia, donde tampoco se encontró una asociación entre el trabajo a tiempo parcial y la inseguridad alimentaria. De manera similar, se registró evidencia en los estudiantes de la universidad pública del Atlántico Medio (Payne et al., 2017), cuya condición de inseguridad alimentaria no se asoció significativamente con el empleo después del ajuste estadístico por edad, género e ingresos familiares.

Tabla 20: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según situación laboral

Situación Laboral		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I'. Leve	I'. Moderada	I'. Severa	Total
Sin trabajo	Frecuencia	89	89	23	46	247
	% columna	68,46	74,17	56,10	52,27	65,17
Con trabajo	Frecuencia	41	31	18	42	132
	% columna	31,54	25,83	43,90	47,73	34,83
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,00	100,00	100,00	100,00	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I'. Inseguridad alimentaria.

En la Tabla 21 se observa que una de las restricciones por la COVID-19 que los estudiantes experimentaron fue el desempleo. En la investigación, el 53% de los estudiantes evaluados tuvieron pérdida de trabajo, afectando en mayor magnitud en aquellos hogares con seguridad alimentaria e inseguridad alimentaria leve en un 70% y 52,5% respectivamente. Los hallazgos también han registrado que aquellos estudiantes que no perdieron su trabajo, la inseguridad alimentaria de

sus hogares fue mayor que aquellos que perdieron su trabajo. Una de las posibles explicaciones que se presume es que los estudiantes con mejor condición socioeconómica ante la situación precaria recibieron ayuda de sus familiares o se mudaron a otras zonas en el interior del país para resguardarse; por el contrario, para aquellos estudiantes que continuaron con el trabajo, tenían que hacer frente las necesidades de acceso y disponibilidad de alimentos por encontrarse con una mayor severidad en su condición de inseguridad alimentaria.

Los hallazgos son confirmados por Davitt *et al.* (2021), que reporta que los estudiantes que habían perdido su trabajo tenían el doble de probabilidad de sufrir inseguridad alimentaria. Hay evidencia que respalda que uno de los impactos económicos de la pandemia COVID-19 fue el aumento del desempleo en diversas poblaciones, cuyas circunstancias emergentes de la pandemia afectaron desproporcionadamente a los universitarios que ya padecían inseguridad alimentaria y empujaron a muchos más a nuevas crisis alimentarias (Davitt *et al.*, 2021; Kochar, 2020).

Tabla 21: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según pérdida de trabajo durante la pandemia

Tuvo pérdida de trabajo durante la pandemia		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I'. Leve	I'. Moderada	I'. Severa	Total
Si	Frecuencia	91	63	17	31	202
	% columna	70,00	52,50	41,46	35,23	53,30
No	Frecuencia	39	57	24	57	177
	% columna	30,00	47,50	58,54	64,77	46,70
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,00	100,00	100,00	100,00	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I'. Inseguridad alimentaria.

En la Tabla 22, a través de los resultados se observan indicios de que habría una relación directa proporcional entre el ingreso familiar promedio mensual y el nivel de seguridad alimentaria en los hogares de los estudiantes; es decir, a mayor ingreso familiar mensual, mejor

condición de seguridad alimentaria. Diversos estudios (Ahmad *et al.*, 2021; Ukegbu, 2019; Wan Azdie *et al.*, 2019) reportan que quienes están más propensos a sufrir inseguridad alimentaria son aquellos con un ingreso familiar mensual bajo, en comparación con aquellos con un ingreso familiar mensual superior.

Del resultado anterior, se podría afirmar que a menor ingreso familiar mayor inseguridad alimentaria, pero este comportamiento se visibiliza con la inseguridad alimentaria severa, mas no con la inseguridad alimentaria leve como se muestra en la Tabla 22.

Tabla 22: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según ingreso familiar promedio mensual

Ingreso familiar promedio mensual		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I'. Leve	I'. Moderada	I'. Severa	Total
Hasta 1025 soles	Frecuencia	4 0	27	11	30	72
	% columna	3,08	22,50	26,83	34,09	19
De 1026 a 2000	Frecuencia	54	45	17	44	160
	% columna	41,54	37,50	41,46	50,00	42,22
De 2001 a 3000	Frecuencia	29	28	8	8	73
	% columna	22,31	23,33	19,51	9,09	19,26
Más de 3000	Frecuencia	43	20	5	6	74
	% columna	33,08	16,67	12,20	6,82	19,53
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,00	100,00	100,00	2100,00	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.
I'. Inseguridad alimentaria.

Aspectos de alimentación y seguridad alimentaria

Además, en el contexto post-pandemia el 65,9% de estudiantes reconocieron que su dieta fue afectada por el COVID-19. Los mayores niveles de inseguridad alimentaria fueron de estudiantes que fueron afectados en su dieta por el COVID 19, principalmente aquellos con inseguridad alimentaria severa (84%) (Tabla 23). Era de esperar que los

estudiantes con inseguridad fueran más afectados porque Perú fue uno de los países más afectados por el COVID 19, que condujo a una caída de casi el 60% del PBI, dañó la tasa de empleo y los ingresos económicos disminuyeron, lo que perjudicó especialmente a los más vulnerables (Huamán J., 2021).

Tabla 23: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según afectación en dieta por COVID 19

Afectación en la dieta por COVID 19		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I°. Leve	I°. Moderada	I°. Severa	Total
No	Frecuencia	66	37	12	14	12.9
	% columna	50,77	30,83	29,27	15,91	34.04
Si	Frecuencia	64	83	29	74	250
	% columna	49,23	69,17	70,73	84,09	65.96
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I°. Inseguridad alimentaria.

Hubo predominio de los estudiantes que comían habitualmente en otros lugares (53,56%) diferentes al comedor universitario, probablemente porque el número de raciones disponibles no es suficiente para un mayor porcentaje de comensales. Según categoría de seguridad alimentaria los estudiantes que comen en otros lugares tuvieron la mayor proporción de inseguridad alimentaria severa (44,3%), lo que es preocupante porque probablemente no acceden a un menú balanceado como el que ofrece el comedor, e incluso podrían no comer porque les faltaría dinero, tal como fue en casi un cuarto de universitarios de una universidad pública chilena con inseguridad alimentaria que manifestaron que antes de la pandemia comían pocos alimentos porque no tenían dinero y casi un quinto estuvieron preocupados porque no tenían suficiente comida (Rojas Egaña *et al.*, 2023). Además, los datos muestran que solo el 6,3% acudía al comedor universitario frecuentemente, entre ellos los estudiantes que habitaban en la vivienda universitaria (Tabla 24).

Tabla 24: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos según lugar donde come

Lugar donde come habitualmente		Categorías de seguridad alimentaria				
		Seguridad	I°. Leve	I°. Moderada	I°. Severa	Total
Comedor universitario	Frecuencia	4	5	4	11	24
	% columna	3,08	4,17	9,76	12,50	6.33
Comedor universitario parcialmente	Frecuencia	47	50	17	38	152
	% columna	36,15	41,67	41,46	43,18	40.11
Otros lugares	Frecuencia	79	65	20	39	2.03
	% columna	60,77	54,17	48,78	44,32	53.56
Total	Frecuencia	130	120	41	88	379
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

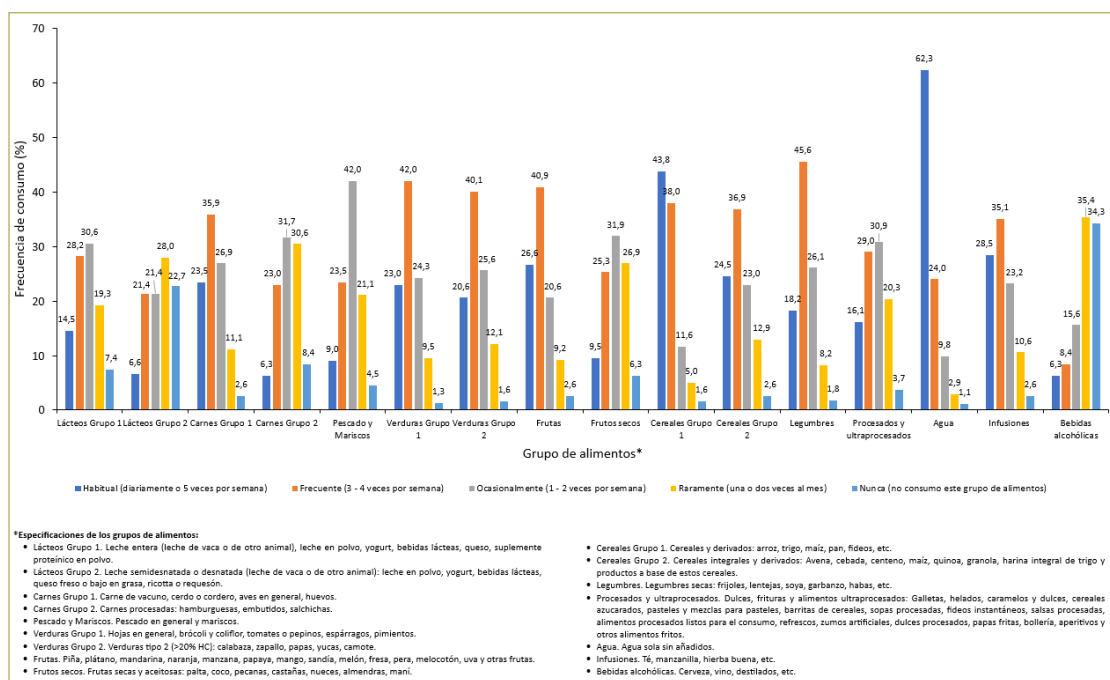
Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria UNMSM, 2023.

I°. Inseguridad alimentaria.

Consumo de alimentos

Se evaluó la frecuencia de consumo de todos los grupos alimentarios y se observó que los grupos con una mayor proporción de consumo como habitual (diariamente o 5 veces por semana) fueron cereales del grupo 1 y agua. Los grupos con una mayor proporción como frecuente (3 - 4 veces por semana) fueron las carnes del grupo 1, verduras del grupo 1 y 2, frutas, cereales del grupo 1 y 2, legumbres e infusiones. Los grupos con una mayor proporción como ocasionalmente (1 - 2 veces por semana) fueron los lácteos grupo 1, carnes grupo 2, pescado y mariscos, frutos secos y procesados y ultraprocesados. Los grupos con una mayor proporción como raramente (una o dos veces al mes) fueron los lácteos grupo 2, carnes del grupo 1 y bebidas alcohólicas. En el caso del grupo de alimentos con nulo consumo en mayor proporción están los de bebidas alcohólicas y lácteos del grupo 2 (Figura 1).

Figura 1. Frecuencia de consumo alimentario por grupo de alimentos de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos



Con respecto a la frecuencia de consumo de alimentos, tras evaluar la frecuencia en mayor proporción por grupo de alimentos y nivel de inseguridad alimentaria, se observó que las verduras del grupo 1 y 2, frutas, cereales del grupo 2, legumbres, agua e infusiones mantuvieron una misma frecuencia de consumo en todos los niveles de inseguridad alimentaria. En los grupos de verduras del grupo 1 y 2, frutas, y cereales del grupo 2 y legumbres, su consumo fue frecuente (3 - 4 veces por semana) generalmente; en el caso del agua, su consumo fue habitual (diariamente o 5 veces por semana), similar frecuencia de consumo solo se observa en el grupo de cereales del grupo 1 en los estudiantes con inseguridad alimentaria leve (44,2 %) (Tabla 13).

Se observó que los estudiantes con seguridad alimentaria tuvieron una dieta con mejores frecuencias de consumo, tal es el caso de lácteos del grupo 1 (desde un 25,4% que consumieron frecuentemente), carnes del grupo 1 (desde un 38,5% que consumieron habitualmente), carnes del grupo 2 (desde un 37,7% que consumieron ocasionalmente) e infusiones (desde un 31,5% que consumieron habitualmente). En el grupo de seguridad alimentaria, 4 grupos de alimentos fueron declarados de consumo habitual (carne del grupo 1, cereales del grupo 1, agua e infusiones) y 8 como frecuente (lácteos del grupo 1 y 2, verduras del grupo 1 y 2, frutas, cereales del grupo 2, legumbres y procesados y ultraprocesados) así mismo, no se reportó un consumo nulo de algún grupo de alimentos por parte de algún estudiante. En los estudiantes con algún nivel de inseguridad alimentaria, se observaron más grupos con un consumo entre ocasional, raro o de nunca haber consumido, salvo los estudiantes con inseguridad leve, quienes no reportaron tampoco un consumo nulo, mas sí el resto de los tipos de frecuencia (Tabla 25).

Tabla 25. Frecuencia de consumo de mayor proporción por grupo de alimentos según nivel de inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos

Grupo de alimentos	Seguridad alimentaria			Inseguridad leve			Inseguridad moderada			Inseguridad severa		
	N=130			N=120			N=45			N=84		
	n	(%)	FC*	n	(%)	FC*	n	(%)	FC*	n	(%)	FC*
Lácteos Grupo 1	42	32,3	F	39	32,5	O	13	28,9	F	26	31,0	O
Lácteos Grupo 2	33	25,4	F	33	27,5	R	12	26,7	N	35	41,7	R
Carnes Grupo 1.	50	38,5	H	46	38,3	F	20	44,4	F	31	36,9	O
Carnes Grupo 2.	49	37,7	O	36	30,0	R	18	40,0	R	28	33,3	R
Pescado y Mariscos.	56	43,1	O	53	44,2	O	20	44,4	O	31	36,9	R
Verduras Grupo 1	58	44,6	F	51	42,5	F	15	33,3	F	35	41,7	F
Verduras Grupo 2	54	41,5	F	42	35,0	F	23	51,1	F	33	39,3	F
Frutas.	55	42,3	F	55	45,8	F	19	42,2	F	26	31,0	F
Frutos secos.	42	32,3	O	43	35,8	O	15	33,3	R	29	34,5	R
Cereales Grupo 1	72	55,4	H	53	44,2	H	22	48,9	F	29	34,5	F
Cereales Grupo 2	47	36,2	F	52	43,3	F	17	37,8	F	24	28,6	F
Legumbres.	58	44,6	F	58	48,3	F	19	42,2	F	38	45,2	F
Procesados y ultra procesados	35	26,9	F	47	39,2	O	15	33,3	O	26	31,0	F
Agua.	85	65,4	H	77	64,2	H	30	66,7	H	44	52,4	H
Infusiones	41	31,5	H	50	41,7	F	17	37,8	F	26	31,0	F
Bebidas alcohólicas.	44	33,8	R	55	45,8	R	20	44,4	N	34	40,5	N

*Tipo de frecuencia de consumo de mayor proporción (FC):

- H: Habitual (diariamente o 5 veces por semana)
- F: Frecuente (3 - 4 veces por semana)
- O: Ocasionalmente (1 - 2 veces por semana)
- R: Raramente (una o dos veces al mes)
- N: Nunca (no consumo este grupo de alimentos)

Se debe tener en cuenta que el menor consumo de alimentos proteicos como pescado, carnes y lácteos, y bajo consumo de frutas y verduras está vinculada con una dieta menos saludable

(Betancourt-Nuñez *et al.*, 2018). El bajo consumo de estos grupos de alimentos puede repercutir en el estado nutricional de los estudiantes universitarios, presentando estados de deficiencia de micronutrientes y malnutrición, sobre todo en el caso de las mujeres (Ntentie *et al.*, 2022). El consumo similar de alimentos procesados, ultraprocesados y cereales refinados, como arroz, fideos, pan, tanto en los estudiantes con inseguridad alimentaria como con seguridad alimentaria, refleja la situación actual en cuanto a elección de alimentos, ya que al no contar con recursos económicos usualmente los estudiantes tienden a elegir los productos más económicos y de fácil acceso, siendo estas elecciones poco saludables y que contribuyen a presentar sobrepeso y obesidad, afectando su estado de salud, con el riesgo de padecer a futuro de enfermedades crónicas no transmisibles, como lo encontrado en la revisión sistemática de Maza-Ávila *et al.*, 2022. También se pueden ver afectados otros factores como la salud física y mental de los estudiantes (Loofbourrow y Scherr, 2023) así como el rendimiento académico (Martinez *et al.*, 2020).

CONSIDERACIONES FINALES Y PROPUESTAS DE MEJORA

El estudio reveló que la población estudiantil de la UNMSM se distribuyó en tercios según la severidad de la inseguridad alimentaria: un tercio experimentó la categoría moderada-severa, otro tercio presentó inseguridad alimentaria leve, y solo un tercio (34,3%) reportó seguridad alimentaria. Se destaca que los estudiantes con mayor porcentaje de inseguridad alimentaria fueron aquellos procedentes de colegios públicos. Estas elevadas cifras sugieren que la Inseguridad Alimentaria actúa como un factor social adicional que compromete la salud y el rendimiento académico de los universitarios. Asimismo, un grupo de gran vulnerabilidad ante la inseguridad alimentaria son los estudiantes (tanto varones como mujeres) que tienen hijos, quienes enfrentan desafíos más significativos. Este hallazgo subraya la mayor susceptibilidad de ciertos grupos estudiantiles a esta problemática.

Del mismo modo, el análisis de la relación entre los bonos y apoyos gubernamentales y la seguridad alimentaria reveló una tendencia clara: cuanto mayor es el número de apoyos recibidos, menor es la proporción de estudiantes que se encuentran en situaciones severas de inseguridad alimentaria. La mayoría de los individuos que no reciben ningún tipo de apoyo gubernamental tienden a ubicarse en las categorías de inseguridad alimentaria leve y moderada, lo que sugiere que la falta de apoyo contribuye a una mayor vulnerabilidad.

Otro de los hallazgos evidencia que los estudiantes de la UNMSM que viven en calidad de alquiler presentan un mayor riesgo de sufrir inseguridad alimentaria. También se encontró que vivir con familia o ser becario no resultó suficiente para alejar a los universitarios de la inseguridad alimentaria. Asimismo, el recibir pensión de alimentos (proveniente de los padres) podría estar protegiendo a los estudiantes de la inseguridad alimentaria moderada y severa.

Ahora bien, más de la mitad de los estudiantes evaluados han recurrido a algún beneficio universitario (comedor universitario, transporte u otro) por lo menos una vez. Se encontró una estrecha diferencia de inseguridad alimentaria entre los estudiantes que no recibieron ninguna ayuda alimentaria frente a los que sí lo hicieron. Esto podría deberse a la alta vulnerabilidad social que presentan y a la posibilidad de que la ayuda financiera no esté siendo canalizada hacia las personas que más lo necesitan. A su vez, los hallazgos en este estudio sobre la situación laboral de los estudiantes con inseguridad alimentaria no son concluyentes, debido a la poca representatividad de estudiantes que trabajan (solo la tercera parte).

El estudio confirma que uno de los efectos negativos de la COVID-19 fue la pérdida de trabajo de los estudiantes, afectando en mayor medida a aquellos con seguridad alimentaria e inseguridad alimentaria leve, en comparación con quienes no perdieron su empleo. También, se encontró una tendencia creciente: a menor ingreso familiar promedio mensual, mayor es el nivel de inseguridad alimentaria en los hogares de los estudiantes. Por otro lado, tras la pandemia por

COVID-19, la dieta de los estudiantes se vio afectada, lo que ocasionó mayores niveles de inseguridad alimentaria. Aquellos estudiantes con seguridad alimentaria comían en lugares diferentes al comedor universitario, mientras que aquellos con inseguridad alimentaria comen casi exclusiva y parcialmente en el comedor universitario. Con base en los resultados de este estudio, se plantean diversas propuestas de mejora que pueden contribuir significativamente a abordar el problema de la inseguridad alimentaria en la comunidad estudiantil de la UNMSM y, con ello, coadyuvar a la mejora de la calidad de vida de los jóvenes universitarios más vulnerables, promoviendo un entorno más equitativo y saludable.

POLÍTICAS Y PROPUESTAS DE MEJORAS INTERNAS EN LA UNMSM:

- Establecer un sistema de monitoreo y evaluación de la seguridad alimentaria que permita identificar a estudiantes vulnerables, con ello consolidar una lista y ajustar las políticas de apoyo según sea necesario.
- Implementar programas de apoyo dirigido a estudiantes en condición de vulnerabilidad que aborden las determinantes de la inseguridad alimentaria.
- Implementar programa de apoyo para los estudiantes que son padres o madres de familia como la implementación de lactarios, guarderías y otros que coadyuven a amortiguar los gastos que puede generar ello.
- Realizar encuestas periódicas para evaluar la eficacia de los programas de apoyo que actualmente se brinda y determinar el impacto en la población.
- Establecer lineamientos regulación de expendio de alimentos en la ciudad universitaria haciendo énfasis en la promoción de alimentos saludables y accesibles a la población de estudiantes para fomentar entornos saludables que fomenten la seguridad alimentaria.

- Crear redes de apoyo que integren diferentes instancias (oficina de bienestar universitario, clínica universitaria, facultades y centros de estudiantes) para articular el trabajo de los actores involucrados para brindar una respuesta integral a la inseguridad alimentaria.
- Fortalecer los canales de comunicación en la comunidad estudiantil universitaria a través de estrategias que garanticen que los estudiantes estén informados sobre la disponibilidad de recursos alimentarios y apoyo financiero interno y gubernamental para promover una mayor participación comunitaria.
- Fortalecer las áreas administrativas encargadas de focalizar a estudiantes en condición de vulnerabilidad, creando redes de apoyo con actores aliados como la escuela profesional de nutrición, de trabajo social, de ciencias sociales y otras para facilitar el mapeo y con ello el acceso a servicios sociales, a programas o becas educativas y de oferta laboral.
- Implementar programas de educación sobre nutrición, seguridad alimentaria, de inclusión laboral y productiva especialmente para grupos de estudiantes con vulnerabilidad a la inseguridad alimentaria, para empoderarlos para tomar decisiones informadas sobre su alimentación y fortalecer la actividad económica y de ingresos de manera sostenible.

POLÍTICAS Y PROPUESTAS DE MEJORAS EXTERNAS (A NIVEL DEL GOBIERNO CENTRAL):

- Programas de apoyo para estudiantes universitarios en condición de vulnerabilidad (focalizados) mediante la asignación de bonos exclusivos para alimentación que se puedan utilizar en mercados locales y cafeterías.
- Redes de apoyo multisectorial para la inseguridad alimentaria (salud, educación, agricultura, de producción y empleo) para brindar una respuesta integral a la inseguridad alimentaria que les permita mejorar su situación

económica, acceder a mejores oportunidades de empleo, y con ello mejorar el acceso a alimentos nutritivos.

- Alianzas estratégicas con entidades públicas, privadas, pequeños agricultores locales y mercados comunitarios para mejorar la disponibilidad y acceso a alimentos frescos y nutritivos dentro del campus universitario.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ahmad, N., Sulaiman, N., & Sabri, M. (2021). Food Insecurity: Is It a Threat to University Students' Well-Being and Success? *International Journal Of Environmental Research And Public Health*, 18(11), 5627. <https://doi.org/10.3390/ijerph18115627>

Alcázar, L., Fort, R. (2022). Resiliencia en tiempos de pandemia: el caso de las ollas comunes en Lima, Perú. Lima: GRADE. <https://www.grade.org.pe/wp-content/uploads/GRADEAI41.pdf>

Álvarez Ramírez, M., Luzanía Valerio, M., Ortiz Chacha, C., López Galindo, L. y Pérez Juárez, M. (2023). Seguridad alimentaria, consumo y COVID-19: un estudio observacional entre estudiantes universitarios. *Revista Horizonte*, 22(2):343-51. <https://revistahorizonte.ujat.mx/index.php/horizonte/article/view/5332>

Angotti, A., & Zangirolani, L. (2022). Food insecurity and financial aid among university students: Pre-Covid-19 scenario of a public university in southeastern Brazil. *Revista de Nutrição*, 35. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202235e220061>

Araujo G., Pereira S., Santos C. & Rodrigues M. (2023). Food practices and nutritional status of university students who use the University Restaurant. *Revista de nutrição*, 36, e220106. <https://www.scielo.br/j/rn/a/Nr8MMPHwwWbHrHVwjXKmCHH/?lang=en>

Aulestia-Guerrero, E. y Capa-Mora, E. (2017). Una mirada hacia la inseguridad alimentaria sudamericana. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(7), 2507-2517. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.27622018>

Betancourt-Núñez, A., Nava-Amante, P. A., Bernal-Orozco, M. F., Vizmanos, B., Vargas-García, E. J., Márquez-Sandoval, F., Salas-García, M. A., & Díaz-López, A. (2023). Food insecurity was negatively associated with adherence to the "fruits, vegetables, and foods rich in animal protein" dietary pattern among university students' households: the 2018 Mexican National Household Survey. *BMC public health*, 23(1), 854. <https://doi.org/10.1186/s12889-023-15755-z>

Borku, A., Utallo, A., & Tora, T. (2024). Determinants of urban household vulnerability to food insecurity in southern Ethiopia. *Discover Food*, 4(1). <https://doi.org/10.1007/s44187-024-00110-x>

Bruening, M., Brennhof, S., Woerden, I., Todd, M & Laska, M. (2016). Factors Related to the High Rates of Food Insecurity among Diverse, Urban College Freshmen. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*. <https://doi.org/10.1016/j.jand.2016.04.004> Congreso de la República del Perú. (2002). Código Civil. Proyecto de ley 2001. <https://www2.congreso.gob.pe/sicr/tradocestproc/clproley2001.nsf/pley/55FD670E-7D3F38A805256D25005CD3FF?opendocument#:~:text=al%20texto%20siguiente%3A-,Art.,les%20impida%20atender%20su%20subsistencia.&text=Lima%2C%2028%20de%20octubre%20de%202002>

Davitt, E., Heer, M., Winham, D., Knoblauch, S. y Shelley, M. (2021). Effects of COVID-19 on University Student Food Security. *Nutrients*, 13(6):1932. 10.3390/nu13061932. PMID: 34199833; PMCID: PMC8229979.

Del Castillo, S., Patiño, G. y Herrán, O. (2012). Inseguridad alimentaria: variables asociadas y elementos para la política social. *Revista del Instituto Nacional de Salud*, 32(4), 545-556. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9567784>

Delgado, A. y Naranjo Mejía, H. (2015). Análisis de la vulnerabilidad de los hogares bolivianos a la inseguridad alimentaria en 2015. *Investigación y Desarrollo*, 2(17), 49-62.

Dubick, J., Mathews, B. y Cady, C. (2016). El hambre en el campus: el desafío de la inseguridad alimentaria para los estudiantes

universitarios. Florida: College and University Food Bank Alliance. https://studentsagainsthunger.org/wp-content/uploads/2016/10/Hunger_On_Campus.pdf

Eche, D. y Hernández-Herrera, M. (2018). Studying food security among students: a comparative case study between public and private universities in Quito-Ecuador. *Nutr Hosp*, 35(6):1372-1378. <https://dx.doi.org/10.20960/nh.1919>.

FAO, FIDA, OPS, PMA Y UNICEF (2023). América Latina y el Caribe- panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional 2023: estadística y tendencias. <https://doi.org/10.4060/cc8514es>

FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF. (2024). El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. <https://doi.org/10.4060/cd1276es>

FAO. (s. f.). Food And Agriculture Organization Of The United Nations. <https://www.fao.org/hunger/es/#:~:text=Una%20persona%20padece%20inseguridad%20alimentaria,falta%20de%20recursos%20para%20obtenerlos>

González-Aguilar DG, Gómez-Cruz Z, Landeros-Ramírez P, Morales-Ángel KR, Campos-Bravo CA. (2021). Seguridad alimentaria en los hogares desde la perspectiva de una población universitaria. *e-CUCBA*, (15):65-71. <http://e-cucba.cucba.udg.mx/index.php/e-Cucba/article/view/185>

Hernández M. E., Pérez S. D., Ortiz. H. L. (2013). Consecuencias alimentarias y nutricionales de la inseguridad alimentaria: la perspectiva de madres solteras. *Revista chilena de nutrición*, 40(4): 351-356. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-75182013000400004&lng=es. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-75182013000400004>.

Huamán, J., (2021). Impacto económico y social de la COVID-19 en el Perú. *Revista de Ciencia e Investigación en Defensa-CAEN*, 2(1):31-42. <https://doi.org/10.58211/recide.v2i1.51>

Kirkpatrick, S. & Tarasuk, V. (2011). Housing Circumstances are Associated with Household Food Access among Low-Income Urban Families. *Journal Of Urban Health*, 88(2), 284-296. <https://doi.org/10.1007/s11524-010-9535-4>

Kochar, R. (2020). El desempleo aumentó más en tres meses de COVID-19 que en dos años de la Gran Recesión. <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/06/11/unemployment-rose-higher-in-three-months-of-covid-19-than-it-did-in-two-years-of-the-great-recession>

Leon, K. y Arguello, J. (2020). Efectos de la pandemia por la COVID-19 en la nutrición y actividad física de adolescentes y jóvenes. UNICEF. <https://www.unicef.org/lac/efectos-de-la-pandemia-por-la-covid-19-en-la-nutricion-y-actividad-fisica-de-adolescentes-y-jovenes#:~:text=Durante%20la%20crisis%20de%20COVID,%25>

Loofbourrow, B. M., & Scherr, R. E. (2023). Food Insecurity in Higher Education: A Contemporary Review of Impacts and Explorations of Solutions. *International journal of environmental research and public health*, 20(10), 5884. <https://doi.org/10.3390/ijerph20105884>

Martinez, S. M., Frongillo, E. A., Leung, C., & Ritchie, L. (2020). No food for thought: Food insecurity is related to poor mental health and lower academic performance among students in California's public university system. *Journal of health psychology*, 25(12), 1930–1939. <https://doi.org/10.1177/1359105318783028>

Maza-Ávila, F., Caneda-Bermejo, M. y Vivas-Castillo, A. (2022). Hábitos alimenticios y sus efectos en la salud de los estudiantes universitarios. Una revisión sistemática de la literatura. *Psicogente*, 25(47), 110-140. <https://doi.org/10.17081/psico.25.47.4861>

Meg Bruening, S., van Woerden, I., Todd, M. & Laska, M. (2016), Factors Related to the High Rates of Food Insecurity among Diverse, Urban College Freshmen. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*, 116(9), 1450-1457. <https://doi.org/10.1016/j.jand.2016.04.004> <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212267216301162>

Micevski, D., Thornton, L. & Brockington, S. (2013). Food insecurity among university students in Victoria: A pilot study. *Nutrition & Dietetics*, 71(4), 258-264. <https://doi.org/10.1111/1747-0080.12097>

Ministerio de Educación. (2018). Tipología y caracterización de las escuelas privadas en el Perú (Estudios Breves N.º 3). Lima: Oficina de Medición de la Calidad de los Aprendizajes.

Moya E.M., Chávez Baray SM. (2021). Desempleo y bienestar en universitarios: inseguridad alimentaria. *Cuadernos Fronterizos*, 1(1). Disponible en: <https://erevistas.uacj.mx/ojs/index.php/cuadfront/article/view/4420>

Nor Syaza, A., Sulaiman, N, Sabri, M. (2021). Food Insecurity: Is It a Threat to University Students' Well-Being and Success? *Int J Environ Res Public Health*, 18(11), 5627. doi: 10.3390/ijerph18115627

Ntentie, F. R., Angie Mbong, M. A., Tonou Tchuenta, B. R., Biyegue Nyangono, C. F., Wandji Nguedjo, M., Bissal, C., Souavourbe, P., Avom-Me Mbida, F., Enyong Oben, J. (2022). Malnutrition, Eating Habits, Food Consumption, and Risk Factors of Malnutrition among Students at the University of Maroua, Cameroon. *Journal of nutrition and metabolism*, 1431743. <https://doi.org/10.1155/2022/1431743>

Nurulhudha, M., Norhasmah, S., Siti Nur'Asyura A. y Shamsul Azahari Z. (2020). Problemas financieros asociados con la inseguridad alimentaria entre los estudiantes universitarios públicos en Malasia. https://www.researchgate.net/publication/346576540_Financial_problems_associated_with_food_insecurity_among_public_university_students_in_Peninsular_Malaysia

Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura - FAO. (2011). Seguridad Alimentaria y Nutricional Conceptos Básicos. <http://www.fao.org/3/a-at772s.pdf>

Palet, D., Méndez, G., Juica, N., Puellas, H., Layana, N., Munizaga, R., Roman Mella, F. y Haeger, P. (2023). Estrés, estrategias de afrontamiento y consumo de alimentos no saludables durante la pandemia de

COVID-19 en estudiantes universitarios. *Revista Chilena de Nutrición*, 50 (3), 305-311. <https://dx.doi.org/10.4067/s0717-75182023000300305>

Payne-Sturges D., Tjaden A., Caldeira K., Vincent K. y Arria A. (2018). El hambre entre los estudiantes en el campus: inseguridad alimentaria entre los estudiantes universitarios e implicaciones para las instituciones académicas. *Am J Heal Promot*, 32(2):349-54. <https://doi.org/10.1177/0890117117719620>

Protección social: Panorama general. (s. f.). World Bank. <https://www.bancomundial.org/es/topic/socialprotection/overview#:~:text=Los%20sistemas%20de%20protecci%C3%B3n%20social%20ayudan%20a%20las%20personas%20y,la%20poblaci%C3%B3n%20de%20edad%20avanzada>

Robayo, C., Iza, P. y Mejía, C.. Inseguridad alimentaria en hogares ecuatorianos durante el confinamiento por COVID-19. *Investigación y Desarrollo*, 12(1):9-15. <https://revistas.uta.edu.ec/erevista/index.php/dide/article/view/985>

Rojas Egaña D., Espinoza Gálvez P., Vásquez Duarte F. y Rodríguez Osiac L. (2023). Food insecurity in Chilean university students during the COVID-19 pandemic. *Rev. méd. Chile*, 151(3): 296-305. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-98872023000300296&lng=es. <http://dx.doi.org/10.4067/s0034-98872023000300296>

Shi, Y., Davies, A., y Allman-Farinelli, M. (2021). The Association Between Food Insecurity and Dietary Outcomes in University Students: A Systematic Review. *Journal Of The Academy Of Nutrition And Dietetics*, 121(12), 2475-2500.e1. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34352437/>

Soldavini, J., Berner, M. y Da Silva, J. (2019). Las tasas y características asociadas con la inseguridad alimentaria difieren entre los estudiantes de pregrado y posgrado de una gran universidad pública en el sureste de los Estados Unidos. *Informes de Medicina Preventiva*, 14, 100836. <https://doi.org/10.1016/j.pmedr.2019.100836>

Syaza, S., Norhasmah, S. y Mohamad, F. (2021). Food Insecurity: Is It a Threat to University Students' Well-Being and Success?. *International Journal Of Environmental Research And Public Health*, 18 (11). <https://doi.org/10.3390/ijerph18115627>

Ukegbu, P., Nwofia, B., Ndudiri, U. y Uwakwe, N. (2019). Inseguridad alimentaria y factores asociados entre estudiantes universitarios. *Food Nutr Bull*, 20(5), 1-11. <https://doi.org/10.1177/0379572119826464>

Ukegbu, P., Nwofia, B., Ndudiri, U., Uwakwe, N. y Uwaegbute, A. (2019). Food Insecurity and Associated Factors Among University Students. *Food And Nutrition Bulletin*, 40(2), 271-281. <https://doi.org/10.1177/0379572119826464>

UNMSM (2022). Sedes académicas, ciudad universitaria. UNMSM. <https://unmsm.edu.pe/la-universidad/sedes>

UNMSM (s. f.). Formación académica. UNMSM. <https://acortar.link/FLQIZK>

UNMSM (s. f.). Historia. UNMSM. <https://acortar.link/ieQ9vD>

Wan Azdie, M., Shahidah, I., Suriati, S. y Rozlin, A. (2019). Prevalencia y factores que afectan la inseguridad alimentaria entre estudiantes universitarios en Prevalencia y factores que afectan la inseguridad alimentaria entre estudiantes universitarios en Pahang, Malasia. *Malays. J. Nutr.*, 25, 59–67.

Whatnall, M., Hutchesson, M., & Patterson, A. (2019). Predictors of Food Insecurity among Australian University Students: A Cross-Sectional Study. *International Journal Of Environmental Research And Public Health*, 17(1), 60. <https://doi.org/10.3390/ijerph17010060>

Zein, A., Shelnutt, K., Colby, S., Vilaro, M., Zhou, W., Greene, G., Olfert, M. D., Riggsbee, K., Morrell, J., & Mathews, A. (2019). Prevalence and correlates of food insecurity among U.S. college students: a multi-institutional study. *BMC Public Health*, 19(1). <https://doi.org/10.1186/s12889-019-6943-6>

CAPÍTULO 3

INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y VULNERABILIDADES SOCIALES DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS - UNIVERSIDAD NACIONAL DE LANÚS – ARGENTINA

Marina L. Wallinger

Ana V. Moreno

Guillermina A. Guerrero

María Elena Colombo

Florencia M. Pisarra

ASPECTOS GENERALES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE LANÚS

La Universidad Nacional de Lanús (UNLa) fue fundada en el año 1997. Se sitúa en el Conurbano Bonaerense de la provincia de Buenos Aires (PBA) y, específicamente en el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), siendo esta la delimitación que incluye al conjunto de los partidos del Gran Buenos Aires (GBA) y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA).

La UNLa está ubicada en Remedios de Escalada Este, partido de Lanús, en un gran espacio que correspondía a los antiguos talleres de los Ferrocarriles Argentinos. En ellos —hace ya más de un siglo— se desarrollaban, producían y reparaban los vagones del ferrocarril que

debían integrar a nuestro país, a través del transporte de la producción en un modelo de acumulación agroexportador.

Los principios de la UNLa se explicitan a través de la intervención y el compromiso con la vida de la ciudad, extendiendo y compartiendo con ella los recursos universitarios. Existe un vínculo y un compromiso identitario fuertes con la comunidad, que no se limitan al desempeño de sus funciones educativas curriculares, sino que también van al encuentro de los problemas urbanos, sociales y comunitarios, aportando al desarrollo de potenciales respuestas y soluciones (Accinelli, 2015; Arias, 2015).

Pérez Rasetti (2014) aporta el concepto de 'vecinalización' de las universidades del conurbano bonaerense, señalando que el 80% de la matrícula está compuesta por estudiantes que residen en el partido donde se sitúa la institución o en municipios vecinos. En consecuencia, estas universidades atienden, responden y abrazan a los sectores populares, promoviendo el acceso de primeras generaciones de universitarios en las familias bonaerenses y revalorizando, a través de sus acciones, al territorio local como su ámbito natural de destino

En síntesis, la propuesta de la UNLa sostiene la necesidad de transformar la 'universidad claustro' en 'universidad ciudad', articulando los saberes producidos por el conjunto de la sociedad. Esto implica no solo que la comunidad sea quien defina su currícula, sino que su función primordial sea servir al ciudadano, a la sociedad y a la Nación (Jaramillo, 2003).

Argentina presenta una larga tradición de acceso irrestricto y no arancelado a la educación superior. A esto se suma, en las universidades creadas en los últimos años, la incorporación de estudiantes provenientes de niveles socioeconómicos más vulnerables, quienes frecuentemente representan la primera generación de universitarios en sus familias.

Actualmente, la UNLa ofrece 35 carreras de grado y ciclos de complementación curricular, que se dictan de manera presencial y reúnen a un total de 22.000 estudiantes activos

El Programa Compromiso Educativo de la Secretaría de Bienestar y Compromiso Universitario otorga tres tipos de becas destinadas a estudiantes de pregrado y grado:

- **La Beca de Apuntes:** Contempla una suma de dinero para la compra de material de estudio, artículos de librería, fotocopias y textos en el centro de copiado de la universidad.
- **La Beca de Apoyo Educativo:** Consiste en una transferencia económica mensual durante un período de 10 meses.
- **La Beca de Apoyo Excepcional:** Está destinada a aquellos estudiantes que, por cuestiones socioeconómicas, enfrenten dificultades para cursar el 2.º cuatrimestre.

Estas becas internas se financian mediante un fondo solidario que integra los aportes voluntarios de autoridades, docentes y personal no docente, así como los ingresos provenientes del estacionamiento, las tasas académicas y partidas del presupuesto universitario.

Por otra parte, cabe destacar que la UNLa no cuenta con un comedor universitario institucional, sino con un buffet y dos kioscos de gestión privada. Estos establecimientos ofrecen comidas elaboradas, golosinas, snacks, bebidas e infusiones para toda la comunidad universitaria.

Si bien el acceso a la educación superior es un factor clave para mejorar las condiciones de vida, este impacto no es inmediato ni automático. Por ello, es posible que los y las estudiantes atraviesen situaciones de vulnerabilidad social e inseguridad alimentaria durante sus trayectorias académicas, lo cual podría condicionar tanto su desempeño como sus posibilidades de permanencia en la institución (Castro Guerra, 2023).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Se realizó un estudio descriptivo y transversal con una muestra de participación voluntaria conformada por estudiantes regulares de grado de la UNLa, entre septiembre y noviembre de 2023. El tamaño muestral se estimó con un nivel de confianza del 95% y un margen de error del 5% ($n=378$).

Los datos se relevaron mediante una encuesta autoadministrada digital (Formulario de Google) difundida a través del Campus Virtual de la UNLa. En ella se indagó, además del Nivel de Seguridad Alimentaria (NSA), sobre variables sociodemográficas, económicas, de estado de salud y de ingesta alimentaria.

Se obtuvieron 466 respuestas, de las cuales 395 resultaron válidas para medir el NSA (según se detalla más adelante). En consecuencia, el análisis de los resultados se realizó sobre la base de este número final, para permitir una adecuada interpretación de los datos y de la relación entre las variables estudiadas.

El NSA se evaluó mediante la Escala de Inseguridad Alimentaria Basada en la Experiencia (FIES, por sus siglas en inglés), propuesta por la FAO (Ballard, 2013; Cafiero, 2018). Esta herramienta es pertinente tanto para la evaluación a nivel individual como poblacional, y permite su medición a través de 8 preguntas que indagan, de manera subjetiva, sobre el componente de acceso a los alimentos. Las mismas se presentan a continuación:

Pensando en los últimos 12 meses:

1. ¿Te has preocupado por no tener suficientes alimentos para comer por falta de dinero u otros recursos?
2. ¿Alguna vez no has podido comer alimentos saludables y nutritivos por falta de dinero u otros recursos?
3. ¿Alguna vez has comido poca variedad de alimentos por falta de dinero u otros recursos?
4. ¿Alguna vez has tenido que dejar de desayunar, almorzar o cenar porque no había suficiente dinero u otros recursos para obtener alimentos?

5. ¿Alguna vez has comido menos de lo que pensabas que debías comer por falta de dinero u otros recursos?
6. ¿Alguna vez tu hogar se ha quedado sin alimentos por falta de dinero u otros recursos?
7. ¿Alguna vez has sentido hambre pero no comiste porque no había suficiente dinero u otros recursos para obtener alimentos?
8. ¿Alguna vez has dejado de comer todo un día por falta de dinero u otros recursos?

Las preguntas implican un continuo y evidencian una correspondencia entre el nivel de inseguridad alimentaria, las experiencias vividas y sus consecuencias. En el siguiente esquema se presenta esta relación:

Cuadro 1: Correspondencia entre niveles de inseguridad, experiencias y consecuencias

Nivel de inseguridad alimentaria	Inseguridad alimentaria leve	Inseguridad alimentaria moderada		Inseguridad alimentaria grave
Experiencias	Tener ansiedad, preocupación	Comprometer la calidad y variedad de alimentos	Reducir cantidades, saltarse comidas	Sentir hambre
Consecuencias	Reducción del bienestar	Malnutrición	Subnutrición	Inanición

Fuente: Elaboración propia en base a la bibliografía de FAO (Ballard, 2013; Cafiero, 2018).

Las opciones de respuesta para cada pregunta son dicotómicas (sí/no), aunque el encuestado también puede optar por 'no sé' o no responder. En estos dos últimos casos, el cuestionario debe considerarse inválido, ya que impide la construcción de la escala (FAO, 2018). Por este motivo, tras el proceso de depuración, se validaron 395 encuestas de las 466 relevadas. Es por este motivo que luego de realizar este análisis se consideraron válidas solo 395 encuestas de las 466 relevadas.

Los ítems de la FIES componen una escala estadística diseñada para cubrir un rango de severidad de la inseguridad alimentaria, por lo

que deben analizarse como un conjunto y no como variables aisladas. Cada respuesta afirmativa suma un punto y cada respuesta negativa suma cero. De este modo, la correspondencia entre el número de respuestas afirmativas y el NSA es la siguiente:

- **0 respuestas afirmativas:** Seguridad Alimentaria
- **1-3 respuestas afirmativas:** Inseguridad Alimentaria Leve
- **4-6 respuestas afirmativas:** Inseguridad Alimentaria Moderada
- **7-8 respuestas afirmativas:** Inseguridad Alimentaria Grave

Una de las dificultades que puede presentar el modelo radica en la posibilidad de inconsistencias entre el puntaje obtenido y el patrón de respuestas del encuestado; es decir, que el puntaje refleje un grado de inseguridad diferente al establecido teóricamente. Por ello, sobre las encuestas válidas, se estimó el índice de ajuste entre las respuestas obtenidas y las esperadas, el cual arrojó un valor de 0,88, lo que indica un alto nivel de consistencia y confiabilidad.

Por otra parte, el instrumento indagó sobre otras variables, las cuales se agruparon en los siguientes bloques:

Variables de caracterización de la muestra:

- Género.
- Edad (en años).
- Presencia de discapacidades (motoras, auditivas, visuales, cognitivas).
- Aspectos académicos: carrera, año de cursada, turno, año de ingreso a la universidad y tipo de gestión de la escuela secundaria de procedencia.

Variables sociodemográficas y económicas:

- Situación laboral (tipo de empleo o pasantía).
- Ingreso per cápita en relación con el Salario Mínimo Vital y Móvil (SMVM).
- Composición del hogar.

- Características del lugar de residencia.
- Presencia de hijos/as.
- Percepción de asistencia social (titularidad).
- Adjudicación de becas.
- Impacto de la pandemia por COVID-19 en la economía individual y familiar.

Variables relacionadas con la alimentación y la salud:

- Enfermedades físicas y mentales diagnosticadas.
- Estado nutricional (IMC, calculado según peso y talla autorreferidos).
- Cantidad habitual de comidas diarias.
- Lugar de realización de las comidas principales.
- Frecuencia de consumo de alimentos (cuestionario semicuantitativo).

Para esta última variable, los alimentos se clasificaron en los siguientes grupos: lácteos descremados; lácteos enteros; carnes magras y huevos; carnes grasas y vísceras; carnes procesadas; pescados y frutos de mar; hortalizas no feculentas; hortalizas feculentas; frutas; frutas secas; cereales y derivados; cereales integrales y derivados; leguminosas; golosinas, gaseosas y frituras; agua; infusiones; y bebidas alcohólicas.

Para cada grupo, la frecuencia de consumo se categorizó de la siguiente manera (Rojas, 2011; Vega Camacho, 2012):

- **Habitual:** mayor a 5 veces por semana,
- **Frecuente:** entre 3 y 4 veces por semana,
- **Ocasional:** 1 a 2 veces por semana,
- **Rara:** 1 a 2 veces por mes,
- **Nunca:** si el encuestado no consume alimentos de ese grupo.

Por último, dentro de las variables alimentarias, se exploraron las conceptualizaciones de los participantes sobre “qué es comer bien” mediante una pregunta abierta.

Los datos se registraron, procesaron y analizaron utilizando el software Microsoft Excel 2013. Los resultados de las variables cualitativas se expresan como frecuencias absolutas y relativas, mientras que las variables cuantitativas (como edad e ingresos monetarios) se presentan mediante media y rango.

Asimismo, las respuestas sobre “qué es comer bien” se examinaron mediante la técnica de análisis de contenido. Finalmente, para estudiar la relación entre el NSA y las variables de caracterización (sociodemográficas, económicas, de salud y alimentarias), se utilizó la prueba de Chi cuadrado (χ^2), con un nivel de significancia de $\alpha = 0,05$

RESULTADOS

Perfil de los estudiantes en estudio

Las características sociodemográficas de la muestra se presentan a continuación (Tabla 1). Se destaca la alta participación de mujeres en la muestra estudiada.

Tabla 1: Descripción de variables seleccionadas en las y los estudiantes de grado de la UNLa, septiembre-noviembre 2023.

Variable	Indicador
Porcentaje de estudiantes de sexo femenino	86%
Porcentaje de estudiantes de sexo masculino	13%
Porcentaje de estudiantes no-binarios	1%
Edad en años (media)	34,45
Porcentaje de estudiantes que participan en programas sociales	19%
Porcentaje de estudiantes que viven en el área metropolitana de Buenos Aires	100%
Porcentaje de estudiantes que tienen hijos	43%
Porcentaje de estudiantes que viven con sus familias	80%
Ingreso per cápita (media) en pesos	148635,82

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

Cabe destacar que, durante el período en el que se realizó el relevamiento (septiembre a noviembre de 2023), Argentina atravesaba

una situación de crisis social y política que impactó directamente en los indicadores nacionales y regionales. A modo de ejemplo, las tasas de desocupación y subocupación superaron, en conjunto, el 17%, mientras que el empleo no registrado alcanzó el 24,4% (INDEC, 2024).

Por otra parte, el alto porcentaje de destinatarios de asistencia social o titulares de algún tipo de beca se encuentra en consonancia con el perfil de los y las estudiantes que asisten a las universidades del conurbano bonaerense (Accinelli, 2015; Arias, 2015).

En cuanto a la dimensión económica, el período de estudio estuvo marcado —particularmente en la región del Gran Buenos Aires (GBA)— por un fuerte deterioro que se manifestó en los indicadores poblacionales. Específicamente, en el GBA la pobreza alcanzó el 41% y la indigencia el 13% en el segundo semestre de 2023, reportándose un ingreso per cápita familiar a nivel nacional de \$156.309 (INDEC, 2024).

Esta realidad se ve reflejada en la población universitaria analizada, cuyo ingreso medio per cápita resultó inferior a la media nacional. Este hallazgo corrobora lo señalado en apartados anteriores respecto al perfil socioeconómico del estudiantado de la UNLa

Por otro lado, se destaca el alto porcentaje de estudiantes que viven con sus familias, y que tienen hijos. Los datos presentados hasta aquí deben ser interpretados teniendo en cuenta las particularidades de la población universitaria que asiste a las Universidades del conurbano bonaerense, así como las políticas institucionales de las mismas (Accinelli, 2015; Arias, 2015), relativas al ingreso y permanencia de las y los estudiantes en la Universidad.

Debe señalarse que la población estudiantil que se forma en la UNLa reside prioritariamente en los municipios cercanos a la misma, donde, como se ha mencionado, las situaciones laborales, económicas, sociales, entre otras, se ven atravesadas por las particularidades de la región donde se emplaza la Universidad.

Por otro lado, las políticas de ingreso y permanencia de la UNLa permiten que muchas personas de todas las edades y niveles socioeconómicos puedan acceder a la educación superior, aun cuando

tengan sus propios hijos y/o trabajen, sean de mayor edad y demás situaciones que dificultarían el acceso a otras instituciones centrales (como, por ejemplo, la Universidad de Buenos Aires o la Universidad Nacional de La Plata).

Por otro lado, el contexto social, político y económico que atravesó y atraviesa el país, mencionado anteriormente, explica en gran parte los resultados obtenidos. Los altos niveles de inflación, los bajos salarios y la inestabilidad económica en general impactan en la situación económica y social de las y los estudiantes, lo que se ve reflejado en los resultados presentados hasta aquí y los que se presentarán más adelante.

Se destaca, por otro lado, el elevado porcentaje de estudiantes que residen con sus familias y que, además, son padres. Los datos expuestos hasta este punto deben ser interpretados considerando las especificidades de la población universitaria que asiste a las Universidades del conurbano bonaerense, así como las políticas institucionales de estas (Accinelli, 2015; Arias, 2015), en lo relativo al acceso y la permanencia de los estudiantes en la Universidad. Es preciso señalar que la población estudiantil que se forma en la UNLa reside fundamentalmente en los municipios adyacentes a la misma, donde, como se ha mencionado, las circunstancias laborales, económicas, sociales, entre otras, están influenciadas por las particularidades de la región en la que se ubica la Universidad.

Adicionalmente, las políticas de ingreso y permanencia de la UNLa facilitan que un amplio espectro de personas, en cuanto a edad y nivel socioeconómico, puedan acceder a la educación superior, aun cuando sean padres, trabajen, o presenten una edad avanzada y otras situaciones que podrían obstaculizar el acceso a otras instituciones consideradas centrales (como, por ejemplo, la Universidad de Buenos Aires o la Universidad Nacional de La Plata).

Asimismo, el contexto social, político y económico que ha afectado y continúa afectando al país, previamente mencionado, justifica en gran medida los resultados obtenidos. Los notables índices de inflación,

los salarios reducidos y la inestabilidad económica general ejercen un impacto significativo en la situación económica y social de los estudiantes, lo cual se constata en los resultados presentados hasta ahora y los que se expondrán posteriormente.

Aspectos generales de inseguridad alimentaria

La inseguridad alimentaria moderada o grave, evaluada mediante la escala FIES, estima la proporción de la población que, en el último año, ha enfrentado limitaciones para acceder a alimentos suficientes. La inseguridad alimentaria moderada se refiere a la incertidumbre sobre la capacidad para obtener alimentos, lo que implica una reducción en su calidad o cantidad; mientras que la inseguridad alimentaria grave indica que las personas probablemente se han quedado sin comida o han padecido hambre, poniendo en riesgo su salud y bienestar (Ballard, 2013).

La muestra estudiada (Tabla 2) exhibe una prevalencia de inseguridad alimentaria superior a los indicadores reportados por la FAO (2023) para la región en el año 2022. Sin embargo, estos resultados deben ser interpretados teniendo en cuenta las siguientes situaciones:

- El contexto de crisis: En el período estudiado, Argentina atravesó una fuerte crisis política, social y económica, registrando variaciones mensuales de inflación superiores al 12%, con una alta incidencia del costo de los alimentos en el índice general (INDEC, 2023).
- Las disparidades regionales: Existen particularidades en los conglomerados urbanos respecto al riesgo alimentario y las prácticas de consumo (UCA, 2021). En este sentido, se observa que en la región del GBA el porcentaje de inseguridad alimentaria es significativamente más alto en comparación con la CABA.
- El perfil del estudiantado: Debe considerarse el perfil socioeconómico de quienes acceden a las universidades del conurbano bonaerense, donde las políticas de acceso y permanencia posibilitan el ingreso y la continuidad de

estudiantes provenientes de diversos estratos sociales, a menudo más vulnerables (Accinelli, 2015; Arias, 2015)

Tabla 2: Inseguridad alimentaria en estudiantes de grado de la UNLa, septiembre-noviembre 2023.

Nivel de seguridad alimentaria	%
Seguridad alimentaria	37
Inseguridad alimentaria leve	19
Inseguridad alimentaria moderada	18
Inseguridad alimentaria grave	26
Totales	100

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

Ante situaciones de crisis económica o vulnerabilidad, las unidades domésticas despliegan diversas estrategias de consumo. Según la bibliografía actual (Cano, 2022), es posible identificar al menos 20 tipos de estrategias; entre ellas, la presente investigación exploró específicamente la reducción del número de comidas diarias.

En este sentido, resulta significativo destacar que más del 25% de los y las estudiantes encuestados realiza menos de 3 comidas al día (Tabla 3), un hallazgo que podría vincularse directamente con el contexto socioeconómico descrito previamente

Tabla 3: Distribución de la cantidad de comidas diarias en estudiantes de grado de la UNLa (septiembre-noviembre de 2023).

Cantidad de comidas diarias	%
Una	5,3
Dos	21,5
Tres	28,1
Más de tres	45,1
Totales	100,0

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

Por otro lado, en la Tabla 4 se observa que, a medida que se agrava la inseguridad alimentaria, disminuye significativamente el número

de comidas realizadas por los y las estudiantes ($p < 0,001$). Dada la alta prevalencia de inseguridad alimentaria en esta población, resultaría relevante indagar en futuras investigaciones qué otras estrategias de afrontamiento implementan los estudiantes y sus familias para mitigar esta situación.

Al consultar sobre el reemplazo de las comidas omitidas por otros alimentos o bebidas, el 21% de la población estudiada refirió consumir mate; un 2%, agua; y un 4%, otras sustancias (incluyendo alcohol y drogas)

Tabla 4: Cantidad de comidas según el nivel de inseguridad alimentaria de estudiantes de grado de la UNLa, septiembre-noviembre 2023.

Cantidad de comidas	IA grave	IA moderada	IA leve	SA	Total porcentual
	%	%	%	%	
1 comida diaria	66,7	19,0	0,0	14,3	100,0
2 comidas diarias	47,1	22,4	17,6	12,9	100,0
3 comidas diarias	30,6	20,7	18,9	29,7	100,0
Más de 3 comidas diarias	8,4	14,6	21,9	55,1	100,0

Nota: $\chi^2 p < 0,0001$; IA = Inseguridad alimentaria; SA = Seguridad alimentaria.

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

Por otro lado, se observa que los y las estudiantes que asisten al turno mañana presentaron una mayor prevalencia de inseguridad alimentaria en comparación con quienes cursan en otros horarios (Tabla 5).

Si bien la elección del turno puede responder a múltiples motivos, la situación laboral suele ser un factor condicionante. En este sentido, se destaca que casi la totalidad del estudiantado del turno noche posee empleo, de los cuales el 60% corresponde a trabajo registrado. En contraste, entre quienes cursan por la mañana, solo el 22% refirió contar con un empleo formal.

El acceso a un trabajo registrado mejora las condiciones generales de vida —incluidas la alimentación y la atención de la salud—; por consiguiente, esta disparidad en la calidad del empleo podría explicar las diferencias halladas en el NSA según el turno de cursada.

Tabla 5: Distribución del nivel de seguridad alimentaria según turno de cursada en estudiantes de grado de la UNLa (septiembre-noviembre de 2023).

Turno	Seguridad Alimentaria	Inseguridad Alimentaria
	%	%
Mañana	26	74
Tarde	29	71
Noche	47	53
Más de uno	31	69

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

En cuanto al género, el 64% de las mujeres, el 55% de los varones y la totalidad de los no binarios (n=3) encuestados exhiben algún grado de inseguridad alimentaria. Esta prevalencia es significativamente mayor en mujeres con hijos que en el resto de los grupos estudiados (Tabla 6). Este hallazgo refleja las desigualdades estructurales de género persistentes en el país y la región (FAO, 2022). Si bien la brecha se ha ido reduciendo en los últimos años, aún sigue siendo considerablemente alta.

Estas desigualdades presentan un carácter estructural y se manifiestan en diferentes dimensiones, como el trabajo, los ingresos y las tareas de cuidado, lo que genera una feminización de la pobreza y una alta prevalencia de inseguridad alimentaria en este grupo poblacional (Ibarra, 2018; Ministerio de Economía, 2023).

Tabla 6: Nivel de seguridad alimentaria en estudiantes de grado de la UNLa, en relación al género y la presencia de hijos, septiembre-noviembre 2023.

Género	Presencia de hijos	IA		SA	
		N	%	N	%
Mujer	Sin hijos	107	58	76	42
	Con hijos	111	71	45	29
Varón	Sin hijos	24	60	16	40
	Con hijos	5	38	8	62
No binario	Sin hijos	3	100	0	0
	Con hijos	0	0	0	0

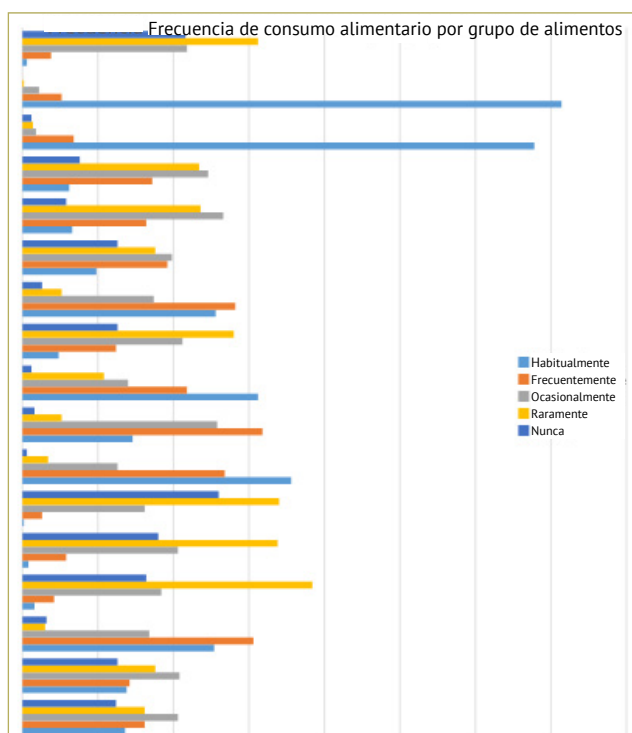
Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

Frecuencia alimentaria por grupos de alimentos

Más allá del NSA reportado por los estudiantes, resulta relevante identificar y analizar sus consumos alimentarios. El Gráfico 1 presenta las frecuencias de consumo, observándose que, en términos generales, siguen el patrón poblacional de Argentina (ENNyS, 2019; Zapata, 2016). La ingesta de frutas, verduras, lácteos, carnes, legumbres y otros grupos resultó inferior a las recomendaciones nacionales (Ministerio de Salud de la Nación, 2020).

Sin embargo, al analizar el consumo de alimentos según el NSA (Tabla 7), se encuentran diferencias estadísticamente significativas en todos los grupos protectores. Su consumo disminuye a medida que se agrava la inseguridad alimentaria ($p < 0,001$ para frutas y verduras, lácteos, carnes y huevos, pescados; y $p < 0,05$ para cereales integrales), a excepción de las legumbres (cuya ingesta es baja en todos los casos).

Gráfico 1: Consumo alimentario por grupos de alimentos, de los estudiantes de grado de la UNLa, (septiembre-noviembre 2023).



Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

Tabla 7: Consumo alimentario por grupos de alimentos, según el nivel de seguridad alimentaria, en estudiantes de grado de la UNLa, septiembre-noviembre 2023.

Grupos de alimentos de consumo habitual (diario)				
Grupo de alimento	Seguridad alimentaria	Inseguridad alimentaria leve	Inseguridad alimentaria moderada	Inseguridad alimentaria grave
	%	%	%	%
Lácteos enteros	28	15	15	5
Lácteos descremados	28	17	17	3
Carnes y huevos	49	35	25	12
Hortalizas A-B	66	45	33	23
Frutas	59	43	25	19
Cereales y derivados	28	35	42	30
Cereales integrales y derivados	14	20	10	6
Agua	92	85	88	76
Infusiones	92	88	90	89
Grupos de alimentos de consumo frecuente (semanal)				
Pescados y frutos de mar	39	27	8	12
Frutas secas	67	47	40	30
Legumbres	72	60	60	53
Hortalizas C	95	93	94	83
Grupos de alimentos de consumo ocasional				
Carnes grasas y vísceras	64	72	63	79
Carnes procesadas	70	61	57	68
Golosinas y productos ultra procesados	40	33	44	39
Bebidas alcohólicas	59	64	63	83

Nota: χ^2 $p < 0,0001$ = Lácteos descremados; carnes y huevos; pescados; hortalizas A-B; frutas frescas. $p < 0,05$ = Cereales integrales.

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

Por último, no se registraron diferencias en la ingesta de agua, ni en el consumo de alimentos opcionales, como golosinas, bebidas azucaradas, embutidos y productos ultraprocesados

Condición de pobreza y protección social

Desde hace una década, Argentina se caracteriza por la falta de crecimiento y el estancamiento del empleo formal, lo que ha derivado en un sistema socioeconómico desigual y estructuralmente empobrecido (Schipani y Forlino, 2024; Brandão, Casemiro, Peres, 2023). Durante la pandemia por COVID-19, la dificultad para el acceso económico a los alimentos se agudizó, impulsada, entre otros factores, por una inflación alimentaria superior a la general. La brecha de género se amplió debido a que la pandemia provocó una mayor pérdida de empleo en la población femenina, lo que aumentó la pobreza en este grupo — fenómeno conocido como feminización de la pobreza— (CELAC, 2024).

Los programas sociales forman parte de las políticas públicas destinadas a mejorar la calidad de vida de la población (Miranda et al., 2015). Entre 2002 y 2022, el número de beneficiarios de asistencia social se cuadruplicó. Sin embargo, si bien la cobertura se amplió, los programas perdieron poder adquisitivo frente a la crisis económica, lo que provocó una disminución en el poder de compra de los beneficiarios a lo largo del tiempo. Esta situación se constata al analizar la Tabla 8, donde los estudiantes receptores de algún programa social exhiben una mayor prevalencia de inseguridad alimentaria grave.

Durante el período de ASPO por la pandemia de COVID-19, la seguridad alimentaria de la población argentina se vio afectada, y la economía no logró recuperarse tras este período. El acceso económico a los alimentos se agravó no solo durante la cuarentena sino también en los años subsiguientes, debido a que el incremento de los costos superó la inflación general. Para reforzar la atención a los sectores más vulnerables, en 2021 el Estado extendió el beneficio de la Tarjeta Alimentar a todos los beneficiarios y beneficiarias de la Asignación Universal por Hijo (AUH), lo que generó un aumento en los montos otorgados en asignaciones familiares.

La AUH fue creada en 2009 y está dirigida a niños, niñas y adolescentes menores de 18 años cuyos padres/madres son trabajadores

no registrados o desocupados. Consiste en una prestación monetaria mensual, siendo la mayoría de las titulares mujeres madres. En el marco de la AUH, en 2011 se creó la Asignación Universal por Embarazo (AUE) con el objetivo de mejorar las condiciones de vida de mujeres y personas gestantes y disminuir la morbilidad infantil.

A pesar de los esfuerzos por garantizar los derechos fundamentales (trabajo, educación, alimentación y salud) a través de los programas sociales mencionados, los resultados evidencian que los recursos asignados no son suficientes para garantizar la seguridad alimentaria (Tabla 8)

Tabla 8: Nivel de seguridad alimentaria según participación en programas sociales de los estudiantes de grado de la UNLa, (septiembre-noviembre 2023).

Participación de programas sociales	Seguridad alimentaria (%)	Inseguridad alimentaria leve (%)	Inseguridad alimentaria moderada (%)	Inseguridad alimentaria grave (%)
Si	17	15	24	44
No	41	20	17	22

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

Por otro lado, como mencionan Schipani y Forlino (2024), “las becas educativas constituyen una ayuda financiera para jóvenes en estado de vulnerabilidad, con el objetivo de facilitar su acceso a la educación obligatoria, los estudios superiores y/o la formación laboral”.

La política pública implementada por el Ministerio de Educación en 2014 fue el Programa de Respaldo a Estudiantes de Argentina (PROGRESAR), diseñado para mitigar las desigualdades sociales y económicas en el derecho a la educación. El programa se estructura en cuatro líneas de acción principales: Progresar Obligatorio (centrado en la finalización de la escuela primaria y secundaria); Progresar Superior (para carreras terciarias y universitarias); Progresar Enfermería (destinado a la carrera de enfermería en universidades y terciarios); y Progresar Trabajo (para cursos de formación profesional).

Además de PROGRESAR, el gobierno nacional ofrece la Beca Estratégica Manuel Belgrano. Esta beca promueve el ingreso, la continuidad y la graduación de estudiantes en disciplinas consideradas centrales (Alimentos, Ambiente, Computación e Informática, Energía convencional y alternativa, Gas y Petróleo, Logística y Transporte, Minería, Ciencias básicas, Filosofía y Educación) para el desarrollo socioeconómico del país (Ministerio de Capital Humano, 2024). La beca dura 12 meses, con posibilidad de renovación por un máximo de 3 años en carreras de pregrado y 5 años en carreras de grado.

Por otra parte, para aquellos estudiantes avanzados en sus estudios que deseen incursionar en investigación y sumarse a un proyecto institucional, el Consejo Interuniversitario Nacional (CIN) ofrece la Beca Estímulo a las Vocaciones Científicas por un período de 12 meses.

La Tabla 9 evidencia que los estudiantes que poseen algún tipo de beca educativa (externa o interna) muestran, en general, mayores porcentajes de inseguridad alimentaria. La única excepción la constituyen los beneficiarios de la Beca Estratégica Manuel Belgrano, quienes reportaron una distribución equitativa de 50% de seguridad alimentaria y 50% de inseguridad alimentaria.

Tabla 9: Nivel de seguridad alimentaria (%) según participación en becas de los estudiantes de grado de la UNLa, septiembre-noviembre 2023.

	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)
Apoyo educativo	23	38	15	23
Apuntes	0	75	0	25
EVC-CIN	0	0	100	0
Estratégica Manuel Belgrano	50	0	0	50
Progresar	23	17	25	35
Progresar enfermería	8	10	15	68
Más de 1 beca	25	13	25	38
Ninguna	45	19	18	18

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

Al analizar la asociación entre la percepción de programas sociales y la inseguridad alimentaria, se observa que la tendencia se mantiene (o se agrava). Específicamente, el 93% de los encuestados que perciben un programa social junto con una beca educativa exhiben inseguridad alimentaria (Tabla 10). Este fenómeno puede explicarse a la luz del proceso inflacionario del período: los montos asignados a los programas y becas no lograron mantener su poder adquisitivo, resultando insuficientes para cubrir el costo mínimo de la canasta alimentaria y, consecuentemente, garantizar el derecho fundamental a la alimentación

Tabla 10: Seguridad alimentaria en relación a la participación de becas y programas sociales de los estudiantes de grado de la UNLa, septiembre-noviembre 2023.

		Seguridad alimentaria (%)	Inseguridad alimentaria (%)
Sin programa social	Becario	24	76
	No becario	46	54
Con programa social	Becario	7	93
	No becario	34	66

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

Buffet Universitario

Respecto al lugar donde los y las estudiantes realizan sus comidas principales, se observó que la mayoría (87%) lo hace en sus casas, el 11% en sus trabajos y un porcentaje menor en comedores comunitarios o en la universidad (Tabla 11). Puesto que la UNLa no cuenta con comedor universitario subsidiado, esta opción de respuesta no fue considerada relevante para este análisis ni para análisis posteriores.

Tabla 11: Lugar donde el estudiante de grado de la UNLa realiza su comida principal, septiembre-noviembre 2023.

Lugar donde realiza la comida principal	%
Casa	87%
Trabajo	11%
Comedor comunitario	1%
Buffet universitario	1%
Otro	1%

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

No obstante, la universidad cuenta con un buffet de gestión privada, el cual el 88% de los estudiantes manifestó no utilizar. Quienes sí realizan alguna comida o colación en este establecimiento indicaron la necesidad de reducir el costo de la oferta, así como de mejorar y diversificar la variedad de alimentos, menús y opciones de alimentación basada en plantas, entre otras sugerencias.

Salud Mental y Seguridad Alimentaria

En cuanto a la salud mental en Argentina, se estima que la prevalencia de trastornos, así como la sintomatología depresiva y ansiosa, se incrementan en los grupos etarios más jóvenes (mayores de 18 años). Esto se observa con edades de inicio tempranas y presenta variaciones según el nivel socioeconómico. Además, los individuos más jóvenes también exhiben un mayor número de trastornos a lo largo de la vida (Stagnaro et al., 2019; Etchevers et al., 2023).

Al analizar la salud mental del estudiantado de la UNLa, se identificó que el 27% refirió presentar algún trastorno. Cabe destacar que la muestra que conformó el estudio tuvo una media de edad de 34 años.

En relación al género, se hallaron diferencias: la presencia de trastornos de salud mental fue mayor en el sexo femenino respecto al masculino. Esta disparidad coincide con lo identificado en el primer estudio epidemiológico de salud mental en población adulta del país,

que reportó una mayor probabilidad de padecer trastornos de ansiedad en mujeres, aunque sin diferencias por sexo en los trastornos del estado de ánimo (Stagnaro et al., 2019).

Si bien las personas de género no binario presentaron la mayor prevalencia de trastornos (67%), debe considerarse que el tamaño de muestra en este subgrupo fue muy reducido (n=3), por lo que los resultados podrían no ser representativos (Tabla 12).

Tabla 12: Presencia de trastornos de la salud mental, según género, de los estudiantes de grado de la UNLa, (septiembre-noviembre 2023).

Género	Trastorno de salud mental	n	%
Masculino	Si	10	19
	No	43	81
Total masculino		53	100
Femenino	Si	95	28
	No	244	72
Total femenino		339	100
No binario	Si	2	67
	No	1	33
Total no binario		3	100

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

La Tabla 13 presenta los resultados de la asociación entre el nivel de seguridad alimentaria, el género y la presencia de trastornos de salud mental. Se evidencia que, independientemente del género, la prevalencia de inseguridad alimentaria es superior entre los estudiantes que reportaron algún tipo de trastorno.

Al respecto, la evidencia sugiere que la falta de recursos económicos, la vivienda inestable y la preocupación constante por cubrir necesidades básicas pueden generar niveles elevados de estrés crónico. Este estrés prolongado incrementa la probabilidad de desarrollar trastornos de ansiedad y depresión (Etchevers et al., 2023). A su vez, las dietas desequilibradas y la deficiencia de nutrientes pueden

asociarse a mayores riesgos de padecer problemas de salud mental como depresión, ansiedad, trastorno bipolar, esquizofrenia, entre otros (dos Santos Rocha et al., 2021).

Es crucial considerar que, como se mencionó previamente, durante el período de estudio Argentina se encontraba en un contexto de crisis social, política y económica, con variaciones e incrementos en los precios de los alimentos (INDEC, 2023). Esta situación exógena agrava las dificultades de los estudiantes para acceder a una alimentación adecuada.

Tabla 13: Seguridad alimentaria según género y presencia de trastornos de la salud mental de estudiantes de grado de la UNLa, (septiembre-noviembre 2023).

Género	Presencia de trastorno de salud mental	Seguridad Alimentaria		Inseguridad Alimentaria		Total (n)	Total (%)
		n	%	n	%		
Masculino	Si	1	10	9	90	10	100,0
	No	23	53	20	47	43	100,0
Total género masculino						53	100
Femenino	Si	27	28	68	72	95	100,0
	No	94	39	150	61	244	100,0
Total género femenino						339	100
No binario	Si	0	0	2	100	2	100,0
	No	0	0	1	100	1	100,0
Total género no binario						3	100

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados.

CONSIDERACIONES FINALES Y PROPUESTAS

Sobre la base del informe presentado, se destacan los siguientes puntos emergentes:

- En el período estudiado se observó una alta prevalencia de inseguridad alimentaria en el estudiantado de la UNLa,

atribuible a diversas condiciones. Por un lado, los efectos de la pandemia por COVID-19 y el aislamiento social preventivo y obligatorio, con sus consecuencias en el trabajo asalariado y la economía familiar e individual. Corroborra esta situación el hecho de que aquellos estudiantes que perdieron un familiar o su empleo en ese período presentaron mayores niveles de inseguridad alimentaria. A esto se suman las condiciones políticas, sociales y económicas vigentes en Argentina en el período estudiado, con altos niveles de inflación (particularmente en los alimentos), que afectaron fuertemente a la población en general. Por último, el perfil de los estudiantes que cursan sus carreras de grado en las universidades del conurbano bonaerense es un factor clave, ya que muchos de ellos provienen de sectores socioeconómicos más desfavorecidos y/o son la primera generación de universitarios.

- Se observó menor prevalencia de inseguridad alimentaria en quienes cursan en el turno noche, y que además poseen en mayor medida trabajos registrados.
- En relación al género y la presencia de hijos/as, se evidenció que las estudiantes mujeres con hijos/as presentan mayor inseguridad alimentaria, lo que refleja la persistencia de las brechas de desigualdad de género aún existentes en la población en general y en el estudiantado en particular. Las desigualdades también se vislumbran al momento de mencionar las tareas de cuidados, lo que conduce a pensar en la inequidad de género(s) en cuanto a la distribución de responsabilidades hogareñas, la gestión del tiempo —entendido como horas de vida— y su posibilidad de trabajo rentado, posibilidad de estudio y seguridad alimentaria, aspectos que impactan directamente en la alimentación y comensalidad.
- En relación a los aspectos alimentarios estudiados, se pudo constatar que existen diferencias estadísticamente significativas en la ingesta de alimentos protectores según el

NSA de los estudiantes. En la misma línea, se verificó que a medida que la inseguridad alimentaria se hacía más severa, los estudiantes disminuían el número de comidas diarias realizadas, posiblemente como una de las estrategias de consumo alimentario llevadas a cabo por ellos y sus familias/unidades domésticas.

- Otro aspecto relevante desde la salud es la alta prevalencia de diagnósticos de patologías vinculadas con la salud mental que presentó la muestra estudiada, siendo mayor aún en aquellos que presentaron inseguridad alimentaria y en las mujeres.
- En relación a las variables económicas y laborales, se pudo constatar que la prevalencia de inseguridad alimentaria fue mayor en la medida que los ingresos económicos disminuyeron. Si bien en esta investigación no se midió pobreza (según los indicadores actuales utilizados en Argentina), esta diferencia se pudo observar según la cantidad de SMVM/cápita de la población en estudio. Por otro lado, en aquellos estudiantes beneficiarios de asistencia estatal o de becas (tanto internas como externas a la Universidad), se verificó que la presencia de dichos beneficios no tiene incidencia en la inseguridad alimentaria.

Con base en los resultados expuestos, se proponen algunas líneas de acción para poner en práctica, desde la perspectiva de la comunidad UNLa:

- La UNLa no cuenta en este momento con un comedor universitario, sino con un buffet concesionado y dos quioscos. Por ese motivo, una primera propuesta es la creación de un comedor universitario que contemple las necesidades nutricionales de los estudiantes, sus hábitos, diversidades y preferencias alimentarias, y que se adecúe a sus posibilidades económicas. La Universidad cuenta con las posibilidades edilicias, recursos profesionales y de cooperación para gestionar un comedor que colabore con los aspectos señalados previamente, y que incorpore otros como la

selección de alimentos en función de formas de producción sustentables, locales y regionales, la gestión de residuos urbanos, entre otros.

- Por otro lado, se sugiere que en la evaluación que se realiza a través del Área de Bienestar Estudiantil para la selección de usuarios de becas, se incorpore la medición de la inseguridad alimentaria. Ello podría también ser insumo para diseñar estrategias vinculadas a la solución de las problemáticas alimentarias de los estudiantes.
- Por último, y vinculado con la generación de conocimiento situado, se propone que se continúen las líneas de investigación y proyectos de cooperación (extensión universitaria) que profundicen los siguientes aspectos:
- Estrategias de consumo alimentario que llevan a cabo las unidades domésticas/familias de los estudiantes para afrontar las problemáticas relacionadas con el acceso a los alimentos.
- Medición de los trastornos de salud mental en un sentido más amplio, incluyendo el abordaje de la salud mental comunitaria.
- Medición de las otras dimensiones de la seguridad alimentaria, como la disponibilidad de alimentos y la utilización biológica, que permitan tener un panorama más amplio de la problemática.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Accinelli, A. y Macri, A. (2015). La creación de las universidades nacionales del conurbano bonaerense: análisis comparado de dos períodos fundacionales. *Revista Argentina de Educación Superior*, 7(11), 94-117

Aguirre, P. (2016). Alimentación humana: el estudio científico de lo obvio. *Salud Colectiva*, 12(4), 463-472

- Arias, M.F., Mihal, I., Lastra, K. y Gorostiaga, J. (2015). El problema de la equidad en las universidades del conurbano bonaerense en Argentina. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 20(64), 47-69
- Ballard, T.J., Kepple, A.W. y Cafiero, C. (2013). The food insecurity experience scale: developing a global standard for monitoring hunger worldwide. Technical Paper. Rome, FAO. (disponible en <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/voices/en/>).
- Bonfiglio, J.I. (2021). Efectos de la pandemia Covid 19 sobre la inseguridad alimentaria. *Trabajo y sociedad*, XXII(36), 101-121
- Brandão, A.L, Pereira Casemiro, J. y Peres, F. (2023). *Inseguridad Alimentaria y Emergencia Climática: sindemia global y un desafío de salud pública en américa latina*. Rede Unida. DOI: 10.18310/9786554620918
- Cafiero, C., Viviani, S. y Nord, M. (2018). Food security measurement in a global context: The Food Insecurity Experience Scale, *Measurement*, 116, 146-152, doi:<https://doi.org/10.1016/j.measurement.2017.10.065>
- Cano, F. R., Mendoza, A. C., Farfán, F. y Callave, D. D. (2022). Estrategias domésticas de consumo alimentario: propuesta de variables a considerar para su análisis. En J. C. Márquez (Ed.), San Salvador de Jujuy, *Intercambios de experiencias de Promoción y Educación para la Salud*, (1era. edición, pp. 187-196), Promoción de Salud Jujuy.
- Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños [CELAC]. 2024. *Plan para la seguridad alimentaria, nutrición y erradicación del hambre de la CELAC 2030*.
- Castro Guerra, M. F. (2023). Factores que influyen en la Deserción estudiantil en Instituciones de Educación Superior en Latinoamérica durante los años 2017 a 2022: Una revisión de literatura. Tesis de grado, Universidad Cooperativa de Colombia.
- Dos Santos Rocha, A. Silva Teixeira, C. S. Gomes Coelho, C., Oliveira Alves, F. J. y Borges Machado, D. (2021). The relationship between nutritional deficiencies and mental health. *Revista Chilena de Nutrición*, 48(1), 103-108

- Durán, P. (2005). Transición epidemiológica nutricional o el “efecto mariposa”. *Archivos Argentinos de Pediatría*, 103(3), 195-197
- Espinosa Valenzuela, D., Rodríguez Garcés, C. y Padilla Fuentes, G. (2022). Malestar subjetivo e incertidumbre educativa durante la pandemia por Covid-19. *Alteridad*, 18(1), 99-112. <https://doi.org/10.17163/alt.v18n1.2023.08>
- Etchevers, M. J., Garay, C. J., Putrino, N., López, PL, Schmidt, V. y Grasso, J. (2023). Relevamiento del estado psicológico de la población argentina. Observatorio de Psicología Social Aplicada, Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires. Recuperado de: <http://www.psi.uba.ar/opsa/#informes>
- FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF. (2023). *América Latina y el Caribe - Panorama regional de la seguridad alimentaria y la nutrición 2023: Estadísticas y tendencias*. <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/afb901b8-a419-47d8-a523-b35dc31bed7e/content>
- FAO. (2018). *Academia de aprendizaje electrónico de la FAO. Indicador 2.1.2 de los ODS - Uso de la escala de experiencia de inseguridad alimentaria (FIES)*. <https://elearning.fao.org/course/view.php?id=441>
- Friedin, B. (2016). Alimentación y riesgos para la salud: visiones sobre la alimentación saludable y prácticas alimentarias de mujeres y varones de clase media en el Área Metropolitana de Buenos Aires. *Salud Colectiva*, 12(4), 519-536
- García de Fanelli, A.M. (1997). Las nuevas universidades del conurbano bonaerense: misión, demanda externa y construcción de un mercado académico. *Documentos Cedes. Serie Educación Superior*, (117), 1-115
- Ibarra, V. E. (2018). Brecha de género y feminización de la pobreza en América Latina: una aproximación desde el informe de ONU Mujeres y la perspectiva de Federici, Etcétera. *Revista del Área de Ciencias Sociales del CIFYH*, 2, 2-14.

Instituto Nacional de Estadística y Censo. (2023). *Principales indicadores del INDEC*. <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Institucional-Indec-BasesDeDatos>

Instituto Nacional de Estadística y Censo. (2023). *Índice de precios al consumidor (IPC) septiembre 2023*. https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/ipc_10_2365B9BAB45D.pdf

Instituto Nacional de Estadística y Censo. (2023). *Índice de precios al consumidor (IPC) octubre 2023*. https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/ipc_11_231B28D924C4.pdf

Instituto Nacional de Estadística y Censo. (2023). *Índice de precios al consumidor (IPC) noviembre 2023*. https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/ipc_12_23EA48BE000C.pdf

Instituto Nacional de Estadística y Censo. (2023). *Incidencia de la pobreza y la indigencia en 31 aglomerados urbanos segundo semestre 2023*. https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/eph_pobreza_03_2442F61D046F.pdf

Jaramillo, A. (2003). *La Universidad frente a los problemas nacionales*. Ediciones UNLa, Remedios de Escalada. Argentina.

Maceira, V., Anigstein, C., Battistini, O., Ariovich, A., Crojethovic, M., Jiménez, C. et al. (2020). *El Conurbano en la Cuarentena III Informe del tercer relevamiento a referentes de los barrios populares del Conurbano Bonaerense en el contexto de aislamiento social obligatorio*. <https://www.ungs.edu.ar/wp-content/uploads/2020/09/El-Conurbano-en-la-Cuarentena-III.-Tercer-informe-de-relevamiento.-Final.pdf>

Ministerio de Capital Humano. (2024). *Progresar*. <https://www.argentina.gob.ar/educacion/progresar>

Ministerio de Economía, Dirección Nacional de Economía, Igualdad y Género (DNEIyG). (2023). *Las brechas de género en las provincias argentinas*. https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2023/05/mesa_federal_anuario_2022_digital.pdf

Ministerio de Economía, Dirección Nacional de Economía, Igualdad y Género (DNEIyG). (2023). *El aporte de los cuidados al PBI Las brechas de género en la economía argentina. 4to trimestre 2022*. https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2023/11/las_brechas_de_genero_4to_trimestre_2023_0.pdf

Ministerio de Salud y Desarrollo Social. (2019). *2da. Encuesta Nacional de Nutrición y Salud*. https://cesni-biblioteca.org/wp-content/uploads/2019/10/0000001565cnt-ennys2_resumen-ejecutivo-20191.pdf

Ministerio de Salud de la Nación (2020). *Guías Alimentarias para la Población Argentina*.

Miranda, E., Torres, A., Rotondo, E., y Mostajo, P. (2015). Perfil de competencias del profesional que cumple funciones de monitoreo, evaluación y gestión de evidencias de programas y proyectos de desarrollo. Un aporte para las decisiones basadas en evidencias. *Anales de La Facultad de Medicina*, 76, 67. <https://doi.org/10.15381/anales.v76i1.10974>

Organización Mundial de la Salud. (31 de agosto de 2018). *Alimentación Sana* <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/healthy-diet>

Pérez Rasetti, C. (2014). La expansión de la educación universitaria en Argentina: políticas y actores. *Integración y Conocimiento. Revista del Núcleo de Estudios e Investigaciones en Educación del Mercosur*, 2, 8-32.

Rodríguez-Esteban, A. (2022). Diferencias según el género en los intereses académico-profesionales ¿persisten los estereotipos?. *Revista Española de Orientación y Psicopedagogía*, 33(1), 148 - 166

Rodríguez-Muñiz, L.J, Areces, D., Suárez-Álvarez, J., Cueli, M. y Muñiz, J. (2019). ¿Qué motivos tienen los estudiantes de Bachillerato para elegir una carrera universitaria?, *Revista de Psicología y Educación*, 14(1), 1-15

Rojas, C., Bernui, I., Oriondo, R., Estrada, E., Villarreal, C. y Espinoza, S. (2011). Validez y reproducibilidad de un cuestionario de frecuencia de

consumo de calcio para mujeres entre 30 y 50 años. *An Fac med*, 72(3), 191-196

Salvia, A. y Zurita, C. (2021). La pandemia y el mercado de trabajo en la Argentina: ingresos, seguridad alimentaria y políticas públicas. En: Pablo Jacovkis [et al.], compilación de Agustín Salvia ; Carlos Virgilio Zurita, (1a ed) - Santiago del Estero

Schipani, A. y Forlino, L. (2024). *Mapa de las Políticas Sociales en la Argentina 2023*. CIAS-Fundar.

Sudriá, M. E., Andreatta, M. M. y Defagó, M. D. (2020). Los efectos de la cuarentena por coronavirus (COVID-19) en los hábitos alimentarios en Argentina. *DIAETA*, 38 (171), 10-19

Stagnaro, J. C., Cía, A., Vázquez, N. R., Vommaro, H., Nemirovsky, M., Sustas, S. E., Serfaty, E., Medina Mora, M. A., Aguilar Gaxiola, S., y Kessler, R. (2018). Estudio epidemiológico de salud mental en población general de la República Argentina. *Revista Argentina de Psiquiatría*, XXIV, 275-299.

Universidad Católica Argentina, Observatorio de la Deuda Social Argentina. (2019). *Malestar subjetivo (2010 – 2018) asimetrías sociales en los recursos emocionales, afectivos y cognitivos*. <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/8300>

Universidad Católica Argentina, Observatorio de la Deuda Social Argentina. (2021). *Riesgos alimentarios y prácticas de consumo en la argentina urbana. Haciendo foco sobre el Área Metropolitana de Buenos Aires*. <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/12304>

Universidad Católica Argentina, Observatorio de la Deuda Social Argentina. (2023). *Condiciones materiales de vida: evolución de carencias no monetarias en las dimensiones hábitat, alimentación y salud (2004-2023)*. https://wadmin.uca.edu.ar/public/ckeditor/Observatorio%20Deuda%20Social/Presentaciones/2023/Observatorio_Pobreza_multidimensional_5_12.pdf

Vega Camacho, M. N. (2012). *Validación de un cuestionario de frecuencia de consumo de alimentos semicuantitativo para estimar la ingesta de energía y macronutrientes de mujeres residentes en Lima Metropolitana*. Tesis. Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Facultad de Medicina Humana.

Vera, J., Bonfiglio, J. I. (2023) Condiciones materiales de vida: evolución de carencias no monetarias en las dimensiones hábitat, alimentación y salud (2004-2023). En: En el marco del informe de avance: Argentina siglo XXI: Deudas sociales crónicas y desigualdades crecientes. Perspectivas y desafíos. Observatorio de la Deuda Social Argentina, UCA.

Zapata, M. E., Rovirosa, A. y Carmuega, E. (2016). Cambios en el patrón de consumo de alimentos y bebidas en Argentina, 1996-2013. *Salud Colectiva*, 12(4), 473-486.

CAPÍTULO 4

INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y VULNERABILIDAD SOCIAL DE LOS ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD DEL VALLE – COLOMBIA

Juan Byron Correa Fonnegra

Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira

María Camila Durán Giraldo

UNIVERSIDAD DEL VALLE, ASPECTOS GENERALES

La Universidad del Valle es una institución de educación superior, fundada el 11 de junio de 1945 mediante la Ordenanza N.º 12 del 11 de junio de 1945 de la Asamblea Departamental. A los 79 años de su fundación, se considera que este fue (y sigue siendo) el proyecto cultural más importante de la primera mitad del siglo XX de la región vallecaucana y uno de los más trascendentales para la educación superior pública del país. La universidad inició sus actividades académicas en octubre de 1945 con cuatro programas de estudio de pregrado (comercio superior y administración de negocios, ingeniería química, arquitectura e ingeniería eléctrica) y 173 estudiantes.

En el año 1975, a treinta años de su fundación, la Universidad ya contaba con 75 planes de estudio, 6.125 estudiantes, 709 egresados, 619 profesores de tiempo completo equivalente y un presupuesto de \$230 millones. En este año, la Universidad inicia un proceso de

reestructuración académico-administrativa en la que se definen las facultades como las unidades académicas centrales del quehacer académico e investigativo, estructura que se conserva en la actualidad. De la pequeña institución educativa que nació en 1945, la Universidad se ha transformado en un centro de educación superior con nueve facultades (Salud, Humanidades, Ciencias de la Administración, Ingeniería, Ciencias Naturales y Exactas, Artes Integradas, Ciencias Sociales y Económicas, Psicología y Educación y Pedagogía) cinco institutos de investigación (Cinara, Cisalva, Prospectiva, Ciencias del Mar y Limnología, de Paz), seis centros de investigación (De Género, Cidse, Citce, Cenm, CiBioFi y Cedetes) y más de 250 grupos de investigación, que la han posicionado en los últimos años, de forma consecutiva, como la tercera universidad en investigación en Colombia, después de las universidades **Nacional y de Antioquia**.

La universidad dispone de una de las ofertas académicas más importantes de la educación superior colombiana, compuesta por 18 doctorados, 83 maestrías, 34 especializaciones, 123 programas profesionales y 64 tecnológicos, para un total de 326 programas. Buena parte de ellos con la acreditación de alta calidad.

Los 173 estudiantes con los que la universidad emergió al mundo de la educación superior pública hoy ascienden a 31.000, de los cuales 11.000 pertenecen al sistema de regionalización. El 51 % del total de la población son mujeres; más de 3.000 se reconocen como afrodescendientes y más de 700 como indígenas. La mayoría de estos estudiantes pertenecen a los estratos socioeconómicos menos favorecidos. Los pocos docentes con los que nació la Universidad hoy se han convertido en más de 1.000 profesores de planta, de los cuales cerca del 50 % ostentan el título de doctorado.

La admisión a la universidad se da con base en el puntaje que el aspirante obtuvo en las pruebas de estado aplicadas por el ICFES, y cada programa académico define el puntaje mínimo para inscripción, así como los demás criterios para su proceso de inscripción y admisión.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para el desarrollo de esta investigación se utilizó la técnica de la encuesta, la cual se aplicó a una muestra de estudiantes de la Universidad del Valle calculada bajo un intervalo de confianza estimado con un valor mínimo del 95 % y un margen de error máximo de 5,5 puntos porcentuales. Para el año 2023, la población estudiantil matriculada en los programas de pregrado en las sedes de Cali era de 29.675.

Utilizando los datos descritos y a partir de un muestreo aleatorio estratificado con afijación proporcional, utilizando como estratos las nueve facultades, se obtuvo una muestra de 305 estudiantes. La aplicación de la encuesta se realizó a través de Google Forms por medio de la cual se recopiló información sobre características individuales, familiares, socioeconómicas, inclusión en acciones de permanencia universitaria, uso de becas de investigación y extensión, cuestiones sobre salud (física y mental), protección social, además de datos nutricionales y datos antropométricos de los estudiantes (enfaticando que esta última información será utilizada para calcular la inseguridad alimentaria utilizando la metodología de la FAO).

La participación fue voluntaria y se presentó el consentimiento informado a los estudiantes que participaron. Además, se tuvo en cuenta la Ley de Protección de Datos Personales (Ley 1581 de 2012).

La encuesta incluye el módulo de ocho (8) preguntas, propuesto por el proyecto “Voices of the Hungry” de la FAO, que permite calcular la escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES, por sus siglas en inglés, Tabla A1). Este indicador mide la gravedad de la inseguridad alimentaria (falta de acceso económico a alimentos adecuados), en función de las condiciones y comportamientos informados en las respuestas de preguntas formuladas a los encuestados. Las preguntas son formuladas a nivel individual y tienen un periodo de referencia correspondiente a los 12 meses previos a la encuesta. Esta es representativa a nivel de la Universidad del Valle para los estudiantes matriculados en el periodo de estudio.

Después de medir la (in)seguridad alimentaria con la metodología de la FAO, se realizaron estimaciones econométricas para capturar: (i) el impacto de los estudiantes que ingresan a la universidad a través de cuotas en la inseguridad alimentaria; (ii) el impacto de ser asistido con becas (proyecto de extensión e investigación, etc.) y otras acciones de permanencia estudiantil en la inseguridad alimentaria; y la relación entre la inseguridad alimentaria y el rendimiento académico.

PERFIL ACADÉMICO DE LOS ENCUESTADOS

La Tabla 1 describe las características sociodemográficas de los estudiantes de la Universidad del Valle que participaron en la encuesta de Inseguridad Alimentaria, aplicada a finales del año 2023 e inicios del 2024.

Según la encuesta, la población estudiantil de la Universidad del Valle presenta proporciones de hombres (50,2%) y mujeres (49,8%) bastante similares en cuanto al sexo al nacer. Estas proporciones son consistentes con lo descrito a nivel nacional y lo observado en la ciudad de Cali.

En cuanto a la condición étnico-racial, el 33,8% de los estudiantes se declara perteneciente a un grupo étnico, principalmente población negra, afrocolombiana, raizal o palenquera (NARP) e indígena¹, mientras que el 66,2% se autorreconoce como población blanca o manifiesta no pertenecer a ningún grupo étnico-racial.

En cuanto a las condiciones socioeconómicas de los estudiantes, medidas a partir del estrato socioeconómico de la vivienda, el nivel educativo de la madre, la propiedad de la vivienda y la percepción de pobreza, los resultados reflejan (ver Tabla 1) que el 23 % de los estudiantes vive en estrato bajo (estratos 1 y 2), el 65,6 % en estrato medio (estrato 3) y el restante 11,5 % pertenece a los estratos 4 y 5, clasificados como estrato alto. Es decir, una amplia proporción de

¹ Clasificación basada en autoidentificación étnica según el DANE.

los estudiantes, el 88,5 %, pertenece a los estratos de baja y media condición socioeconómica.

No obstante, el 51,1 % tiene una madre con nivel de formación profesional (título de formación técnica, tecnológica o universitaria), lo cual incide en el capital social del hogar. Por otro lado, el 54,1 % de los estudiantes encuestados habita en vivienda propia, mientras que el 38,7 % se percibe pobre.

Al revisar las diferentes fuentes de financiación, tanto para matrícula académica como para sostenimiento, es importante mencionar que en Colombia los estudiantes de las universidades públicas pertenecientes a los estratos socioeconómicos 1, 2 y 3 están exentos del pago de matrícula. Del total de estudiantes, el 27,9 % son beneficiarios de alguno de los programas del gobierno nacional; solo el 3,9 % cuenta con beca de estudio, y el 17,9 % se desempeña como monitor de docencia, tarea que les representa un beneficio económico.

La falta de ingresos es una condición bastante generalizada en la población estudiantil, y la alta proporción de estudiantes que reporta estar buscando empleo así lo indica (49,8 %). Si bien esta podría ser una situación normal entre quienes cursan los últimos semestres, tal como lo muestra la Tabla 1, el mayor porcentaje de estudiantes que busca empleo se encuentra en los semestres más bajos. Este hecho, sumado a que uno de cada dos estudiantes almuerza en el restaurante universitario y que ocho de cada diez viven en barrios con desventajas socioeconómicas, podría indicar que la intención de vincularse al mercado laboral obedece a una necesidad imperante de mejorar las condiciones económicas.

Tabla 1: Descripción de las variables seleccionadas, estudiantes de la Universidad del Valle

Variable	Etiqueta	Proporción	Desviación estándar	Mín	Máx
Género	Hombre	50,2 %	0,501	0	1
	Mujer	49,8 %	0,501	0	1
Pertenece a un grupo racial	Si	33,8 %	0,474	0	1
Estrato socioeconómico	Bajo	23,0 %	0,421	0	1
	Medio	65,6 %	0,476	0	1
	Alto	11,5 %	0,319	0	1
Nivel educación de la madre	Profesional	51,1 %	0,501	0	1
Vive en vivienda propia	Si	54,1 %	0,499	0	1
Se considera pobre	Si	38,7 %	0,488	0	1
Programa del gobierno	Beneficiario	27,9 %	0,449	0	1
Tiene beca de estudio	Si	3,9 %	0,039	0	1
Es monitor	Si	17,7 %	0,382	0	1
Vive en el hogar materno	Si	67,5 %	0,469	0	1
Vive en la ciudad de Cali	Si	60,3 %	0,490	0	1
Actualmente busca empleo	Si	49,8 %	0,461	0	1

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

A pesar de que el rango de edad de los estudiantes es bastante amplio, oscilando entre 16 y 46 años, el promedio de edad apenas llega a 21,3 años. La mediana toma un valor de 20 y los cuantiles inferior y superior se sitúan entre 18 y 23, respectivamente. Estos resultados indican una fuerte concentración de la población estudiantil alrededor de la edad promedio (ver Tabla 2). Esta concentración podría ser una de las razones por las cuales el 67,5 % de los estudiantes aún vive en el hogar materno o que una amplia proporción, el 60,3 %, tenga como lugar de residencia la ciudad de Cali, Colombia, ciudad donde está ubicada la Universidad del Valle.

A la pregunta: “¿con cuántas personas vive en su hogar de residencia?”, las opciones de respuesta oscilaron entre 1 y 6, donde el valor 6 corresponde a 6 o más personas. Los hogares a los que pertenecen los estudiantes, en promedio, están conformados por 3,8 personas, cifra muy cercana al reporte del Departamento Nacional de Estadística-DANE del censo del año 2015 de 3,4 personas por hogar. Cuando se tiene en cuenta el valor de la mediana de 4, se puede asumir que en la distribución del tamaño de los hogares tiende a favorecer tamaños cercanos o superiores a 4 personas por hogar.

A los estudiantes también se les indagó por el número de semestres cursados; una pregunta con 10 opciones de respuesta, donde el valor 10 incluye a todos aquellos que han cursado 10 o más semestres. En promedio, la población estudiantil ha cursado 4,4 semestres, pero la mayor parte de esta se concentra en los semestres más bajos, tal como lo indica el valor de la mediana, no obstante que el cuartil superior toma un valor de 7.

Tabla 2: Descripción de las variables seleccionadas, estudiantes de la Universidad del Valle

Variable	Promedio	Desviación estándar	Cuartil inferior	Mediana	Cuartil superior	Valor mínimo	Valor máximo
Edad	21,3	4,4	18	20	23	16	46
No personas por hogar	3,8	1,3	3	4	5	1	6 o más
No de semestres cursados	4,4	2,9	2	4	7	1	10 o más

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

ASPECTOS GENERALES DE LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA

La seguridad alimentaria consiste en gozar del derecho a tener acceso regular y permanente a alimentos de calidad, en cantidad suficiente, sin comprometer el alcance de otras necesidades esenciales.

La Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (Food Insecurity Experience Scale, FIES) es una herramienta de medición del acceso a los alimentos en términos de cantidad y calidad, diseñada por la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). A través de ocho preguntas, (ver Anexo A.1), la escala recoge la experiencia de la situación de inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle y proporciona una medición de su severidad.

El índice de Inseguridad alimentaria es calculado de manera cualitativa a partir de la suma acumulada de las respuestas afirmativas a los ítems propuestos por la FAO; a mayor número de respuestas positivas aumenta el grado de severidad de inseguridad alimentaria. Los estudiantes que respondieron a todos los ítems de forma negativa se encuentran en condición de seguridad alimentaria, mientras que quienes respondieron de forma afirmativa se clasifican en inseguridad leve para 1 a 3 respuestas afirmativas, moderada entre 4 y 6 y severa entre 7 y 8 ítems afirmativos.

Por lo tanto, cuanto más severo es un ítem, se espera que sea respondido de forma afirmativa con mayor frecuencia en comparación con los ítems menos severos. Si un encuestado responde de forma afirmativa a un ítem de mediana severidad, es probable que también responda de la misma forma a los ítems menos severos. De manera similar, si un encuestado no responde afirmativamente a un ítem de mediana severidad, es probable que responda negativamente a los ítems más severos.

En Colombia, la prevalencia de inseguridad alimentaria moderada o grave en la población fue del 30,8 % para el año 2023. Lo que significa que la población total en situación de inseguridad alimentaria moderada o severa supera los 15 millones de personas en el mismo año. Por su parte, la población total en situación de inseguridad alimentaria grave fue de 2 millones 638 mil personas, correspondientes a una tasa del 5,3 por ciento, DANE (2023).

De acuerdo con los resultados de la medición de la inseguridad alimentaria obtenidos de la encuesta aplicada a los estudiantes, la prevalencia de inseguridad alimentaria moderada o severa en la Universidad del Valle fue del 27,7 %. Es decir, 28 de cada 100 estudiantes presentaron dificultades para acceder a los alimentos durante los últimos 12 meses, debido a falta de dinero. En el total de la población universitaria, la prevalencia de inseguridad alimentaria grave fue de 7,9 %, lo que significa que cerca del 8 por ciento de los estudiantes de la Universidad del Valle en los últimos 12 meses tuvieron hambre y no comieron o se quedaron sin comer durante todo un día por falta de recursos económicos. Una proporción algo más alta de los observados en el total nacional.

La Tabla 3 describe la clasificación de estudiantes de la Universidad del Valle que se encuentran en condición de seguridad alimentaria o en alguno de los niveles de inseguridad alimentaria, según la clasificación del índice de seguridad alimentaria (leve, moderada y severa). Del total de estudiantes encuestados, el 39 % se encuentra en situación de seguridad alimentaria, lo que indica que este grupo presenta un acceso regular y permanente a alimentos de calidad y en cantidad suficiente.

La población estudiantil restante presenta algún grado de prevalencia de inseguridad alimentaria. Los niveles más bajos los presenta el 33,1 %, inseguridad alimentaria leve, nivel en el que los estudiantes manifestaron su preocupación, ya que debido a la falta de dinero “no pudieron acceder a alimentos”, “comieron solo cierto tipo de alimentos” y “debieron omitir una comida”. Situaciones que sugieren un menor nivel de severidad, en comparación con el grupo con prevalencia de inseguridad alimentaria moderada o severa, el 21,6 % de los estudiantes, quienes declararon que, aunado a las anteriores situaciones, “comieron menos de lo que debían”, “su hogar se quedó sin comida” y “sintieron hambre, pero no pudieron comer”. Por su parte, el 6,2 % de la población estudiantil presenta inseguridad alimentaria severa; en este grupo los estudiantes, además de los escenarios antes mencionados, a causa de la falta de dinero han experimentado

situaciones como: “paso un día entero sin comer” y “sustituyo los alimentos por otra cosa”. En particular, la situación “paso día entero sin comer” tiende a ser uno de los de mayor prevalencia en los diferentes estudios, Cafiero *et al.* (2017) y DANE (2023).

Tabla 3: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle

Índice de inseguridad alimentaria	Proporción	Desviación estándar	Mínimo	Máximo
Seguridad alimentaria	39,0%	0,489	0	1
Inseguridad alimentaria Leve	33,1%	0,471	0	1
Inseguridad alimentaria Moderada	21,6%	0,412	0	1
Inseguridad alimentaria Severa	6,2%	0,242	0	1

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

ESTRUCTURA DEMOGRÁFICA SEGÚN SEXO Y CONDICIÓN ÉTNICA

En esta sección se describen las características de la población estudiantil de la Universidad del Valle a partir de indicadores como el sexo y la condición étnico-racial. Para contextualizar, se revisan algunos datos de la población colombiana.

Según el Censo Nacional de Población y Vivienda de 2018, en Colombia el 51,2% de la población son mujeres y el 48,8% son hombres; es decir, por cada 100 mujeres hay 95,5 hombres.

Etnográficamente, la población colombiana se compone por un 86,9\% de blancos y mestizos, un 8,9% de afrocolombianos (negros, mulatos, palenqueros y raizales), un 4,4% de indígenas y un 0,01% de Rom (gitanos). La mayor concentración de población afrocolombiana e indígena se encuentra asentada en el suroccidente colombiano, región donde se ubica la Universidad del Valle.

SEXO DEL ESTUDIANTE

En la Universidad del Valle, la proporción de estudiantes, hombres y mujeres, que respondieron la encuesta está muy equilibrada, tal como se observa en la Tabla 4, prácticamente sin diferencias por sexo. Según Cardemil (2023), las mujeres presentan mayor probabilidad de padecer inseguridad alimentaria que los hombres; sin embargo, en la población estudiantil encuestada, se observan leves diferencias en las categorías de inseguridad leve y moderada. Esta situación no se mantiene en la categoría de prevalencia severa, dado que la proporción de hombres aumenta al 63,2%.

Al evaluar el comportamiento dentro de ambos grupos, se observa una prevalencia de inseguridad alimentaria leve en proporciones bastante similares. No obstante, en las prevalencias moderadas y severas empiezan a marcarse las diferencias. Las mujeres presentan una tasa ligeramente más alta de prevalencia moderada (22,4% frente al 20,9% de los hombres), pero en la categoría de prevalencia severa, la proporción de hombres casi duplica la de mujeres (7,8% y 4,6%, respectivamente).

Tabla 4: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle según sexo del estudiante.

Sexo del estudiante		índice de seguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Mujer	Frecuencia	60	51	34	7	152
	% fila	39,5	33,6	22,4	4,6	100,0
	% columna	50,4	50,5	51,5	36,8	49,8
Hombre	Frecuencia	59	50	32	12	153
	% fila	38,6	32,7	20,9	7,8	100,0
	% columna	49,6	49,5	48,5	63,2	50,2
Total	Frecuencia	119	101	66	19	305
	% fila	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024.

CONDICIÓN ÉTNICA

En Colombia se reconocen legalmente cuatro grupos étnicos: indígenas, afrocolombianos (incluye afrodescendientes, negros, mulatos, palenqueros de San Basilio), raizales del archipiélago de San Andrés y Providencia y Rom o gitano. La Universidad del Valle, por su ubicación geográfica, tiene una amplia diversidad étnica y cultural, como lo evidencia el 33,8 % de los estudiantes que se autorreconocen pertenecientes a uno de los grupos étnicos antes definidos, con una amplia mayoría de afrocolombianos o indígenas.

Al revisar las cifras de prevalencia de inseguridad alimentaria, en la Tabla 5 se observa una mayor proporción de estudiantes que se autorreconocen como no étnicos con clasificación de prevalencia moderada, 69,7 % y severa, 63,2 %. Con respecto a la prevalencia moderada y severa al interior de los grupos, se puede observar que hay una proporción levemente mayor de estudiantes de condición no étnica que presentan prevalencia moderada, 22,8 % frente a 19,4 %, pero en la categoría prevalencia severa, el mayor número de estudiantes con esta condición se observa entre quienes se autorreconocen pertenecientes a un grupo étnico.

Tabla 5: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle según el sexo y la condición étnica.

Condición étnica del estudiante		Índice de seguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Étnico	Frecuencia	34	42	20	7	103
	% fila	33,0	40,8	19,4	6,8	100,0
	% columna	28,6	41,6	30,3	36,8	33,8
No étnico	Frecuencia	85	59	46	12	202
	% fila	42,1	29,2	22,8	5,9	100,0
	% columna	71,4	58,4	69,7	63,2	66,2
Total	Frecuencia	119	101	66	19	305
	% fila	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

PATRONES ALIMENTARIOS DE LOS ESTUDIANTES

La ingesta alimentaria es la principal fuente de energía del cuerpo, por lo cual es necesario que las personas mantengan una dieta adecuada que fortalezca y mantenga saludable su organismo, además de conservar un número apropiado de comidas diarias. Surge entonces la pregunta: ¿Cuántas veces al día debe consumir alimentos una persona? La clave no reside en la cantidad de comidas que se deben consumir al día, sino en cómo conservar un hábito alimenticio saludable, teniendo en cuenta que este necesariamente está sujeto a costumbres regionales y culturales.

NÚMERO DE COMIDAS QUE CONSUME AL DÍA

La evaluación sobre inseguridad alimentaria (ver Tabla 3) se fundamentó en respuestas a preguntas subjetivas, según se describe en el apartado metodológico. Para complementar los resultados, llevamos a cabo un estudio que vincula esta condición con la frecuencia de las comidas diarias consumidas por los estudiantes. Conforme a los datos de la Tabla 6, aproximadamente el 81 % de los estudiantes afirmaron consumir tres o más comidas al día; por otro lado, el 19 % consumía dos o menos comidas diarias. Lo que indica que, aunque la mayor parte de los estudiantes tiene una ingesta alimentaria regular, un porcentaje significativo podría estar consumiendo alimentos en baja cantidad y calidad que no satisfacen las necesidades del cuerpo y por tanto se encuentran en riesgo de una alimentación insuficiente.

Al observar en cada uno de los grupos, del 80,7 % de estudiantes que consume tres comidas al día el 15,9 % se encuentra con prevalencia de inseguridad alimentaria moderada, mientras que el 3,3 % se encuentra en una situación severa y, por tanto, aunque reportan consumir tres comidas al día, en los últimos doce meses al menos en un día no han tenido recursos suficientes para llevarlo a cabo. La situación más compleja se presenta entre los estudiantes que declararon consumir dos o menos comidas al día. En este grupo, dos de cada tres estudiantes

se encuentran en situación de inseguridad alimentaria entre moderada y severa, donde el 45,8 % presenta prevalencia moderada y el 18,6 % severa. Esta situación es un indicativo de una baja ingesta alimentaria en este grupo de estudiantes, la cual puede estar asociada a situaciones de salud o deficiencia en el desempeño académico.

Tabla 6: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle versus número de comidas por día.

Numero de comidas que consume al día		Índice de inseguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Tres o más comidas	Frecuencia	111	88	39	8	246
	% fila	45,1	35,8	15,9	3,3	100,0
	% columna	93,3	87,1	59,1	42,1	80,7
Dos o menos comidas	Frecuencia	8	13	27	11	59
	% fila	13,6	22,0	45,8	18,6	100,0
	% columna	6,7	12,9	40,9	57,9	19,3
Total	Frecuencia	119	101	66	19	305
	% fila	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024.

¿DÓNDE CONSUME LA COMIDA PRINCIPAL?

En este estudio definimos por comida principal el almuerzo. La Tabla 7 presenta el vínculo entre la falta de seguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle y el sitio donde realizan su comida principal (almuerzo), y se evidencia que un poco más de la mitad de los estudiantes (54,1 %) utilizan el servicio del restaurante universitario para tal fin; cabe anotar que este sólo funciona, en el mejor de los casos, cinco días a la semana. Por su parte, el 38,7 % consume su almuerzo en su lugar de residencia o casa materna y sólo un 7,2 % almuerza en un lugar diferente como restaurantes públicos, lugar de trabajo, entre otros.

La Tabla 7 igualmente indica que del total de estudiantes que consumen el principal alimento en el restaurante universitario, el 30,9 % presenta prevalencia entre moderada y severa de inseguridad alimentaria, donde en el 23,6 % es moderada y en el resto, 7,3 % es severa. Preocupa este último grupo, ya que al no poder consumir alimentos por lo menos una vez en los últimos 12 meses aumenta la propensión de inseguridad alimentaria, ya que no consume una suficiente variedad, cantidad y calidad de alimentos que les permita mantener un óptimo estado de salud y realizar sus actividades de la vida diaria, entre otras, responder de manera eficiente a sus compromisos académicos.

En el grupo de estudiantes que consumen sus alimentos en su entorno familiar, se evidencia que la gran mayoría acceden a opciones de alimentación saludables; sin embargo, el 21,2 % presentan prevalencias entre moderada (17,8 %) y severa (3,4 %), esto como consecuencia de las desventajas socioeconómicas de sus barrios de residencia y/o la baja formación académica de sus padres.

Tabla 7: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle versus almuerzo en el restaurante universitario.

¿Dónde consume la comida principal (almuerzo)?		Índice de inseguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Restaurante Universitario	Frecuencia	57	57	39	12	165
	% fila	34,6	34,6	23,6	7,3	100,0
	% columna	47,9	56,4	59,1	63,2	54,1
En la casa materna	Frecuencia	54	39	21	4	118
	% fila	45,8	33,1	17,8	3,4	100,0
	% columna	45,4	38,6	31,8	21,1	38,7
Otro lugar diferente	Frecuencia	8	5	6	3	22
	% fila	36,4	22,7	27,3	13,6	100,0
	% columna	6,7	5,0	9,1	15,8	7,2
Total	Frecuencia	119	101	66	19	305
	% fila	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0
	% columna	100	100	100	100	100

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024.

FRECUENCIA ALIMENTARIA SEGÚN GRUPOS DE ALIMENTOS

En el Gráfico 1 se presenta la frecuencia alimentaria de los estudiantes de la Univalle para 14 grupos de alimentos. Los resultados sobre la frecuencia de ingesta de distintos grupos alimentarios entre los estudiantes encuestados revelan un consumo reducido de alimentos considerados saludables, como hortalizas y frutas. Al combinar las categorías de consumo “muy frecuente” y “frecuente”, solo el 31 % de los estudiantes reportaron consumir hortalizas con regularidad, mientras que apenas un 20,2 % lo hicieron con respecto a las frutas.

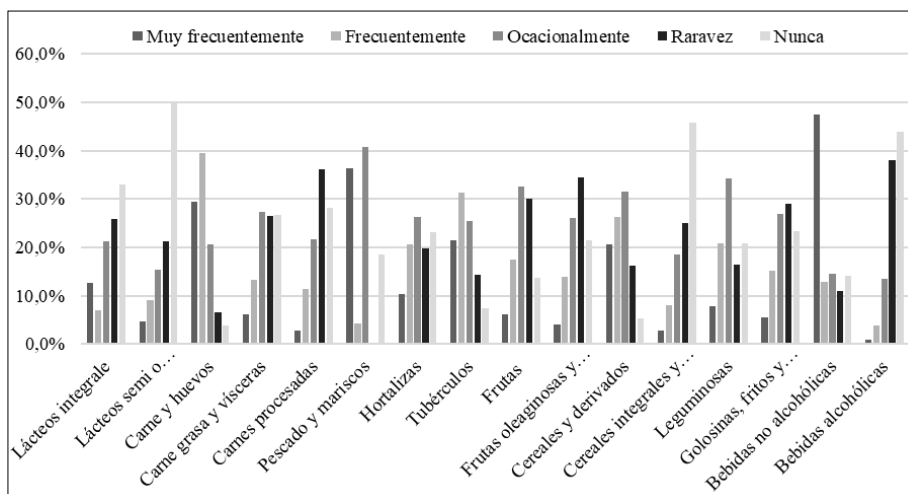
El consumo inadecuado de frutas y verduras es un problema persistente entre los jóvenes adultos, especialmente en países de ingresos bajos y medios. Este fenómeno se relaciona con varios factores, incluidos el estatus socioeconómico y el acceso a productos frescos. Solo alrededor del 20-30 % de los estudiantes cumplen con las recomendaciones de ingesta diaria de frutas y verduras (WHO, 2019; Kiggwe *et al.*, 2024). Este patrón de bajo consumo de estos grupos de alimentos por parte de los estudiantes es motivo de preocupación, una vez que tanto las hortalizas como las frutas son importantes para una dieta considerada equilibrada, e igualmente juegan un papel crucial en la prevención de enfermedades no transmisibles, como la diabetes, las enfermedades cardiovasculares y la obesidad.

La baja ingesta de estos alimentos sugiere no solo una deficiencia nutricional en los hábitos alimentarios de los estudiantes, sino también una posible falta de conciencia sobre su importancia en la salud a largo plazo. De manera similar, el consumo de frutas oleaginosas y secas, así como de cereales integrales y sus derivados, también muestra niveles preocupantemente bajos entre los estudiantes encuestados. Solo el 17,9 % de los estudiantes afirmaron consumir frutas oleaginosas y secas con regularidad, distribuidos entre un 4 % que las consumen “muy frecuentemente” y un 13,9 % que lo hacen “frecuentemente”. En cuanto a los cereales integrales y sus derivados, apenas un 10,8 % reportaron

consumirlos de manera habitual, con un 2,7 % que los ingiere "muy frecuentemente" y un 8,1 % que los consume "frecuentemente" (ver Gráfico 1).

El consumo de carnes y huevos (69 %), tubérculos (52,9 %), y cereales y sus derivados (46,8 %) fue reportado como el más frecuente entre los estudiantes encuestados, quienes señalaron que estos alimentos formaban parte usual de su dieta, ya sea con una ingesta "frecuentemente" o "muy frecuentemente". Sin embargo, llama la atención que un porcentaje significativo de los encuestados afirmara no consumir productos lácteos integrales (33 %) ni productos lácteos semidescremados o descremados (49,7 %). Por otro lado, el consumo de bebidas no alcohólicas, como agua y té, fue elevado, con un 47,5 % de los estudiantes que afirmaron consumir estas bebidas "muy frecuentemente", y un 12,9 % que lo hacían "frecuentemente".

Gráfico 1: Frecuencia alimentaria y grupos de alimentos de los estudiantes de la Univalle



Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

En la Tabla 8 se presenta la frecuencia semanal promedio de distintos grupos alimenticios en relación con el grado de inseguridad alimentaria (seguridad, leve, moderada y severa) de los estudiantes

de la Universidad del Valle. Como se puede observar, el grupo de alimentos con la mayor frecuencia de consumo semanal por parte de los estudiantes es el de bebidas alcohólicas, con un promedio de 4,3 veces por semana en total. Este grupo tiene el consumo más elevado, especialmente en los niveles más altos de inseguridad alimentaria: Inseguridad moderada (4,4) e inseguridad severa (4,5).

Hay un consumo semanal creciente de lácteos semi o descremados, dicho consumo aumenta a medida que crece la inseguridad alimentaria. Los estudiantes con seguridad alimentaria consumen este grupo de alimentos 3,8 veces por semana, mientras que aquellos con inseguridad severa lo consumen 4,5 veces por semana. En lo que concierne al consumo de “cereales integrales y derivados” se observa un consumo elevado y constante. A lo largo de los diferentes niveles de inseguridad alimentaria, el consumo de cereales integrales y derivados se mantiene alto y relativamente estable, oscilando entre 4,1 y 4,3 veces por semana. En general, los estudiantes consumen cereales integrales con una frecuencia bastante elevada, lo cual puede ser visto como positivo desde un punto de vista nutricional.

Con respecto a la frecuencia de consumo semanal por parte de los estudiantes de los siguientes grupos de alimentos: “carne grasa y vísceras”, “carnes procesadas” y “golosinas, fritos y ultraprocesados”, se observa un aumento progresivo en el consumo de carne grasa y vísceras a medida que aumenta el nivel de inseguridad alimentaria, desde 2,7 veces en los estudiantes con seguridad alimentaria hasta 3,3 en los que enfrentan inseguridad alimentaria severa. Por otra parte, el consumo de carnes procesadas es alto en todos los niveles de inseguridad alimentaria, incluso en aquellos con seguridad alimentaria, con un consumo promedio de 3,9 veces por semana, mostrando una frecuencia constante a lo largo de los diferentes niveles de inseguridad. Las carnes procesadas son fácilmente accesibles, requieren poca preparación y son relativamente económicas, lo que las convierte en una opción atractiva para estudiantes con limitaciones de tiempo y dinero.

Se observa un aumento gradual en el consumo de golosinas, fritos y alimentos ultraprocesados conforme la inseguridad alimentaria empeora, pasando de 3,1 veces por semana en estudiantes con seguridad alimentaria a 3,5 veces en aquellos con inseguridad alimentaria severa.

Tabla 8. Frecuencia media del consumo semanal según grupos alimentarios versus el grado de inseguridad alimentaria de los estudiantes de Univalle.

Frecuencia media de consumo semanal	Índice de inseguridad alimentaria				
	Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Lácteos integrales	3,4	3,6	3,8	4,2	3,6
Lácteos semi o descremados	3,8	4,0	4,3	4,5	4,1
Carne y huevos	2,3	2,6	3,0	3,3	2,6
Carne grasa y vísceras	2,7	2,8	3,1	3,3	2,9
Carnes procesadas	3,8	3,8	3,9	3,9	3,9
Pescado y mariscos	3,3	3,2	3,1	3,1	3,2
Hortalizas	3,3	3,2	3,5	3,7	3,3
Tubérculos	2,7	2,7	2,8	3,0	2,7
Frutas	3,4	3,4	3,7	4,0	3,5
Frutas oleaginosas y secas	3,4	3,4	3,8	4,0	3,6
Cereales y derivados	2,6	2,5	2,8	2,9	2,6
Cereales integrales y derivados	4,2	4,1	4,3	4,2	4,2
Leguminosas	3,3	3,1	3,2	3,2	3,2
Golosinas, fritos y ultraprocesados	3,1	3,1	3,4	3,5	3,2
Bebidas no alcohólicas	2,5	2,5	2,6	2,7	2,5
Bebidas alcohólicas	4,4	4,2	4,4	4,5	4,3

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

CONDICIÓN SOCIOECONÓMICA Y PERCEPCIÓN DE POBREZA DE LOS ESTUDIANTES

Según el DANE, en el transcurso del año 2024 Colombia ha venido presentando un progreso visible tanto en las cabeceras municipales, donde la pobreza monetaria cayó del 33,8 % al 30,6 %, como en las zonas rurales, con una reducción del 45,9 % al 41,2 %. No obstante, continúan

siendo muy altas más si se tiene en cuenta que la condición económica es el indicador de mayor peso en la adquisición de los alimentos, ya que responde al poder adquisitivo que tienen los individuos para acceder a una mayor cantidad y variedad de alimentos. Se utilizan diferentes medidas de la condición socioeconómica para evaluar la relación con el nivel de prevalencia de inseguridad alimentaria de los estudiantes, estas variables son: el estrato socioeconómico de la vivienda, nivel de educación de los padres (formación profesional o no), percepción de pobreza del estudiante y si el estudiante se encuentra buscando trabajo.

ESTRATO SOCIOECONÓMICO

La mayor proporción de los estudiantes de la Universidad del Valle viven en barrios de condición socioeconómica media (65,6 %) o baja (23 %) situación que los condiciona para acceder a una amplia cantidad y variedad de alimentos (ver Tabla 9). Esta puede ser una de las causas de las altas proporciones de estudiantes de estos estratos que presentan altos niveles de prevalencia de inseguridad alimentaria. Para el caso de los estudiantes de estrato medio, el 12,5 % se encuentra en situación de inseguridad alimentaria moderada y el 3,3 % con prevalencia severa, aunque esta proporción sólo corresponde al 24 % del total del estrato.

Al revisar el estrato bajo, se encuentra una situación más compleja dado que cerca de uno de cada dos estudiantes que pertenecen a este estrato presentan algún nivel de prevalencia de inseguridad alimentaria, donde uno de cada tres presenta prevalencia moderada y uno de cada diez prevalencia severa (correspondiente al 7,5 % y 3,0 % del total general, respectivamente). Al contrastar los criterios “vive o no en la ciudad de Cali” con el “estrato socioeconómico”, se encontró una mayor prevalencia de inseguridad alimentaria en los estudiantes que viven en municipios diferentes a Cali, observándose mayores niveles de severidad en aquellos estudiantes con desventajas socioeconómicas, estratos medio y bajo.

Al ponderar por el total de cada grupo, vive o no en Cali. De quienes viven en Cali, uno de cada cuatro presenta prevalencia, donde

para la mayoría se clasifican en condición moderada, uno de cada cinco. Para el caso de quienes viven en otros municipios, la prevalencia aumenta a uno de cada tres, de los cuales dos presentan prevalencia moderada y una severa, pero al condicionar por estrato, se observan pocas diferencias entre ambos grupos.

Tabla 9: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle versus estrato socioeconómico.

Vive en Cali y estrato socioeconómico		Índice de inseguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Vive en un municipio diferente a Cali	Bajo	3,6	2,3	3,9	2,0	11,8
	Medio	9,8	8,5	3,6	2,3	24,3
	Alto	1,3	1,3	1,0	--	3,6
	Total	14,8	12,1	8,5	4,3	39,7
Vive en Cali	Bajo	3,9	2,6	3,6	1,0	11,2
	Medio	16,4	15,1	8,9	1,0	41,3
	Alto	3,9	3,3	0,7	--	7,9
	Total	24,3	21,0	13,1	2,0	60,3
Total, estrato socioeconómico	Bajo	7,5	4,9	7,5	3,0	23,0
	Medio	26,2	23,6	12,5	3,3	65,6
	Alto	5,3	4,6	1,6	--	11,5
	Total	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

NIVEL EDUCATIVO DE LOS PADRES

El nivel educativo alcanzado por los padres como indicador socioeconómico del hogar puede ser un determinante del grado de prevalencia de inseguridad alimentaria del hogar donde vive el estudiante. Se espera que en los hogares cuyos padres tienen nivel de formación académica haya mayor y mejor acceso a recursos económicos y en consecuencia le puedan proporcionar al estudiante condiciones alimentarias óptimas. En la Tabla 10 se observa que la proporción de padres con formación profesional es muy similar, madre 51,2 % y padre 48,8 %.

Además, resalta que cuando la madre o el padre tienen formación profesional, la proporción de estudiantes en situación de inseguridad alimentaria disminuye según se incrementa la severidad del índice con cantidades muy similares en ambos casos. Por ejemplo, cuando la madre tiene formación profesional, el 40,9 % de los estudiantes presenta prevalencia moderada y el 31,6 % severa, pero si observamos al padre, la proporción de estudiantes pasa a 39,4 % y 26,3 %, respectivamente. Si el mayor nivel de formación es bachiller o inferior, aumentan las tasas de prevalencia. Tomando como referencia las de mayor prevalencia, se observa en el renglón de la madre que el 59,1 % y 68,4 % de los estudiantes presentan prevalencias moderada y severa, respectivamente, situación que se repite cuando analizamos al padre, cuyas proporciones aumentan a 61 y 74 de cada 100 estudiantes, respectivamente.

Tabla 10: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle versus nivel de educación de los padres.

Nivel de educación de los padres		Índice de seguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Madre con formación Profesional	Frecuencia	71	52	27	6	156
	% fila	45,5	33,3	17,3	3,9	100,0
	% columna	59,7	51,5	40,9	31,6	51,2
Madre sin formación Profesional	Frecuencia	48	49	39	13	149
	% fila	32,2	32,9	26,2	8,7	100,0
	% columna	40,3	48,5	59,1	68,4	48,9
Padre con formación Profesional	Frecuencia	62	47	26	5	140
	% fila	44,3	33,6	18,6	3,6	100,0
	% columna	52,1	46,5	39,4	26,3	45,9
Padre sin formación Profesional	Frecuencia	57	54	40	14	165
	% fila	34,6	32,7	24,2	8,5	100,0
	% columna	47,9	53,5	60,6	73,7	54,1
Total	Frecuencia	119	101	66	19	305
	% fila	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

PERCEPCIÓN DE POBREZA DEL ESTUDIANTE

La propensión de que un estudiante experimente inseguridad alimentaria moderada o severa está estrechamente asociada con la percepción de pobreza, tanto a nivel personal como del hogar. En Colombia, casi la mitad de las familias se perciben pobres. Según cifras de la Encuesta Nacional de Calidad de Vida (DANE) para 2023, el 47,3% de los jefes de hogar, o sus cónyuges, se consideran pobres, un porcentaje que se eleva al 70,5% en zonas rurales y que se ubica en el 40,6% en las áreas urbanas.

Los resultados de la encuesta aplicada en la Universidad del Valle indican que cerca de 39 de cada 100 estudiantes se consideran pobres; en consecuencia, 61 de cada 100 no se perciben como tal (ver Tabla 11). En ambos grupos se registran niveles de inseguridad alimentaria. El 60,6% de los estudiantes con prevalencia moderada y el 82,4% con prevalencia severa hacen parte del grupo que se considera pobre. Esto se compara con el 39,4% y 15,8% con iguales niveles de prevalencia en la proporción de estudiantes que no se consideran pobres.

Al evaluar el comportamiento de quienes se consideran pobres (38,7% del total de estudiantes), se observa que uno de cada dos de estos estudiantes se encuentra en condición de vulnerabilidad (47,6%), donde el 33,9% presenta prevalencia moderada y el 13,6% prevalencia severa.

Tabla 11: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle versus la percepción de pobreza del estudiante.

Percepción de pobreza del estudiante		Índice de seguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Se considera pobre	Frecuencia	17	45	40	16	118
	% fila	14,4	38,1	33,9	13,6	100,0
	% columna	14,3	44,6	60,6	84,2	38,7
No se considera pobre	Frecuencia	102	56	26	3	187
	% fila	54,6	30,0	13,9	1,6	100,0
	% columna	85,7	55,5	39,4	15,8	61,3

continua

conclusão

Percepción de pobreza del estudiante		Índice de seguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Total	Frecuencia	119	101	66	19	305
	% fila	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

SE ENCUENTRA BUSCANDO TRABAJO

En 2023, el porcentaje de personas clasificadas como pobres respecto al total de la población nacional fue 33,0 %. En las cabeceras esta proporción fue 30,6 % y en los centros poblados y rural disperso 41,2 %, DANE (2024). La alta vulnerabilidad económica acumulada en los últimos años ha llevado a que muchos estudiantes, a pesar de sus obligaciones académicas, tengan la necesidad de vincularse al mercado laboral, y por tanto se encuentran en la búsqueda de empleo.

Los resultados de la encuesta así lo indican; el 49,8 % de la población estudiantil de la Universidad del Valle manifestó estar buscando empleo, ver Tabla 12. Adicionalmente, al comparar con sus homólogos que no se encuentran buscando empleo, se observa que los niveles de prevalencia de inseguridad alimentaria moderada y severa son mucho más altos, ya que el 66,7 % y 68,4 % presenta prevalencia moderada y severa, respectivamente. Del 49,8 % de estudiantes que se encuentran al momento de la encuesta buscando empleo, cerca del 40 % presentan problemas de inseguridad alimentaria, de los cuales, en cerca del 30 % es moderada y en el restante 10 % es severa.

En el grupo que no busca empleo, solo cerca de dos de cada cinco presenta prevalencia donde en la mayor parte es moderada. En el grupo de los estudiantes que no están en búsqueda de empleo, los niveles de prevalencia, aunque más bajos, son igualmente importantes, ya que uno de cada tres estudiantes presenta prevalencia de inseguridad alimentaria moderada o severa.

Tabla 12: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle versus si actualmente busca empleo.

¿Actualmente busca empleo?		Índice de seguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Si	Frecuencia	48	47	44	13	152
	% fila	31,6	30,9	29,0	8,6	100,0
	% columna	40,3	46,5	66,7	68,4	49,8
No	Frecuencia	71	54	22	6	153
	% fila	46,4	35,3	14,4	3,9	100,0
	% columna	59,7	53,5	33,3	31,6	50,2
Total	Frecuencia	119	101	66	19	305
	% fila	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

AYUDAS ECONÓMICAS DEL GOBIERNO Y DE LA UNIVERSIDAD DEL VALLE

Beneficiario de un programa del gobierno nacional

El Programa Jóvenes en Acción del gobierno colombiano entrega transferencias monetarias condicionadas para mejorar las oportunidades de movilidad social y las condiciones de bienestar. El programa permite a los jóvenes realizar una formación técnica, tecnológica o profesional. Una de las condiciones para acceder es tener entre 14 y 28 años y ser bachiller.

Según la encuesta aplicada, el 27,9% de los estudiantes de la Universidad del Valle son beneficiarios del programa Jóvenes en Acción del gobierno nacional. Al comparar esta proporción con la de estudiantes que no hacen parte del programa, llama especialmente la atención el hecho de que los resultados identifican porcentajes más altos de prevalencia de inseguridad alimentaria entre quienes participan respecto a quienes no (porcentaje - columna en cada grupo). Específicamente, uno de cada tres beneficiarios presenta prevalencia

moderada o severa, frente a dos de cada tres no beneficiarios (según se observa en la Tabla 13). Pero al revisar los porcentajes - fila, se puede identificar una mayor proporción de estudiantes beneficiarios del programa jóvenes en acción que experimentan alta propensión a presentar inseguridad alimentaria moderada o severa.

En este grupo, el 23,5 % de los estudiantes presentan prevalencia moderada, mientras que en el 8,2 % es severa. Por su parte, en el grupo que no participa de los programas del gobierno (72,1 % de los estudiantes), el 20,9 % experimenta prevalencia moderada y el 5,5 % severa.

Tabla 13: Inseguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle versus beneficiario de un programa del gobierno nacional.

Es beneficiario de un programa del gobierno nacional		índice de seguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Si	Frecuencia	25	33	20	7	85
	% fila	29,4	38,8	23,5	8,2	100,0
	% columna	21,0	32,7	30,3	36,8	27,9
No	Frecuencia	94	68	46	12	220
	% fila	42,7	30,9	20,9	5,5	100,0
	% columna	79,0	67,3	69,7	63,2	72,1
Total	Frecuencia	119	101	66	19	305
	% fila	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

MONITOR DE DOCENCIA, INVESTIGACIÓN O ADMINISTRATIVO

Los estudiantes en las diferentes universidades tienen la oportunidad de ser monitores de docencia, investigación o administrativos. Para el caso de la Universidad del Valle, los únicos requisitos son haber cursado y aprobado el segundo semestre y tener un desempeño académico sobresaliente.

El 67% de los estudiantes que diligenciaron el formulario se encuentran matriculados del tercer semestre en adelante. La proporción de monitores que respondieron la encuesta (17,7%) es bastante representativa, como se observa en la Tabla 14. Al evaluar los niveles de prevalencia, la razón de la mayor proporción de estudiantes con inseguridad entre quienes no son monitores se debe a que en este grupo se encuentra el grueso de la población estudiantil (\$84,9\%\$ en moderada y 73,7% en severa, frente a 15,2% y 26,3% de los monitores, respectivamente).

Si nos enfocamos en los estudiantes que se desempeñan como monitores, y teniendo en cuenta que uno de los requisitos es tener un destacado desempeño académico, era de esperar que la propensión de este grupo a tener altos niveles de prevalencia moderada o severa fuera baja. Los resultados así lo indican, ya que el 15,2% presenta prevalencia de inseguridad alimentaria moderada, mientras que en el 26,3% es severa. Estas proporciones son relativamente bajas dado el reducido número de estudiantes que se desempeñan como monitores al momento de la encuesta.

Tabla 14: (In)seguridad alimentaria de los estudiantes de la Universidad del Valle versus si el estudiante es monitor en la universidad.

¿Es monitor en la universidad?		Índice de seguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Si	Frecuencia	19	20	10	5	54
	% Fila	35,2	37,0	18,5	9,3	100,0
	% columna	16,0	19,8	15,2	26,3	17,7
No	Frecuencia	100	81	56	14	251
	% Fila	39,8	32,3	22,3	5,6	100,0
	% columna	84,0	80,2	84,9	73,7	82,3
Total	Frecuencia	119	101	66	19	305
	% Fila	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0
	% columna	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

TSALUD MENTAL E INSEGURIDAD ALIMENTARIA

Seis de cada diez colombianos declaran que su salud mental es muy buena o buena. Sin embargo, hay un 10 % que declara que su salud mental es mala o muy mala. El 30 % de la población colombiana considera que su salud mental es regular, MinSalud (2023).

La ansiedad y la depresión son los principales problemas de salud mental que presentan los estudiantes universitarios. La ansiedad es un estado psicológico, físico y conductual que se produce ante una amenaza o preocupación del futuro, razón por la cual es tan común en los estudiantes de educación superior. La ansiedad y la depresión se relacionan con factores sociales, económicos, estructurales, contextuales, familiares, académicos y personales, entre éstos, los estilos de vida no saludables (Rosales-Gracia, Gómez-López, & García-Galaviz, 2017).

La Tabla 15 describe la proporción de estudiantes de la Universidad del Valle que manifiestan presentar algún tipo de diagnóstico de salud mental, presentar otro tipo de diagnóstico médico o no presentar ningún diagnóstico. Los resultados indican que el 69,2 %, no registra ningún diagnóstico médico. No obstante, cerca del 30 % reportan haber sido diagnosticados por algún tipo de enfermedad, de los cuales el 17,7 % ha sido diagnosticado de algún tipo de problema de salud mental, observándose una mayor proporción de mujeres, el 11,2 % con problemas de ansiedad, depresión o estrés.

Al evaluar la prevalencia de inseguridad alimentaria, una mirada a los totales por grupo indica tasas muy similares entre los estudiantes con diagnóstico respecto a quienes no han sido diagnosticados. Pero al observar a los estudiantes con diagnóstico de salud mental se encuentra que solamente el 6,2 % de la población total presenta prevalencia de inseguridad alimentaria moderada y el 2,6 % severa, donde el 4,6 % y el 1,0 %, respectivamente, son mujeres, proporciones que indican que el número de estudiantes con problemas de salud mental que igualmente presentan alta propensión de inseguridad alimentaria es relativamente bajo.

Tabla 15: Porcentaje de estudiantes con algún diagnóstico de salud mental (ansiedad, depresión, entre otros).

¿Diagnóstico Médico?		Índice de inseguridad alimentaria				
		Seguridad	Leve	Moderada	Severa	Total
Diagnóstico de salud mental	Mujer	2,6	3,0	4,6	1,0	11,2
	Hombre	1,6	1,6	1,6	1,6	6,6
	Total	4,3	4,6	6,2	2,6	17,7
Otro diagnóstico	Mujer	1,6	3,0	2,6	0,3	7,5
	Hombre	1,0	2,3	1,6	0,7	5,6
	Total	2,6	5,3	4,3	1,0	13,1
Sin diagnóstico	Mujer	15,4	10,8	3,9	1,0	31,2
	Hombre	16,7	12,5	7,2	1,6	38,0
	Total	32,1	23,3	11,2	2,6	69,2
Total	Mujer	19,7	16,7	11,2	2,3	49,8
	Hombre	19,3	16,4	10,5	3,9	50,2
	Total	39,0	33,1	21,6	6,2	100,0

Fuente: Encuesta inseguridad alimentaria Universidad del Valle 2024

LA UNIVERSIDAD ANTE LOS RETOS DE LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y LA VULNERABILIDAD SOCIAL

Con base en los resultados obtenidos en el presente estudio y con el objetivo de ofrecer un entorno universitario más equitativo, donde los estudiantes tengan las mismas oportunidades para acceder a una alimentación adecuada que pueda verse reflejada en un mayor bienestar y rendimiento académico, se proponen las siguientes estrategias para mitigar la inseguridad alimentaria en la Universidad del Valle:

- Delinear un sistema de identificación que, teniendo en cuenta los resultados de la Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES), priorice a los estudiantes que se encuentren en mayor riesgo de inseguridad alimentaria.

- Diseñar y ejecutar, en conjunto con el Área de Bienestar Universitario, talleres y campañas educativas dirigidas a estudiantes para la promoción de prácticas alimenticias saludables.
- Establecer una política institucional que reconozca formalmente la inseguridad alimentaria como una prioridad para la universidad y establezca un compromiso a largo plazo para abordar esta problemática.
- Definir un plan alimenticio balanceado con el Área de Bienestar Universitario, que tiene a su cargo el Restaurante Universitario, como parte de las acciones estratégicas.
- Crear una huerta universitaria dentro del campus sede Meléndez que garantice una producción sustentable de verduras y hortalizas. Un porcentaje de esta producción deberá ser designado al restaurante y el resto entregado a los estudiantes que sustenten carencias de estos productos y que, a su vez, presenten alguna prevalencia de inseguridad alimentaria. Además, esta huerta servirá como una herramienta educativa.
- Realizar un seguimiento periódico de la efectividad de estas iniciativas. Es esencial utilizar nuevamente la Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES) para medir el progreso y realizar ajustes a las estrategias implementadas.

Tabla A.1. Descripción de las variables de la escala FIES

Pregunta de la escala pensando en los últimos 12 meses	Etiqueta	Respuesta	Grado de Severidad
No pudo comer alimentos debido a la falta de dinero	Preocupado	Si / No	Leve
Comió solo cierto tipo de alimentos debido a la falta de dinero	Saludable	Si / No	Leve
Omitió una comida porque no había suficiente dinero	Pocos alimentos	Si / No	Leve
Comió menos de lo que debía debido a la falta de dinero	Saltó comida	Si / No	Moderada
Su hogar se quedó sin comida debido a la falta de dinero	Comió menos	Si / No	Moderada
Sintió hambre, pero no comió porque no tenía suficiente dinero	Sin alimentos	Si / No	Moderada
Pasó un día entero sin comer debido a la falta de dinero	Día entero sin comer	Si / No	Severa
Le gustaría haber comido, pero sustituyó la comida por otra cosa	Sustituyó alimentos	Si / No	Severa

Fuente: Encuesta seguridad alimentaria Univalle. Cálculos de los autores.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cardemil W. M. (2023). La brecha de género en la seguridad alimentaria y la nutrición Serie Minutas N° 69-23, Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. [obtienearchivo \(bcn.cl\)](https://bcn.cl)

Castillo, L. C. (2020). Conferencia “75 años de la Universidad del Valle”: Síntesis de una historia brillante en la Universidad del Valle.

C. Cafiero, S. Viviani, M. Nord, Food security measurement in a global context: The Food Insecurity Experience Scale, Measurement (2017). doi: <https://doi.org/10.1016/j.measurement.2017.10.065>

DANE, Boletín técnico “Escala de experiencia de inseguridad alimentaria (FIES)” Bogotá 4 de julio de 2023. <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/salud/escala-de-experiencia-de-inseguridad-alimentaria-fies>

DANE, Boletín técnico, Pobreza monetaria en Colombia Año 2023. Bogotá, julio 16 de 2024. <https://www.dane.gov.co/files/operaciones/PM/bol-PM-2023.pdf>.

Gómez L., Víctor M., Rosales G., Sandra, & Maldonado V., Martha P. (2015). Comparación de factores sociales asociados al estatus académico en estudiantes de Medicina. *Investigación en educación médica*, 4(15), 133-138. <https://doi.org/10.1016/j.riem.2014.11.001>

Kiggwe, M., Ntayi, J., Nabatanzi-Muyimba, A.K. *et al.* (2024). Lifestyle and fruit consumption: an investigation of university students in Uganda. *Nutrire* 49, 6. <https://doi.org/10.1186/s41110-023-00248-1>.

Ministerio de Salud y Protección Social, Boletín de Prensa No 231 de 2023 resultados Encuesta de percepción de salud mental. <https://www.minsalud.gov.co/Paginas/66-porciento-de-colombianos-declara-haber-enfrentado-algun-problema-de-salud-mental.aspx>.

World Health Organization. (2019). Global status report on noncommunicable diseases 2014. Recuperado de: <https://www.who.int/publications/i/item/global-status-report-on-noncommunicable-diseases-2014>.

Sobre autores/as

Argentina

Marina L. Wallinger. Profesora Asociada en la Universidad Nacional de Lanús. Doctora de la Universidad de Buenos Aires (Área Nutrición). Licenciada en Nutrición. Directora de equipo de investigación en el Instituto de Justicia y Derechos Humanos.

Ana V. Moreno. Profesora Adjunta en la Universidad Nacional de Lanús. Especialista en Educación con Orientación en Investigación Educativa. Licenciada en Trabajo Social. Co-directora de equipo de investigación en el Instituto de Justicia y Derechos Humanos.

María Elena Colombo. Profesora Adjunta Universidad en la Nacional de Lanús. Maestranda en Salud Mental Comunitaria. Licenciada en Nutrición. Investigadora de equipo de investigación en el Instituto de Justicia y Derechos Humanos.

Guillermina A. Guerrero. Jefa de Trabajos Prácticos Universidad Nacional de Lanús. Doctoranda en Ciencias de la Salud. Licenciada en Nutrición. Investigadora en formación de equipo de investigación en el Instituto de Justicia y Derechos Humanos

Florencia M. Pisarra. Jefa de Residentes Residencia en Epidemiología del Ministerio de Salud de la Nación. Especialista en Metodología de la Investigación. Licenciada en Nutrición. Investigadora en formación de equipo de investigación en el Instituto de Justicia y Derechos Humanos

Brasil

Augusta Pelinski Raiher. Doutora em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, do Programa de Pós-Graduação em Economia e do curso de economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bolsista produtividade CNPQ.

Edina Schimanski. PhD em Educação pela University of London – United Kingdom. Mestre em Sociologia Pela Universidade Federal do Paraná E Assistente Social pela Univrsidade Estadual de Ponta Grossa. Professora Associada da unviersidade Estadual de Ponta Grossa. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e Educação Inclusiva (UEPG).

Lenir Aparecida Mainardes da Silva. Mestre e Doutora pela Universidade Católica de São Paulo-PUC, Pós-Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Lislei Teresinha Preuss. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina /UFSC (1998), graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC (1996), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2007) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS (2011).

Luana Marcia Billerbeck. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), mestrado em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2005) e doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018).

Mirna de Lima Medeiros. Professora Associada no Departamento de Turismo Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Universidade de São Paulo (PPGAO/FEA-RP/USP). Pesquisadora do Núcleo Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza; Líder do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Alimentação & Sociedade e do Centro de estudos em Gestão Estratégica de Marketing em Turismo (MarkTur/UEPG); e Pesquisadora do Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPublic/ USP). Bosista Produtividade Fundação Araucaria.

Colombia

Juan Byron Correa Fonnegra. Magíster en Economía y Matemático de la Universidad de Antioquia (Colombia), Profesor del Departamento de Economía de la Universidad del Valle e integrante del Grupo de Investigación en Economía Regional y Ambiental – GERA.

Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira. Doctora en Desarrollo Regional y Agronegocios de la Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Magíster en Economía Regional de la Universidade Estadual de Londrina (UEL). Economista de la Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Profesora del Departamento de Economía, Universidad del Valle, integrante del grupo de investigación en Economía Regional y Ambiental – GERA.

María Camila Durán Giraldo. Economista de la Universidad del Valle, integrante del grupo de investigación en Economía Regional y Ambiental – GERA.

Peru

Bill Anderson Estrada Acero. Licenciado en nutrición. Docente investigador en la UNMSM. Miembro del grupo de investigación NIANP-UNMSM.

Hally Ruth Huillca Maldonado. Docente Asociado a tiempo parcial en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM), Lima - Perú. Dra. en Ciencias de la Salud (UNMSM). Licenciada en nutrición. Docente investigador en la UNMSM, miembro del grupo de investigación NIANP-UNMSM.

Juan Pablo Aparco Balboa. Docente Asociado a tiempo parcial en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM), Lima - Perú. PhD en Nutrición por la Universidad Agraria La Molina (UNALM). Licenciado en nutrición. Investigador RENACYT II. Docente investigador en la UNMSM, miembro del grupo de investigación NIANP-UNMSM.

Jessica Catherine Barrientos Cuba. Bachiller en Nutrición. Especialista en Servicios de alimentación colectiva, Nutrición deportiva y basada en plantas. ISAK L2. Miembro del grupo de investigación NIANP-UNMSM.

Margot R. Quintana-Salinas. Docente Principal de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Doctora en Salud Pública de la Universidad Nacional Federico Villarreal. Licenciada en Nutrición. Investigadora Renacyt V, miembro del grupo de investigación NIANP- UNMSM.

Sissy L. Espinoza-Bernardo. Docente asociada a tiempo completo en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima - Perú. Doctora en Ciencias de la Salud y Especialista en nutrición pública por la UNMSM. Investigadora RENACYT V, Coordinadora del grupo de investigación NIANP-UNMSM.

Sarai. A Asmad Cruz. Licenciada en Nutrición por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima – Perú. Certificada en Antropometría ISAK Nivel 1. Con participación en actividades de investigación vinculadas a grupo de investigación NIANP-UNMSM.

Milagros E. Zegarra. Bachiller en Nutrición en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Certificada en ISAK (Sociedad Internacional para el Avance de la Cineantropometría). Supervisora de control y calidad en Coralima, empresa especializada en el rubro de alimentación.

Violeta Magdalena Rojas Huayta. Docente asociada a tiempo completo en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima - Perú. Doctora en Ciencias de la Salud por la UNMSM. Magister en Administración de Organizaciones por la Universidad de Sao Paulo-Brasil. Investigadora RENACYT V, miembro del grupo de investigación NIANP-UNMSM.

"Este livro, organizado a partir da realidade de quatro países (Argentina, Brasil, Colômbia e Peru) retrata a situação social da vulnerabilidade no ensino superior na América Latina, com enfoque naquilo que deveria ser básico para todo ser humano – a alimentação."